

Juliana Bento Correia

**TURISMO, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO EM
AMBIENTES DE MONTANHA
O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)**



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2009

Juliana Bento Correia

**TURISMO, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO EM
AMBIENTES DE MONTANHA
O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)**

**Dissertação de Mestrado na área de Geografia, especialidade em Ordenamento do
Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob
orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás**

Com o apoio da Nippon Foundation.

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2009

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação de Mestrado embora seja pela sua finalidade académica, um trabalho individual e solitário, é indissociável de contributos de natureza diversa que não podem e nem devem ser esquecidos.

Neste sentido, gostaria de expressar o profundo agradecimento às instituições e personalidades que colaboraram de forma activa nas diversas fases da investigação:

- Câmara Municipal de Arganil (Dr.^a Aldina Costa, Dr. António Cardoso e Sra. Maria José).
- Posto de Turismo de Arganil.
- Posto de Turismo do Piódão (Sr.^a Helena Tavares).
- Associação de Compartes da Freguesia do Piódão (Eng.^a Cristina Silva).
- Museu Etnográfico do Piódão.
- Casa Grande da Mata da Margaraça (APSA).
- Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs de Égua.
- Junta de Freguesia do Piódão (Sr. Fontinha e Sr. José Conceição).

Ao Professor Doutor Paulo Carvalho Tomás, pelo incentivo que me deu para realizar a dissertação e não desistir da minha formação académica, pela competência científica e orientação conferida a este desafio, ensinando com prazer e dedicação parte do que sei, bem como pela amizade e disponibilidade sempre demonstrada.

À Professora Fernanda Cravidão o meu profundo agradecimento pelos esclarecimentos e disponibilidade que sempre manifestou no começo desta nova etapa.

À Fundação Tóquio pela concessão de uma Bolsa Sylff (Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund) que se revelou de grande importância para a prossecução dos objectivos da minha investigação.

À Susana Freiria por todo o apoio prestado na construção cartográfica para este trabalho, pela simpatia e disponibilidade sempre demonstrada, nunca recusando um sorriso e ajuda para esta minha luta.

À Susana Silva pela amizade, companheirismo e coragem em percorrer vales e veredas que nos conduziram até ao Piódão, e sempre de “Credo na boca”.

Aos restantes amigos de Mestrado (Gabriel Salles, Joaquim Caeiro e Sandra Fidalgo) pela amizade e companheirismo que nos uniu e sem permitir que nenhum de nós desistisse de alcançar esta meta árdua e solitária.

Aos proprietários de casas na aldeia do Piódão e aos visitantes que responderam ao nosso inquérito e prestaram alguns esclarecimentos, bem como todos os colaboradores anónimos que se disponibilizaram para responder às nossas questões.

Ao meu querido e estimado amigo Paulo, pelos traços de humor que são necessários para colorir algumas tarefas que pela sua natureza são pesadas e exigentes. O meu agradecimento pela partilha de ideias e experiências de forma espontânea, aberta, verdadeira e saudável, e sempre ancoradas em causas nobres da Geografia.

Ao Ermelindo Tavares, pelo teu sorriso, pelo teu amor.

Aos meus pais, à minha irmã, e restante família, não existem palavras para descrever o vosso apoio e presença constante.

Mais uma vez, a todos os meus sinceros agradecimentos.

Dedicatória

“Vê mais longe o(a) Geógrafo(a) que sonha mais alto. Por isso, não há longe nem distância, nem horizontes intransponíveis para alcançar os sonhos ao longo de uma vida”.
E uma vez que o sonho comanda a vida, a ti te dedico este trabalho...

ilustre Senhor da Geografia...

Resumo

As políticas e as iniciativas da União Europeia para os espaços rurais conheceram nos últimos anos uma viragem muito acentuada. Depois de uma fase dominada por preocupações essencialmente produtivistas e economicistas, emergem as perspectivas territorialistas e ambientalistas, centradas na sociedade rural, que enfatizam a dimensão multifuncional da agricultura e do mundo rural, valorizam a especificidade e o potencial dos seus recursos (designadamente culturais e ecológicos) e assumem como prioritários os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e parceria.

Nesta atmosfera de mudança, o turismo e em particular os novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística e vinculados a uma maior exigência em matéria de planeamento e sustentabilidade da actividade turística, emergem como oportunidade para revitalizar os territórios de matriz rural, melhorar a qualidade de vida das populações, e valorizar os seus recursos mais relevantes (como o património).

Os ambientes de montanha no âmbito da transição dos valores produtivos (ou de uso) para os valores de fruição da paisagem, e das preocupações no sentido de encontrar instrumentos adaptados às suas especificidades e articular as diferentes políticas públicas que interferem no seu desenvolvimento, configuram um interessante laboratório de análise destas tendências evolutivas.

A Aldeia Histórica do Piódão (Serra do Açor/Cordilheira Central) é um exemplo relevante para analisar a implementação e os resultados das intervenções públicas neste domínio. Após uma contextualização geral deste micro-território de montanha (através de indicadores demográficos, económicos e sociais), explicitamos a construção do “Piódão turístico”, analisamos a participação e a percepção local no âmbito dos processos de mudança relacionados com a implementação de políticas públicas, e aprofundamos a análise em torno dos visitantes (através de um inquérito por questionário que permitiu conhecer as características dos inquiridos, a experiência e a dimensão da visita, e a sua percepção e avaliação da aldeia).

A dimensão empírica da investigação pretende explicitar o modo como a turisficação e a patrimonialização podem contribuir para a revitalização do tecido económico e social, a requalificação territorial, a melhoria da qualidade de vida da população residente, e o reforço da capacidade local de atracção de visitantes, e assim contribuir para estruturar e implementar novas orientações para o seu desenvolvimento.

Abstract

European Union policies and initiatives for the countryside have undergone a marked change of tack in the last few years. After a phase dominated by essentially productivist and economicist concerns we are seeing the emergence of territorial and environmental perspectives that focus on rural society. The stress is on the multifunctional scope of farming and the rural world and they value the specificity and potential of its resources (particularly the cultural and ecological ones), seeing the concepts of sustainability, subsidiarity and partnership as priorities.

In this climate of change, tourism, especially new products designed to attract specific segments of tourism demand that are linked to more stringent requirements in terms of planning and sustainability for this sector, represent an opportunity to revitalise rural areas, improve the quality of life of local residents, and properly utilise the most relevant resources (such as heritage).

Mountain environments at the transition stage from productive (or utility) values to values of enjoyment of the landscape, and anxious to find instruments adapted to their specificities and coordinating different public policies that interfere with their development, make an interesting laboratory for analysing these trends.

The historic village of Piódão (Serra do Açor/Cordilheira Central) is a good example with which to examine the implementation and results of public intervention. A general contextualisation of this mountain micro-territory (using demographic, economic and social indicators) is followed by a description of the building of 'tourist Piódão'. Local participation and perception is examined in terms of the processes of change related to the implementation of public policies. Visitors to the village are analysed in depth by means of a survey (implemented via a questionnaire) so as to determine the characteristics of the respondents, the experience and scope of their visit and their perception and appraisal of the village.

The empirical part of the research sets out to explain how 'touristification' and 'heritagisation' can help to revitalise the economic and social fabric with territorial regeneration, improved quality of life for local people and the boosting of local capacity to attract visitors. The overall effect is to encourage the structuring and implementation of new directions for local development.

1. Introdução

1.1 Tema e âmbito da investigação

A temática desta dissertação está relacionada com o contributo do património (como recurso territorial) a nível local para a prossecução de objectivos de desenvolvimento em territórios (rurais) de montanha, designadamente através da sua ligação ao turismo.

Nas últimas três décadas, o quadro evolutivo das políticas europeias para o mundo rural reflecte mudanças significativas. De facto, após um período de domínio das preocupações produtivistas e economicistas direccionadas para o sector agrícola (do início dos anos 60 ao final dos anos 80 do século XX), começa a evidenciar-se a transição para um modelo de desenvolvimento centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, privilegiando a dimensão territorial, ambiental e patrimonial destes territórios de baixa densidade.

Valoriza-se agora a multifuncionalidade da agricultura e do mundo rural e reconhece-se a singularidade e especificidade destes territórios que concentram um potencial de recursos que merece ser valorizado e preservado, e que são cada vez mais apreciados pela sociedade urbana. O objectivo central é conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais, paisagísticas e com a preservação e valorização do património cultural e natural, onde os conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e de parceria comandam as principais orientações para o desenvolvimento das áreas rurais e a melhoria da qualidade de vida das suas populações.

Os espaços rurais de montanha pelas dificuldades (estruturais e funcionais) e situações de marginalidade que têm sofrido nas últimas décadas suscitam, de igual modo, preocupações prioritárias de ordenamento e desenvolvimento territorial. A (re)descoberta da montanha, a valorização dos seus recursos ecológicos e culturais, e a crescente utilização do tempo livre, são elementos decisivos que vêm conferir a estes territórios novas funcionalidades/actividades (residenciais, recreativas, turismo, desporto, entre outras).

A descoberta dos encantos da montanha, em particular pelas populações urbanas no âmbito dos tempos livres (residência secundária, turismo, entre outros), é mais um

argumento válido que justifica a pertinência da reflexão em torno da definição e implementação de políticas inovadoras e sustentadas de desenvolvimento regional e local. A articulação entre o planeamento e o desenvolvimento do turismo sustentável em áreas de montanha, pode desempenhar um importante contributo para a promoção do desenvolvimento local sustentável, configurando um encontro entre as necessidades do turista, os locais de acolhimento e os interesses das populações locais.

Porém, apesar da existência de algumas preocupações no âmbito das políticas e instrumentos de desenvolvimento para as montanhas, e da crescente valorização política no contexto europeu (por exemplo, Espanha, França, Itália e Suíça), e da necessidade de criação de uma política europeia direccionada exclusivamente para estes territórios, Portugal não possui uma política específica para as suas áreas de montanha.

Este cenário significa a ausência de políticas integradas para o desenvolvimento e a revitalização socioeconómica destes espaços, prevalecendo em particular desde o início dos anos 90, intervenções sectoriais relacionadas com a política agrícola e regional da União Europeia e que evidenciam fragilidades e desarticulações entre programas, políticas, instrumentos e actores envolvidos (públicos e privados).

Neste sentido, apesar da complexidade, diversidade e frequente desarticulação de políticas e intervenções, e reconhecendo a necessidade de integrar políticas dirigidas ao mundo rural de forma a incentivar e diversificar a sua base económica, importa avaliar e compreender os seus resultados económicos, sociais e territoriais, e assim influenciar a estruturação de novas políticas e instrumentos de desenvolvimento.

A matriz empírica da nossa investigação está relacionada com a implementação de programas de turistificação e patrimonialização, especialmente o “Programa das Aldeias Históricas de Portugal”. Esta iniciativa nacional, lançada no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) e com continuidade no III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) através das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (do Programa Operacional da Região Centro), abrangeu inicialmente dez lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), aos quais se juntaram mais dois lugares (Belmonte e Trancoso), em 2000-2006.

De forma particular centramos a nossa análise na aldeia do Piódão (Serra do Açor – Cordilheira Central), no sentido de explicitar os resultados destas intervenções (e também de outras decorrentes de programas complementares) e o modo com contribuíram para a

revitalização do tecido económico e social, a requalificação territorial, a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, e o reforço da capacidade local de atracção de visitantes.

1.2 Objectivos e metodologia

A nossa dissertação apresenta como principais objectivos:

- Analisar a evolução das políticas europeias para os espaços rurais.
- Explicitar a especificidade dos ambientes de montanha.
- Reflectir sobre os resultados sócio-territoriais das políticas, instrumentos e estratégias de desenvolvimento rural em Portugal.
- Discutir o papel do turismo na ligação aos recursos eco-culturais para a promoção do desenvolvimento sustentado das áreas rurais de montanha.
- Reflectir sobre a importância da articulação entre o planeamento e o desenvolvimento turístico sustentável, com vista à satisfação das necessidades socioeconómicas e à preservação e valorização dos recursos endógenos (culturais e ecológicos).
- Questionar o património, na sua amplitude conceptual, como âncora no âmbito de diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local.
- Analisar a importância do papel do poder público nas estratégias locais de requalificação territorial/valorização do património cultural e na sua aproximação aos cidadãos.
- Analisar as intervenções (linhas de acção, actores e investimento) relacionadas com as Aldeias Históricas, e o seu contributo para a requalificação da aldeia do Piódão e a sua promoção no mercado turístico nacional e internacional.
- Questionar o envolvimento da população local na participação e acompanhamento das intervenções públicas na aldeia, e a percepção local dos benefícios (ou não) decorrentes das Aldeias Históricas.
- Conhecer o perfil do visitante e a sua opinião sobre as intervenções realizadas na Aldeia do Piódão, no âmbito do Programa das Aldeias Históricas (1994-1999) e do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006).

– Contribuir para a definição e a operacionalização de estratégias de desenvolvimento, participadas e integradas, privilegiando o património cultural e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Para responder aos objectivos da nossa investigação recorreremos a uma metodologia composta por diversas técnicas:

– Análise documental alicerçada em publicações científicas (livros, revistas e dissertações), em formato papel, em formato digital (edições em cd-rom) e com recurso à internet.

– Entrevistas a diversos actores regionais e locais, entre entidades públicas, de natureza associativa e privados.

– Inquéritos (por questionário) aos residentes/proprietários de imóveis na aldeia do Piódão.

– Inquéritos (por questionário) aos visitantes da aldeia serrana do Piódão.

– Análise de diversos instrumentos de gestão territorial, como por exemplo: Plano de Desenvolvimento e Requalificação do Piódão (1987); Programa das Aldeias Históricas (1994-2006); Programa Operacional da Região Centro (2000-2006); Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão (2004); Programa Operacional do Centro (2007-2013); PROVERE (2007-2013); PRODER (2007-2013).

1.3 Estrutura da dissertação

O presente trabalho está organizado, de modo informal, em quatro partes (introdução, enquadramento teórico, caso de estudo e conclusão) que, por sua vez, articulam seis capítulos.

O capítulo inicial apresenta uma síntese da temática e dos objectivos operacionais da tese, da metodologia de investigação e respectiva organização.

O segundo capítulo enfatiza a problemática do desenvolvimento rural, nomeadamente a génese e evolução das políticas europeias para os territórios rurais (percorrendo os principais documentos de enquadramento estratégico/orientadores e os quadros normativos), a incidência das políticas europeias de desenvolvimento rural em Portugal, e a especificidade dos ambientes de montanha.

No terceiro capítulo analisamos a importância do turismo e do património (natural e cultural) como alavancas no desenho de vias alternativas ou complementares para o desenvolvimento rural e para as áreas de montanha em especial, e demonstramos a relevância do planeamento como alicerce da actividade turística sustentável.

O quarto capítulo marca a transição da componente teórica da nossa investigação para o caso de estudo. Após a contextualização e a explicitação das dinâmicas territoriais do Piódão, na amplitude de indicadores demográficos, económicos e sociais, com base em fontes científicas, jornalísticas e literárias, apresentamos os traços estruturantes da construção do “Piódão turístico”. No final deste capítulo, analisamos a participação e a percepção local dos processos de mudança relacionados com as intervenções públicas (1994-2006), e apresentamos as complementaridades locais de lazer/turismo.

No quinto capítulo, com o intuito de aprofundar a análise em torno da dimensão turística do Piódão, apresentamos os resultados de um inquérito (por questionário) aos visitantes, que permitiu conhecer as características dos inquiridos, a experiência e a dimensão da visita, e a percepção e avaliação desta aldeia histórica.

O último capítulo da dissertação apresenta as conclusões (uma síntese das principais ideias que sedimentam a nossa investigação), e abre algumas perspectivas sobre o desenvolvimento do Piódão a partir das janelas de oportunidade que emergem do novo período de programação e execução das políticas públicas em Portugal.

2. A problemática do desenvolvimento rural: evolução e perspectivas

2.1 As trajectórias das políticas europeias para o mundo rural

Como referem CARVALHO e SILVA (2008), a Europa Comunitária, reconhecendo a especificidade e as dificuldades (estruturais) do mundo rural, incluiu no seu Tratado fundador (Roma, 1957), as regiões rurais como preocupações prioritárias de promoção do desenvolvimento económico e social. A elevação dos rendimentos e do nível de vida da população rural (designadamente os activos vinculados ao sector agrícola), a resolução do problema decorrente do défice de produção de leite, carne e cereais por parte da Comunidade Económica Europeia (CEE), a estabilização dos mercados e a necessidade de assegurar preços razoáveis nos fornecimentos de bens agrícolas aos consumidores, configuram objectivos da maior relevância que emergem na génese da Política Agrícola Comum (PAC).

A prossecução destes objectivos teve como resultado um “modelo dominante produtivista e tecnológico, que deveria conduzir à especialização agrícola no quadro comunitário, à grande escala, à intensificação, ao êxodo agrícola, à industrialização e urbanização” (COVAS, 1996: 33). Porém, em contrapartida, “reduziu a variedade das culturas, modificou a oferta característica das quintas e, especialmente, destruiu o equilíbrio ancestral homem-meio das práticas agrícolas tradicionais” (FERREIRA, 2004: 55).

Por sua vez FIGUEIREDO (2003: 233) salienta, nestes objectivos iniciais da PAC, a ausência de preocupações de carácter ambiental. Esta ausência é, em parte, explicada pelo contexto da época, em que o ambiente não era encarado como um constrangimento ao aumento da produtividade, mas antes que a sua exploração era essencial para o crescimento económico.

As remodelações operadas no sector agrícola pela PAC provocaram a saída das populações rurais dos campos e das aldeias em direcção às áreas urbanas em industrialização ou terciarização em virtude do “boom” económico da Europa dos anos 60 e 70 (século XX), enquanto outros, embora permanecendo nas suas aldeias, retiraram-se da

actividade agrícola sendo compensados pela passagem à situação de inactividade”, (FERREIRA, *op. cit.*, 56).

A destruição do bucolismo rural da Europa central e do norte, o arrasamento dos muros das quintas para redimensionar as explorações e permitir a entrada das máquinas, a especialização das produções em perspectivas de mercado de que resultou uma morfologia estandardizada, amorfa, monótona e a perda demográfica e cultural destes espaços, vieram reforçar e “encontrar na diversidade regional e na pluralidade cultural os verdadeiros encantos do mundo rural, e o suporte físico e económico das populações rurais e nova referência estruturante das mentalidades urbanas” (ROUSSEL, 2000: 52).

Como assinala CARVALHO (s/d), não foi preciso muito tempo para a Comunidade constatar que a organização comum de mercado (política comum de preços e de mercados) era apenas uma parte da solução para resolver os problemas da agricultura europeia. A política comum das estruturas agrícolas emerge como elemento decisivo neste domínio (as suas primeiras directrizes foram definidas em Abril de 1972). Esta nova dimensão da PAC enfatiza a modernização e o rejuvenescimento das explorações e a formação dos agricultores.

Por outro lado, a Comunidade reconhecendo que as dificuldades estruturais confinadas a determinados contextos/locais, ou específicas, como as regiões de montanha e outras áreas desfavorecidas, não podiam ser resolvidas pelas directivas, definiu apoios complementares (programas regionais especiais e intervenções adaptadas aos problemas específicos).

Ainda segundo CARVALHO (*op. cit.*), os resultados contraditórios da PAC, entre os sucessos indiscutíveis como a modernização da agricultura e o aumento da produção (que assegurou o abastecimento alimentar da Comunidade), e os problemas/insucessos como a incapacidade em melhorar ou pelo menos estabilizar os rendimentos reais dos agricultores, a desvitalização das pequenas explorações e das regiões onde estas dominam, os custos elevados do crescimento dos excedentes agrícolas (face ao menor crescimento da procura mundial de produtos agrícolas), entre outros factores, conduziram a Europa Comunitária, em meados dos anos 80, a empreender um conjunto de adaptações e a lançar as bases de uma profunda reforma da Política Agrícola Comum.

Uma das tarefas mais prioritárias da Comunidade era a de utilizar de forma mais eficiente os meios financeiros disponíveis, no sentido de resolver os grandes desequilíbrios do sector (despesas agrícolas crescentes, diminuição dos rendimentos dos produtores,

excedentes agrícolas) de modo a não sobrecarregarem a PAC e o orçamento comunitário, sem perder de vista a necessidade de manter um nível mínimo de emprego, por motivos económicos e ambientais. Ao mesmo tempo mostrava-se essencial encontrar novas vias de desenvolvimento económico integrado do espaço rural capazes de criar novas perspectivas para a população rural para além da agricultura (CARVALHO, *op. cit.*).

Contudo, é necessário referir a reforma dos fundos estruturais, a reorientação dos restantes instrumentos financeiros da Comunidade, a interdependência e a coordenação entre os sectores económicos, para explicar as novas orientações para a agricultura e o mundo rural europeu. Com a reforma da política estrutural (iniciada em 1988), tendo em vista uma maior integração das políticas comunitárias, foram definidos cinco objectivos prioritários para os três fundos estruturais (o FEDER, o FSE e a Secção Orientação do FEOGA), nos quais deveriam ser concentradas todas as acções.

No âmbito desta intervenção coordenada dos fundos social, agrícola e regional, foi atribuído especial relevo às regiões rurais onde os problemas são mais acentuados (percentagem relativamente elevada de população activa na actividade agrícola; rendimento agrícola e nível de desenvolvimento económico e social situados a um nível inferior à média comunitária; baixa densidade populacional; desvantagens naturais, entre outros) por via dos objectivos prioritários nº 1 (regiões menos desenvolvidas) e nº 5 (compreendendo a adaptação das estruturas agrícolas e a promoção do desenvolvimento no espaço rural, com a designação 5a e 5b, respectivamente). A Comunidade, com um contexto rural cada vez mais diverso e complexo (em resultado da inclusão de países como, por exemplo, a República da Irlanda, a Grécia, a Espanha e Portugal) percebeu que nas regiões rurais mais ameaçadas pela crise não bastava aplicar medidas de carácter agrícola. “Importava aqui revalorizar o potencial de desenvolvimento regional no seu conjunto, a fim de criar postos de trabalho estáveis e economicamente viáveis fora do sector agrícola” (CE, 1989: 86). O apoio comunitário às actividades fora dos sectores tradicionais do mundo rural (agricultura, criação de gado e silvicultura) reflecte a maior abrangência social dos programas e abriu novas perspectivas de desenvolvimento aos territórios, em particular aqueles que oferecem maior potencial de recursos e iniciativa (CARVALHO, *op. cit.*).

No início dos anos 90, um novo e decisivo impulso reformador da PAC contribuiu para inserir a multifuncionalidade no quadro das orientações para o mundo rural, e ao mesmo tempo atacava “pela base a política cerealífera, que regula desde sempre o sector

mais protegido da PAC” (CUNHA, 2000: 29). Sem colocar em causa os três pilares da PAC (unicidade de mercado; preferência comunitária e solidariedade financeira), a Comissão Europeia, assumiu como bases do modelo de reforma um conjunto de princípios e objectivos, designadamente preservar a dimensão rural da Europa (o que pressupõe assegurar a ligação dos agricultores ao espaço de produção); modular os apoios (no plano das ajudas ao rendimento e dos mecanismos de controlo directo da produção) em função de factores como a dimensão, o nível de rendimento, ou a localização das explorações, de maneira a assegurar a sobrevivência das pequenas explorações e das regiões desfavorecidas”, e criar condições de maior igualdade de acesso dos agricultores aos apoios da PAC; introduzir ajudas directas, “não apenas como forma de compensar a queda de rendimento decorrente da baixa de preços, mas também para desencorajar os agricultores de intensificarem os seus processos produtivos” e assegurar a “responsabilidade internacional da União Europeia enquanto primeiro importador e segundo exportador mundial de produtos agrícolas, o que implicaria desde logo uma participação durável no comércio internacional baseada na competitividade como dimensão fundamental da futura política” (CUNHA, *op. cit.*, 30).

Segundo CARNEIRO (2004: 6), apesar desta reforma da PAC manter os princípios base definidos desde o seu lançamento, é nela que, pela primeira vez, são enunciados princípios e objectivos de desenvolvimento rural, nomeadamente:

– A preservação da face rural da Europa como opção da sociedade, o que implicava assegurar um número suficientemente grande de agricultores ligados à terra.

– A multifuncionalidade como perspectiva futura de encarar a actividade agrícola, ou seja, o desempenho do agricultor na exploração de outras funções associadas à sua actividade para além da produção de bens alimentares, como a preservação do ambiente e da paisagem rural, o contributo para o desenvolvimento local e o ordenamento do território. Este novo conceito assume um papel fundamental na protecção do ambiente e da paisagem rural, contribuindo de uma geral para o desenvolvimento rural e para o ordenamento do território.

– O carácter necessariamente integrado das futuras políticas dirigidas ao mundo rural, assumindo-se a necessidade de incentivar a diversificação da sua base económica, afirmando-se que o desenvolvimento rural não depende exclusivamente do sector agrícola.

Ainda de acordo com CARVALHO (*op. cit.*), a importância que a União Europeia atribui ao desenvolvimento do mundo rural, tendo como alicerce a integração das políticas

e a prioridade de promover a diversificação da sua base económica, assumiu dimensões incontornáveis a partir do final dos anos 90. Factores externos (como a integração da agricultura europeia nas novas regras do comércio mundial e o alargamento da União para Leste) e factores internos (em particular as dificuldades de resposta das medidas aprovadas em 1992 face aos problemas de fundo) explicam a erosão da PAC após a reforma de 1992 e abrem caminho a um novo quadro orientador (nova reforma). Como refere CUNHA (2000: 85), “a desigualdade de tratamento entre os sectores abrangidos pela PAC tem incidências consideráveis no plano regional.

Apesar da maior capacidade redistributiva do novo modelo de política agrícola, das modulações regionais introduzidas e do lançamento de medidas de apoio ao desenvolvimento rural, quer através do programa LEADER¹, quer dos Quadros Comunitários de Apoio, as zonas periféricas, ultraperiféricas e desfavorecidas continuam a não ter uma resposta nem enquadramento satisfatórios por parte da PAC”.

A evolução das políticas e o ajustamento às novas realidades envolventes da agricultura e do mundo rural decorreu (mais uma vez) no contexto de uma profunda reforma estrutural da própria União Europeia, com vista a modernizar algumas políticas fundamentais e preparar a integração de novos países. A Cimeira de Berlim (1999), que aprovou a “Agenda 2000”, fixou as orientações e as linhas de acção da União Europeia para os primeiros anos do novo milénio (2000-2006), em torno de um desafio tripartido: modernizar o modelo agrícola europeu; reduzir as assimetrias regionais em termos de riqueza e de perspectivas económicas; controlar as despesas (aumentos orçamentais moderados até 2006).

A Comissão Europeia, na linha de rumo das conclusões mais válidas fixadas na Conferência de Cork (1ª Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural), realizada em Novembro de 1996, assumiu como prioritárias as preocupações em relação à modernização do modelo agrícola, segundo a tese de que o modelo agrícola europeu se destina a cumprir diversas funções, incluindo a promoção do desenvolvimento económico e ambiental, tendo em vista preservar os modos de vida rurais e as paisagens agrícolas. Estes pressupostos levaram a União Europeia a adoptar novas disposições que apontam para um modelo agrícola mais ecológico e economizador de recursos, com garantias de

¹ LEADER significa Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural. Este Programa de Iniciativa Comunitária, lançado em 1991, foi aprofundado e alargado em 1994-1999 e 2000-2006, através de um significativo reforço financeiro e de uma maior participação dos territórios e das populações rurais.

qualidade e segurança dos alimentos para os consumidores (CARVALHO e SILVA, 2008).

Como resultado da “Agenda 2000”, o Conselho adoptou o Regulamento (CE) 1.257/1999, de 17 de Maio, sobre a ajuda ao desenvolvimento rural a cargo do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que passou a integrar todas as medidas de desenvolvimento rural, de aplicação no período 2000-2006. O referido Regulamento marcou um ponto de viragem na perspectiva da União Europeia sobre o desenvolvimento rural, contribuiu para a simplificação da política rural (na realidade constituiu o único documento normativo base para a programação do período 2000-2006) e aumentou a margem de manobra dos Estados-membros e das regiões na aplicação das diferentes medidas (subsidiariedade). De entre as suas dimensões mais inovadoras, importa salientar o conceito de diversificação da actividade económica do meio rural, que desempenha um papel decisivo na revitalização dos espaços rurais. Sem abandonar a função tradicional de produzir alimentos e outras matérias-primas, a agricultura deve cumprir também outras funções cada vez mais relevantes para a sociedade (FERNÁNDEZ, 2002; IGLÉSIAS, 2004; ARROYO, 2006), nomeadamente a função ambiental (contribuir para a conservação da paisagem e do suporte físico) e social-territorial (contribuir para a diversidade das áreas rurais e para o desenvolvimento territorial equilibrado). A agricultura e os recursos rurais designadamente o “património paisagístico, histórico, construído e cultural, incluindo edifícios e saberes-fazer tradicionais” (CAVACO, 1999-a: 138), configuram âncoras fundamentais para actividades como o turismo em espaço rural².

Deste modo, o desenvolvimento rural emerge como segundo pilar da PAC, mediante o objectivo de estabelecer um quadro coerente e sustentável para o futuro das áreas rurais. Trata-se de complementar as reformas dos mercados – centradas na redução dos preços garantidos nos sectores das culturas arvenses, carne de bovino, leite e produtos lácteos e vitivinícolas – com outras acções que promovam uma actividade agrícola mais competitiva e multifuncional. Os grandes objectivos do pacote de medidas desta nova

² Esta designação recobre um conjunto diversificado de actividades turísticas (alojamento, animação e diversão) e apresenta como características principais a utilização de recursos endógenos (naturais e culturais), a preocupação de conservar e valorizar património(s), a pequena dimensão da unidade de exploração, a atitude participativa e o tratamento personalizado dos turistas. Contudo, é uma actividade muito selectiva e apenas alguns territórios apresentam potencial para serem, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo. Prefigura um dos caminhos para o desenvolvimento, que deve ser integrado numa estratégia territorial sustentável (CARVALHO, 2007).

abordagem dos desafios colocados às economias rurais são criar um sector agrícola e silvícola mais forte, melhorar a competitividade das áreas rurais e preservar o ambiente e o património rural da Europa (CARVALHO e SILVA, 2008).

Pouco tempo depois, no âmbito da 2ª Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (2003), realizada em Salzburgo, com o propósito de avaliar a execução da política de desenvolvimento rural da União Europeia, desde a “Agenda 2000”, e analisar as necessidades futuras, reafirma-se que o “desenvolvimento das áreas rurais já não pode assentar exclusivamente na agricultura, e que a diversificação, quer dentro do sector agrícola, quer para além dele, é indispensável para a promoção de comunidades rurais viáveis e sustentáveis”.

De forma gradual a União Europeia preparou e adoptou as bases de uma política integrada de desenvolvimento rural. A aprovação do Regulamento (CE) 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), é um marco decisivo neste domínio. Com o objectivo de cumprir as prioridades relativas à melhoria da competitividade e ao fomento do crescimento económico e do emprego que se estabeleceram no Conselho Europeu de Lisboa em 2001, e as prioridades relativas ao desenvolvimento sustentável e à integração dos aspectos ambientais nas políticas comunitárias, estabelecidas também no ano de 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo (ARROYO, *op. cit.*), o Regulamento propõe três eixos temáticos de actuação/objectivos fundamentais: o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais.

Ao mesmo tempo, o FEADER criou um eixo transversal, não temático, de aplicação nos outros três eixos, inspirado na metodologia da iniciativa comunitária LEADER, com o objectivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local (CE, 2008). Determina, ainda, a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (que indique as suas prioridades temáticas e territoriais, tendo em conta as directrizes estratégicas da União Europeia), e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (neste caso o Plano Estratégico Nacional deve constituir um quadro de referência, que permita estabelecer uma coordenação horizontal compatível com os programas regionais).

O novo Regulamento, que define as prioridades da União Europeia em matéria de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 em resposta aos grandes objectivos políticos dos Conselhos Europeus de Lisboa e Gotemburgo, corresponde a um esforço para simplificar a normativa de desenvolvimento rural, estabelece a integração de todas as medidas de desenvolvimento rural no âmbito de um instrumento único, e concede uma importante margem de manobra aos Estados-membros para gerir esta política.

Portanto, a política europeia de desenvolvimento para os espaços rurais reconhece a especificidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e reflecte orientações e objectivos diferenciados, através de medidas de apoio direccionadas para os sectores agrícola e florestal (tendo presente as preocupações de competitividade e eficiência produtiva, e as exigências ambientais), para a diversificação da base económica e para a revitalização social. A aplicação desta política diferenciada nas suas iniciativas e destinatários deverá sedimentar uma ruralidade com mais dignidade e qualidade de vida, e contribuir para salvaguardar e/ou valorizar os recursos estratégicos do mundo rural (CARVALHO, *op. cit.*).

Em síntese, a política da União Europeia para o mundo rural reflecte a transição de uma concepção agrícola, centrada no apoio e estímulo directo às produções e aos agricultores, que coincide com um período de acentuado enfraquecimento e desvitalização económica, social e demográfica do espaço rural, para uma concepção pós-agrícola alicerçada na valorização de novas actividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural, que por sua vez acompanha o maior interesse dos territórios e das paisagens rurais por parte da população urbana (LANE, 1994; DONADIEU, 1999; CAVACO, 2005; CAVACO e MORENO, 2006).

2.2 A incidência das políticas europeias de desenvolvimento rural em Portugal

Como acabámos de referir, percorrendo alguns documentos de enquadramento estratégico e normativo, o desenvolvimento rural assume-se como uma necessidade social e política, isto é, esta temática tem vindo a marcar posição no quadro das políticas europeias direccionadas para as áreas rurais, e Portugal não é excepção.

No contexto nacional, é essencialmente a partir dos finais da década de 80, que este reconhecimento ocupa posição no discurso político e nas acções desencadeadas para a

prossecação dos seus objectivos, apesar de “o futuro das zonas rurais portuguesas se encontrar fortemente condicionado pela natureza dos seus problemas de desenvolvimento, e sobretudo, pelas políticas sectoriais e territoriais que vieram a ser definidas” (CAVACO, 1999-a: 137).

De acordo com a Reforma dos Fundos Estruturais iniciada em 1988, cada Estado-membro deveria proceder à elaboração de um Plano de Desenvolvimento, no qual se estabeleceriam as prioridades de desenvolvimento fundamentais para o País, e em particular, para cada região. É neste sentido, e após a aprovação das Grandes Opções do Plano para o período de 1989-1993, que o governo português define uma estratégia de desenvolvimento regional a seguir, e as principais linhas de actuação para esse período – Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).

“Foi através deste Plano que se estabeleceram os eixos fundamentais da actuação política de desenvolvimento regional, e os programas operacionais que cada um deles integrava, as principais acções e o modelo institucional de gestão e controlo dos financiamentos” (CARNEIRO, 2004: 16). Ou seja, o PDR surge como base de negociação ao apoio a conceder pelos Fundos Estruturais Comunitários a Portugal, levando à criação do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA I, 1989-1993).

No âmbito do seu Objectivo 1, foram definidos seis eixos que estruturavam as actuações previstas, dos quais um deles (o Eixo 4) foi consagrado à Promoção da Competitividade de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Este eixo visava melhorar as condições de produção agrícola, desenvolver os recursos humanos, e melhorar a eficácia das explorações agrícolas e a qualidade dos produtos. Importa referir também as acções de desenvolvimento rural, que juntamente com as acções que figuram nos programas do Eixo 6 (Desenvolvimento das Potencialidades de Crescimento das Regiões e Desenvolvimento Local), teriam como objectivo a criação de actividades não agrícolas, oferecendo alternativas em matéria de rendimentos, e readaptar a formação profissional às necessidades das novas actividades implantadas nessas regiões.

O desenvolvimento rural parece adquirir alguma importância na estratégia governamental para o desenvolvimento regional neste período. Contudo, na opinião de CARNEIRO (*op. cit.*, 16), olhando com pormenor “para as dotações orçamentais para o Eixo 4, é possível concluir uma realidade bem diferente, dispondo este eixo apenas de 202 milhões de contos dos quase 1300 milhões dos apoios a fundo perdido previstos

inicialmente (constituídos pelo FEDER, FSE, FEOGA-O e PEDIP³). Destes, somente 8 milhões de contos eram destinados às acções de desenvolvimento rural, ou seja, cerca de 4% do financiamento disponível para este eixo. Confrontando com os 43% destinados ao PEDAP⁴, é possível concluir, que na realidade, o desenvolvimento rural não se constituía como objectivo estratégico deste QCA I, ao contrário do que a denominação dada a este eixo fazia crer”.

A crescente tomada de consciência da importância do desenvolvimento rural para os espaços rurais portugueses marcou os anos seguintes, nomeadamente o QCA II (1994-1999) – que se estruturava em 4 eixos de actuação. Destes quatro eixos, destacamos o Eixo 4 – Fortalecer a Base Económica Regional, onde se integrava o Programa Operacional da Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), de âmbito nacional e com uma gestão descentralizada.

Este programa tinha como principal objectivo “a correcção das assimetrias regionais, explorando as potencialidades da dimensão local do mercado interno, como elemento decisivo no combate ao desemprego em áreas deprimidas e no reforço da base empresarial regional e local”, e procurava responder a “muitos dos princípios do desenvolvimento rural, nomeadamente, pela forma como valorizava as potencialidades locais de desenvolvimento e por privilegiar o envolvimento da sociedade civil organizada e o reforço de mecanismo de cooperação entre a Administração Central, a Administração Local e a organizações locais de desenvolvimento” (*idem, ibidem*).

Contudo, as acções deste programa depararam-se com um conjunto de dificuldades estruturais, inerentes ao nível do envelhecimento das populações, bem como ao estado avançado do despovoamento (causa e consequência do enfraquecimento das bases produtivas), mas também administrativas, uma vez que o seu arranque só se verificou em 1997, como nota a citada autora. Por outro lado, analisando a contribuição financeira para o QCA II, “associada aos montantes fornecidos pela Administração Central, pelas Regiões Autónomas, pelas Autarquias Locais, por empresas públicas e por entidades privadas para este fim, ascendia os 5800 milhões de contos, e que destes somente 114 794 mil contos se destinavam a este programa” (CARNEIRO, *op. cit.*, 19), facilmente compreendemos a posição secundária que o desenvolvimento rural ocupou no âmbito deste QCA II.

³ PEDIP – Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.

⁴ PEDAP – Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa.

Ainda assim, não podemos deixar de referir, que a elaboração deste Programa específico para o desenvolvimento rural, bem como a inclusão dos Programas LEADER e INTERREG nas políticas de desenvolvimento rural, anunciavam um importante passo para a mudança do discurso político referente a este tema.

Neste sentido, é durante a vigência do XIII Governo Constitucional, que o desenvolvimento rural “surge bem individualizado no quadro de acção do novo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), e assume uma posição de intervenção prioritária, articulada com a agricultura, as políticas de ordenamento do território, de desenvolvimento regional e de conservação e valorização do ambiente e dos recursos naturais” (CARNEIRO, *op. cit.*, 19).

No seio deste Ministério coube à Direcção Geral de Desenvolvimento Rural a elaboração, coordenação, acompanhamento e avaliação das medidas e acções de desenvolvimento rural, tendo em linha de conta dois grandes objectivos estratégicos: a equidade territorial e a sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura e das áreas rurais, através de uma intervenção que incidia sobre áreas diversificadas, como o acompanhamento de iniciativas e programas de desenvolvimento local e regional (LEADER, INTERREG, PPDR), a co-gestão de programas e regimes de incentivos de apoio ao emprego e à diversificação socioeconómica dos meios rurais, medidas agro-ambientais, apoio aos produtos tradicionais de qualidade, formação, apoio ao associativismo agrícola e rural, entre outros.

Ainda no âmbito do PPDR, importa referir os sub-programas que visavam concretamente as áreas rurais, nomeadamente, as *Iniciativas de Desenvolvimento Local* que integrava a medida “Apoio ao Desenvolvimento Económico em Núcleos Rurais”, e a medida “Acções de Desenvolvimento Rural”. No que diz respeito à primeira medida, destacamos a implementação dos Centros Rurais, que constituiu “uma experiência piloto com o objectivo de atrair e fixar população rural, melhorar as condições de vida das áreas rurais, adaptando os pequenos núcleos rurais às exigências de vida moderna” (FIGUEIREDO, 2003: 249).

Como refere MORENO (2002: 235), “a abrangência territorial do RCR⁵ (Recuperação de Centros Rurais) caracteriza-se simultaneamente por grande dispersão e

⁵ Na base das acções estava um Plano Global de Intervenção (PGI) gerido por uma “ADL credenciada para o efeito, em estreita colaboração com as CCR, DRA, Direcção Geral de Turismo, Centros de Emprego, Autarquias e organizações locais” (MORENO, 2002: 235).

considerável inclusão de municípios (num total de 83), muitas vezes vizinhos, apesar de compreender apenas 6% das freguesias do país e 2% da população. Os 45 Centros Rurais (CR) aprovaram 2015 projectos e representaram um investimento superior a 86 milhões de euros, destacando-se, no que diz respeito à natureza dos promotores, as câmaras municipais (42,4% dos projectos e 60% do investimento), os particulares (26,4% dos projectos e 10,4% do investimento), e as entidades locais (12,5% dos projectos e 14,4% do investimento), conforme dados recolhidos pelo autor. Em termos de tipologia de projectos e investimento RCR, verificou-se que 40% dos projectos e 65% do investimento “corresponde a execução, melhoramento ou adaptação de infra-estruturas e equipamentos”, e dentro deste domínio 13% dos projectos e 25% do investimento corresponde a vias e espaços exteriores às povoações (caminhos, estradas, pontes, pontões, muros de rio, loteamento industrial, zonas de lazer...), seguindo-se as vias e espaços das povoações (ruas, muros, praças, recintos, etc.), com 7% dos projectos e 5,6% do investimento” (MORENO, *op. cit.*, 241).

Salientamos também, dada a importância para a nossa investigação, o Programa das Aldeias Históricas que pretendeu integrar objectivos patrimoniais, económicos e sociais numa estratégia de desenvolvimento que visou, igualmente, objectivos turísticos. As linhas de acção do PAHP foram direccionadas para as infra-estruturas básicas, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002). Esta iniciativa nacional, lançada no âmbito do QCA II, com continuidade no QCA III (através do Programa Operacional da Região Centro, nomeadamente as Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias), abrangeu de forma selectiva uma dezena de lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), em 1994-1999, a que se juntaram mais dois (Belmonte e Trancoso), em 2000-2006 (CARVALHO e CORREIA, 2008:a), e envolveu investimentos superiores a 40 milhões de euros.

O caminho que se preconizava para o Desenvolvimento Rural em Portugal veio acentuar-se com a sua inclusão nos eixos estratégicos do QCA III (2000-2006), e com a aplicação de diversos programas e medidas, na sua maioria, com origem na União Europeia. Neste sentido, um dos objectivos estratégicos assumidos pelo PDR foi o de promover uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural

sustentável. Neste contexto, as principais componentes relativas ao desenvolvimento agrícola e rural são integradas em dois eixos do QCA III, nomeadamente:

– No Eixo 2. “Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro”, através do Programa Operacional “Agricultura e Desenvolvimento Rural”, o Programa AGRO;

– E no Eixo 4. “Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”, através da Medida “Agricultura e Desenvolvimento Rural” dos Programas Operacionais Regionais – Medida AGRIS.

Estes dois instrumentos (sobretudo programas de desenvolvimento para o sector agrícola) são acompanhados por outros na política agrícola e de desenvolvimento rural, dos quais destacamos:

– O Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) conhecido por RURIS, e financiado pelo FEOGA-Garantia.

– O Programa Operacional Pescas, integrado no QCA III (que inclui seis medidas que visam a modernização do sector e a sua sustentabilidade).

– O Quadro Regulamentar e apoios das Organizações Comuns de Mercado, através do FEOGA-Garantia.

– A Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural, LEADER+, por meio do FEOGA-Orientação (que visa a valorização do potencial específico dos territórios rurais, a promoção da qualidade e o apoio à organização dos agentes de desenvolvimento rural).

Este último constitui, de facto, o instrumento que deu maior visibilidade aos princípios orientadores do desenvolvimento rural no período que decorre desde o início dos anos 90 (século XX) até meados da presente década, e por isso merece uma análise mais aprofundada, no sentido de salientar a forma como foi implementado e os principais resultados que foram obtidos.

Lançado em 1991, pela Comissão Europeia, o Programa LEADER perfilhava os princípios do desenvolvimento local, e visava o combate ao despovoamento das áreas rurais, numa óptica de revitalização do seu potencial endógeno. Como refere BARROS (1998: 9) este programa reconhecia o mundo rural “como um sistema pluriactivo susceptível de usos múltiplos e o protagonismo do desenvolvimento local, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa”, e propunha a experimentação de novas abordagens locais, inovadoras, tendo por base uma concepção integrada e endógena de desenvolvimento das áreas rurais.

O seu “carácter demonstrativo relativamente ao desenvolvimento rural e à conjugação com outras formas de intervenção, promovidas por agentes públicos e privados, que definem em comum uma estratégia e um conjunto de medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território, pretendeu por fim às acções centralizadas e autoritárias, pela adopção de uma estrutura aberta à população” (CARNEIRO, 2005: 10). Segundo esta autora, a hierarquia é substituída pela autonomia e dá-se prioridade à noção de experimentalidade, e não à execução de ordens. Por outro lado, abandona-se a centralização em favor da descentralização, através de uma maior proximidade com os problemas, com as potencialidades, com os recursos e com as soluções locais, ou seja, dando especial atenção à diferença, em vez da uniformização.

Na perspectiva de MORENO (2009: 125), é possível identificar sete especificidades fundamentais como sendo características da abordagem LEADER: 1) a abordagem territorial; 2) a abordagem ascendente; 3) o grupo local; 4) o carácter inovador das acções; 5) a ligação entre as acções (abordagem integrada, multi-sectorial); a instalação em rede (a nível regional, nacional e europeu) e a cooperação transnacional; 7) as modalidades de gestão e de financiamento”.

Inicialmente o LEADER I (1991-1994) envolveu 20 “Zonas de Intervenção” (ZI), com incidência em 37% do espaço nacional e 14% da população, num total superior a 2000 projectos (a que correspondeu cerca de 73 milhões de euros de investimento) repartidos por áreas diversas, embora o turismo rural tenha assumido lugar de destaque: 46% dos projectos e 56% do investimento aprovado (GEOIDEIA/IESE, 1999: 146).

A segunda fase do Programa (LEADER II, 1994-1999) foi marcada por aprofundamento, generalização e reforço financeiro, e integrou um conjunto de 48 entidades locais (Grupos de Acção Local – GAL). Segundo o Relatório de avaliação elaborado pela GEOIDEIA/IESE (2002), citado por CARVALHO (2005), o LEADER II, abrangendo cerca de 70% do espaço nacional e 33% da população portuguesa, aprovou 7030 projectos e um investimento total de 217.650.460 euros. O número de projectos aprovados por Entidade Local foi de 146.5, com variações regionais, as mais importantes entre os valores extremos: 103 (Madeira) e 218 (Açores).

No que diz respeito aos domínios de intervenção (22) destacam-se “três categorias que incluem mais de metade dos projectos aprovados (51,5%) e do investimento total (53,3%), nomeadamente:

– Apoio a actividades económicas (instalações, equipamentos, contratação, comercialização e modernização): 27,3% dos projectos e 32,2% do investimento. Estas actividades subdividem-se em turismo rural (4,9% do total de projectos e 10,6% do investimento), artesanato (5% do total de projectos e 4,2% do investimento) e outras actividades (17,4% do total de projectos e 17,4% do investimento), donde se destacam as actividades de restauração e a agricultura.

– Divulgação dos lugares e das produções (13,2% dos projectos e 7,2% do investimento); esta categoria inclui sobretudo as acções publicitárias e a realização e participação em feiras, exposições e certames.

– Ambiente e ordenamento do território (11% dos projectos e 13,9% do investimento); este domínio integra especialmente as iniciativas que promovem a preservação e a valorização das paisagens e do ambiente natural, bem como as intervenções urbanísticas (jardins, parques, arranjos de largos ou conjuntos urbanos”, (CARVALHO, *op. cit.*, 152).

Destacamos ainda a crescente valorização do domínio patrimonial e museológico (7,6% dos projectos e 8,4% do investimento), bem como o apoio concedido às associações locais e culturais (9,8% dos projectos e 6,7% do investimento).

Apesar da dimensão financeira por projecto ser muito diferenciada (aproximadamente 30.960 euros por projecto), do conjunto de acções delineadas (imateriais e materiais), destacam-se nestas últimas, “os projectos no âmbito do turismo rural com uma dimensão média de 66 495 euros” (GEOIDEIA/IESE, *op. cit.*, 36-37).

A concretização destes projectos reuniu uma vasta equipa de promotores, designadamente: autarquias locais (27.1% dos projectos e 29.7% do investimento aprovado), com especial destaque para a presença das Câmaras Municipais); associações sociais e culturais (20.1% dos projectos e 12.3% do investimento aprovado); entidades locais LEADER (15.6% dos projectos e 22.2% do investimento); promotores individuais (17.6% dos projectos e 17.2% do investimento), com especial destaque para os homens que representam quase 2/3 deste grupo.

“Os dados relativos à localização geográfica dos projectos (...) revelam um equilíbrio numérico entre o número de projectos situados nas freguesias sede de concelho (37,8%) e os que se desenvolvem fora desses espaços (44,8%); os restantes projectos tiveram lugar em várias ou na totalidade das freguesias das Zonas de Intervenção (14,1%)” (*idem*: 38).

“No período 2000-2006, o LEADER+ apenas implicou um pequeno reajustamento territorial no Sul, passando a compreender o trabalho de 52 organizações associativas, promovendo o DL em 80% do país”, e “diferenciou-se na especial promoção da cooperação e da organização das parcerias a nível local, interterritorial e transnacional” (MORENO, *op. cit.*, 125).

Com efeito, os objectivos deste Programa (estruturado segundo 3 vectores – quadro 1) visaram incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande qualidade, relacionadas com a experimentação de novas formas de: 1) valorização do património natural e cultural; 2) reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho; 3) melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Quadro 1. Objectivos específicos do PIC LEADER+ em Portugal

Vectores	Objectivos Específicos
<p>1. Estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização de novos repositórios de saber-fazer e de novas tecnologias; · Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais; · Valorização dos produtos locais; · Salvaguarda do ambiente e da paisagem; · Preservação do património e da identidade cultural dos territórios rurais; · Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das “zonas rurais”.
<p>2. Apoio à cooperação entre territórios</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais.
<p>3. Colocação em Rede</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Incrementar a informação, a troca de experiências e boas práticas, a reflexão conjunta e a concertação de pontos de vista entre os parceiros e outros actores do desenvolvimento rural; · Contribuir para uma maior articulação das políticas e uma melhor aplicação dos outros instrumentos de intervenção com impacto nas “zonas rurais”; · Criar condições para o estabelecimento de novas relações de cooperação.

Fonte: CARVALHO *et. al.* (2007-a).

Para a prossecução destes objectivos foi delineada uma estrutura de regimes de apoio constituída por medidas e submedidas. Em relação ao Eixo 1 foram definidas quatro medidas: “Investimentos” (investimentos em infra-estruturas; apoio a actividades produtivas; outras acções materiais); “Acções Imateriais” (formação profissional; outras acções imateriais); “Aquisição de Competências” e “Despesas de Funcionamento dos GAL”. Por sua vez o Eixo 2 compreende duas medidas: uma, designada de “Cooperação Interterritorial”, para a cooperação entre territórios rurais nacionais, e outra, denominada “Cooperação Transnacional”, para a cooperação internacional entre territórios rurais.

Como notam CARVALHO e SILVA (*op. cit.*), com base nos resultados dos relatórios de execução anuais, até 31 de Dezembro de 2006, o LEADER+ aprovou 6574 projectos (91% referentes ao vector 1 e 9% afectos ao vector 2) para um investimento total aprovado de 258.594.683 euros (95% referente ao vector 1 e 5% ao vector 2), com uma média de 126.4 projectos por Entidade Local e de 39.336 euros de dimensão média financeira por projecto.

No que diz respeito ao vector 1 (com 5979 projectos e um investimento de 244.520.084 euros), os citados autores constataram a preponderância dos projectos de carácter material em detrimento do imaterial, com a medida 1 (investimentos) a representar 60% dos projectos e 67,1% do investimento financeiro deste vector, com destaque para a sub-medida 1.2 (apoio a actividades produtivas) com 26,8% dos projectos e 38,4% do investimento. No âmbito da medida 2 (acções imateriais), com cerca de 35% dos projectos e 18% do investimento, destaca-se a sub-medida 2.2 (outras acções imateriais) com 33,2% dos projectos e 17,2% do investimento. Com efeito, a análise da execução financeira por sub-medidas revela que as sub-medidas 2.2 e 1.2 concentram cerca de 60% dos projectos aprovados.

De acordo com o Relatório Anual de Execução de 2006, a distribuição dos projectos aprovados por tipologia de promotor mostra que os Privados Colectivos assumem 21% dos projectos, os GAL 28% e a Entidade Gestora 12%. Os Privados Individuais assumem 13% dos projectos aprovados, e a Administração Local não integrada na parceria do GAL e constituída sobretudo por Juntas de Freguesia, assume 12% dos projectos aprovados.

Quanto ao investimento aprovado, segundo a mesma fonte, verifica-se uma elevada representatividade da Parceria LEADER+, e do sector empresarial com 29% logo seguida pelo sector associativo com 12%. No sector empresarial destacam-se os 15% de

investimento assumidos pelas Empresas e no que diz respeito ao sector associativo 10% de investimento das associações (CARVALHO e SILVA, *op. cit.*).

A distribuição por sub-medida mostra que os privados individuais e as empresas promovem cerca de 72% dos projectos da sub-medida 1.2 (quer em número quer em investimento aprovado). A Administração Local domina a sub-medida 1.1 (infra-estruturas) seja em investimento seja em número de projectos aprovados enquanto as Associações têm primazia na sub-medida 1.3 (outras acções materiais). Para além destes projectos ambos promovem maioritariamente investimento na medida 2.2 (outras acções imateriais).

No que diz respeito à distribuição geográfica das iniciativas neste vector do LEADER+, destacam-se, na perspectiva da concentração do número de projectos, as regiões do Alentejo (18,7%), Beira Litoral (14,4%) e Entre Douro e Minho (12,2%), em oposição às regiões do Algarve (5,7%) e Madeira (4,2%).

Por último, importa referir, em relação aos novos instrumentos de desenvolvimento rural (no alinhamento das directrizes da União Europeia para o período de 2007-2013), que a sua recente introdução em Portugal (através do PRODER⁶) não permite ainda tecer considerações significativas, acerca da sua aplicação ou dos resultados alcançados.

Por outro lado, o desenvolvimento rural emerge como uma importante componente específica da política de ordenamento e desenvolvimento territorial, como é o caso do Programa Nacional da política de Ordenamento do Território (PNPOT). Este instrumento estruturante da política de desenvolvimento territorial do País reconhece a “necessidade de conciliar a protecção da natureza, a conservação da paisagem e o apoio à manutenção e diversificação de actividades económicas baseadas na valorização de recursos endógenos e na melhoria das condições de vida e de atracção das pessoas, iniciativas e investimentos, ao serviço do desenvolvimento local sustentável”. De igual modo, preconiza a relevância de “uma estratégia de relacionamento entre centros urbanos e áreas rurais que recuse a compartimentação estanque entre uns e outros e contribua para constituir os primeiros em núcleos de apoio activo às condições de desenvolvimento em meio rural”.

⁶ No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente decorrem intervenções relacionadas com os eixos 1 (aumento da competitividade da agricultura e silvicultura) e 2 (melhoria do ambiente e da paisagem rural), e está aberta a primeira fase de candidaturas ao abrigo do eixo 3 (promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e diversificação da actividade económica no conjunto dos espaços rurais).

Assim, em resultado da “diversidade estrutural dos territórios rurais e das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, tem-se vindo a reforçar, nomeadamente em Portugal, a consciência de que a resposta coerente aos desafios do ordenamento dos espaços rurais, da sustentabilidade ambiental e da viabilidade económica da agricultura deve envolver uma abordagem territorial que valoriza a multifuncionalidade da agricultura e a diversificação das opções dos territórios” (PNPOT, 2006: 2956).

2.3 Os ambientes de montanha e as suas especificidades

No quadro da problemática geral do desenvolvimento rural, os ambientes de montanha apresentam especificidades que justificam uma análise particular no sentido de explicitar as suas dinâmicas recentes e a importância estratégica do planeamento no desenho e implementação de novos caminhos para o seu desenvolvimento sustentável.

Como assinala CARVALHO (2005: 187, citando GRAÇA, 2003), “cerca de 1/10 da população mundial vive em áreas de montanha e (...) mais de dois milhões de pessoas dependem das montanhas para a obtenção de recursos alimentares, energia hidráulica, madeira, minerais”. As estimativas sobre as áreas de montanha⁷ ao nível mundial “variam entre 1/4 a 1/5 da superfície terrestre e este largo intervalo prende-se a diferentes critérios de delimitação geográfica, como por exemplo a distinção entre montes e montanhas, ou a inclusão, ou não, dos grandes planaltos” (GRAÇA, *op. cit.*, 374).

No caso da União Europeia, as montanhas representam quase 40% da sua superfície total, por onde se repartem mais de 30 milhões de habitantes, e configuram um grande potencial de recursos vitais (hídricos, florestais, eólicos, biodiversidade, entre outros), para a população e a geoeconomia local, e também para a população urbana e as actividades de lazer e turismo.

A relevância dos valores ambientais e patrimoniais das montanhas e a sua crescente valorização social é assinalada por diversos autores como, por exemplo, MOLINA (2002) ao referir que “a montanha representa a natureza por excelência: as condições de vida e do meio particularmente rudes e as dificuldades de penetração favoreceram a manutenção de

⁷ As dificuldades sentidas para identificar e delimitar as montanhas decorrem da diversidade das paisagens/ambientes de montanha. Na União Europeia, após três décadas de reflexão, os critérios de identificação e definição geográficas das áreas de montanha integram em simultâneo dimensões físicas, sociais, económicas e culturais.

certos equilíbrios ecológicos das suas paisagens, de tradições no habitat e o modo de vida que representam um imenso capital de natureza viva, de ar e água puros, de solidão. A preservação desses valores, é uma tarefa inadiável, tanto mais que a montanha representa o antídoto da sociedade moderna, da sociedade urbana”.

As imagens e as representações frequentemente associadas às montanhas decorrem em boa parte das suas limitações: territórios hostis, difíceis, desfavorecidas – termos que a CEE reconheceu associados às montanhas em meados dos anos 70 quando lançou as primeiras normativas para corrigir esses problemas.

Em relação às fragilidades, elas estão associadas ao desaparecimento das actividades regulares e do próprio homem e a ruptura deste equilíbrio provoca uma reacção em cadeia. Nas últimas décadas o abandono levou a dinâmicas de riscos (naturais e também de carácter humano) e a ausência de monitorização dos impactes é hoje uma grande preocupação (CARVALHO, *op. cit.*). As maiores preocupações actuais prendem-se com o ordenamento e o desenvolvimento sustentado das montanhas e das suas populações, também na perspectiva do reconhecimento das diferentes funções de interesse colectivo relacionadas com a utilização dos seus diversos recursos (CARVALHO e CORREIA, 2008-a).

No caso de Portugal, a montanha reflecte formas próprias de apropriação e utilização, em função de factores diversos (económicos, sócias, políticos e culturais), na génese de uma evolução complexa, que nas últimas décadas permite vislumbrar novas vocações e aproveitamentos, em particular no contexto das actividades relacionadas com o lazer e o turismo, com incidências económicas, sociais e territoriais distintas (FERNANDES, 2008).

Como refere CARVALHO (*op.cit.*), citado por CARVALHO e CORREIA (*op.cit.*), a montanha em Portugal, pelo menos até meados do século passado, é sinónimo de espaço isolado, inóspito e repulsivo, situação que resulta, ao mesmo tempo, do papel secundário (marginal) que se atribuiu às regiões montanhosas nas políticas territoriais.

Posteriormente, a montanha reflecte a crise das actividades tradicionais (agricultura, pastorícia e exploração florestal) e os movimentos migratórios (internos e externos) que afectaram a maioria da população, com particular intensidade entre 1940 e 1980. As montanhas em sentido geral transformam-se em espaços fragilizados, despovoados, vazios, apagados e envelhecidos. Uma parte significativa dos lugares de montanha atingiu o máximo demográfico cerca de 1911 ou 1940. De tal maneira, que é

frequente identificar situações de intenso e continuado declínio demográfico, em que os indicadores de população residente actuais reflectem níveis muito inferiores em relação ao referido registo, assim como lugares abandonados e arruinados, e outros recuperados (no âmbito da residência secundária) mas sem população residente.

O declínio do povoamento e das actividades económicas nas montanhas acompanha a crise do sistema rural que se generaliza no país. Esta manifesta-se no desaparecimento de modos de vida e formas de ocupação e organização espacial seculares, através das quais se manifestavam relações harmoniosas entre a sociedade e o território ao longo do tempo. Factores externos como a florestação estatal dos baldios serranos e a construção de aproveitamentos hidroeléctricos, entre outros, contribuíram também para alterar uma situação de um certo equilíbrio ecológico (CARVALHO, 2008-a).

Contudo, as últimas três décadas reflectem importantes mutações no discurso, nas políticas e na imagem da montanha. O título “da montanha produtiva à montanha recreativa” enquadra o que de mais importante marca a evolução do perfil territorial e a renovação da imagem da montanha, sendo que estes são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores e de práticas turísticas e recreativas. Os recursos da montanha mais valorizados socialmente afastam-se dos valores produtivos, embora se reconheça o papel desse espectro para a manutenção da paisagem e a importância estratégica dos recursos florestais, minerais, hídricos e eólicos (CARVALHO, 2005).

A apropriação da montanha é comandada do exterior e as populações urbanas procuram a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupam de forma permanente (neo-rurais), ou utilizam no âmbito dos tempos livres (residência secundária, turismo, entre outros). As suas paisagens, das menos alteradas pela acção milenar do factor antrópico, são de forma crescente sinónimo de reserva ambiental/patrimonial e de grande qualidade estética e visual.

Esta matriz de transição funcional dos espaços de montanha está muito articulada com a valorização de recursos eco-culturais e a utilização crescente do tempo livre. A descoberta dos encantos do meio rural, e em particular da montanha, e o culto urbano de uma certa ruralidade, no âmbito dos lazeres turísticos sugere também algumas preocupações no âmbito das políticas e instrumentos de desenvolvimento para as montanhas. Como lembra MESSNER (2001) o que está causa é assegurar a continuidade das montanhas como espaços de vida diversificados, qualificados e sustentados. Por outras palavras, é essencial assegurar a continuidade de actividades económicas, mediante

práticas sustentáveis, no sentido de manter níveis mínimos de população residente e preservar e valorizar os recursos naturais e culturais.

Com efeito, o risco e a vulnerabilidade que está associado às áreas de montanha, “quer devido às alterações climáticas, quer devido às mudanças sociais e económicas do tempo presente” (SERAFIM, 2005: 3), a modificação dos tipos e padrões de uso da montanha e a sua paisagem, exige a definição e articulação de políticas e instrumentos orientados para o uso diversificado e para a participação comprometida dos habitantes e actores locais.

As orientações políticas da União Europeia, procuraram, sobretudo, compensar as dificuldades naturais (por via da política agrícola) e valorizar um número reduzido de recursos/actividades (como, por exemplo, a neve, o turismo e os desportos associados). A crescente valorização política da componente territorial e dos mecanismos de cooperação e trabalho em rede traduz um incremento do número de propostas conceptuais e de acções de reconhecimento da especificidade dos territórios montanhosos.

A preocupação de integrar as montanhas nas políticas comunitárias e sobretudo a necessidade de uma política europeia de montanha, alargando a política de coesão e aprofundando a política regional a favor dos territórios específicos da União Europeia, nos quais se incluem as montanhas, assume grande significado na conjuntura actual da União Europeia.

Em Portugal, ao contrário do que sucede em outros países europeus (como, por exemplo, Espanha, França, Itália e Suíça), não existe uma política específica para as montanhas. Se podemos identificar algumas intervenções sectoriais é também inevitável reconhecer as suas fragilidades e desarticulações (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Com efeito, diversas políticas tiveram incidência nas áreas de montanha, embora poucas tenham sido estruturadas quer de acordo com a especificidade (e a diversidade) das montanhas quer de forma inclusiva para as populações locais. A política económica do Estado Novo, designadamente os aproveitamentos hidroeléctricos e a florestação estatal dos baldios serranos, sem conseguir criar verdadeiras condições de oferta, continuidade e vinculação ao nível do mercado de trabalho local, coincide com o período de maior agonia das condições de vida na montanha e com o declínio demográfico acentuado.

Depois, no advento da democracia e no quadro da União Europeia, é preciso sublinhar medidas como a criação da rede nacional de áreas protegidas e diversas iniciativas relacionadas as políticas agrícola e regional da União Europeia.

No primeiro caso, a classificação de áreas com especial valor natural e cultural, acompanhando as tendências e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, arrancou de forma decisiva no início dos anos 70 (em 1971 foi classificado o Parque Nacional da Peneda-Gerês) e nestas quase quatro décadas aportou mais de três dezenas de sítios (segundo as categorias de parque nacional, parque natural, reserva natural, área de paisagem protegida e monumento natural).

A actual estrutura das áreas protegidas é constituída por mais de 700 mil hectares⁸, distribuídos pelo continente e ilhas, o que configura cerca de 20% do território nacional (considerando, também, a Rede Natura 2000 – projecto da União Europeia para a conservação da biodiversidade, lançado no início dos anos 90). As áreas de montanha são uma importante parte desta rede: “dos doze Parques Nacionais e Naturais (...), cerca de 2/3, a que corresponde 75% da área protegida, correspondem a “serras”, ou seja, a espaços que, pelo menos no contexto regional, deverão ser encarados como espaços de montanha” (CUNHA, 2003: 185). Contudo, a escassez de recursos económicos e humanos, as dificuldades orçamentais e o atraso no que diz respeito aos processos de elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão territorial específicos para estas áreas (planos de ordenamento das áreas protegidas), entre outros factores (nomeadamente de natureza política), têm comprometido de forma evidente a capacidade de acção e a prossecução dos objectivos fundamentais desta importante rede territorial.

Na segunda situação, destacam-se diversas iniciativas de promoção do desenvolvimento local e do potencial endógeno. Para além do PIC LEADER (já referido), sem dúvida aquele que apresenta maior visibilidade e maior valor acrescentado, podemos referir, a título de exemplo, algumas intervenções no âmbito dos programas operacionais regionais, como as Acções Integradas de Base Territorial da Serra da Estrela e do Pinhal Interior (Centro de Portugal).

Por último, importa referir que o quadro do ordenamento territorial integra ainda os instrumentos de gestão territorial da responsabilidade directa dos municípios, embora estes apontem de forma esmagadora para uma incidência de planeamento (essencialmente regulação do uso do solo). Os sinais que advêm da construção de novas matrizes conceptuais, em especial a abordagem estratégica territorial, abrem novos caminhos para a coordenação, a cooperação e a maior eficácia das intervenções.

⁸ Mais de 89% dos quais dizem respeito aos parques naturais (FERNANDES, 2003).

Em síntese, importa sublinhar que os espaços de montanha apresentam características e indicadores alinhados com o sentido das trajectórias do mundo rural, e até podem reforçar de modo significativo as suas especificidades e problemas estruturais.

O crescente reconhecimento, a diversos níveis, da sua importância para o desenvolvimento territorial, social, económico e ambiental, faz do ordenamento e da gestão temáticas de grande actualidade e relevância científica e social.

As maiores preocupações e as tarefas mais urgentes referem-se às paisagens em rápida transformação, como são as áreas de maior abandono, ou aquelas onde a actividade recreativa e turística, dispersa e descontrolada, ameaça alterar radicalmente as funções desses espaços, e com eles, a paisagem (CARVALHO e CORREIA, *op.cit.*).

Como se depreende das ideias expostas neste capítulo, os espaços rurais europeus aparecem cada vez mais comprometidos com novas funções/utilizações e mais (inter)dependentes da sociedade urbana (FIGUEIREDO, 2003; FERNANDES, 2004; CAVACO e MORENO, 2006). Nesta atmosfera de mudança, o turismo e o património assumem grande expressão como alavancas no desenho de vias alternativas ou complementares de desenvolvimento (BUTLER *et al.*, 1998; KNEAFSEY, 2001; HALL *et al.*, 2003; CARVALHO *et al.*, 2007-b).

É este contexto relacional que vamos explicitar no capítulo seguinte do nosso trabalho.

3. O turismo e o património no contexto das novas oportunidades para o desenvolvimento do mundo rural e das áreas de montanha

3.1 O turismo e os turistas no início do século XXI

O conceito de turismo reflecte a sociedade de cada época, e nas últimas décadas temos assistido a profundas mudanças face ao desenvolvimento e diversificação da actividade turística. Neste sentido, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, o turismo emerge como um fenómeno mundial com implicações nos mais diversos sectores.

O movimento internacional de turistas, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), regista, desde então, um crescimento muito significativo: de 25 milhões de viagens turísticas, em 1950, para quase 694 milhões de viagens em 2003, e cerca de 922 milhões em 2008.

O turismo ganha uma importância económica e operam-se grandes transformações que contribuíram para a sua afirmação no mundo global das quais destacamos: o crescimento económico das sociedades industriais em relação a alterações ao nível das relações de trabalho; a redução dos horários de trabalho; a antecipação da idade da reforma; o aumento da esperança média de vida; o crescimento do PIB (MAGUSTO, 2003), e a implantação do décimo terceiro mês pago (subsídio de férias) que veio possibilitar o acesso das camadas mais baixas da população à realização de viagens, consideradas então como uma fuga ao seu quotidiano (RODRIGUES, 2007).

Também a difusão do automóvel e do avião vieram massificar o turismo e permitir destinos diferentes e bem mais distantes dos locais de residência (PINTO, 2003: 42). Nas palavras de BAPTISTA (1997: 29), “o tráfego aéreo “charter” foi também o verdadeiro impulsionador do turismo de massas. Até 1950, estava limitado pela legislação aeronáutica de diferentes países. Nesse ano, a *Civil Aviation Act* liberalizou essas restrições a voos não regulares. Dois anos mais tarde mudaram as estruturas tarifárias e aparece a classe turística, que democratizou o tráfego aéreo (...)”. Surge depois o *Inclusive Tour Charter*, em que a viagem aérea, o hotel e o transporte terrestre ficam incluídos no mesmo preço, o que actualmente se designa por “pacote turístico”. Por outro lado, as práticas turísticas tornam-se padronizadas e fortemente influenciadas pelas novas e avançadas tecnologias.

Na “sociedade de informação a apresentação da oferta turística na Internet é uma realidade, recorrendo à multimédia (som e imagem), os consumidores obtêm um conhecimento prévio do ambiente dos diferentes destinos. A procura para viajar será baseada menos em termos de familiaridade, dependência, ordem, e mais na atractividade, na autonomia e na informalidade”.

Surgem também “pequenas empresas turísticas de base local ou familiar, ao mesmo tempo que surgem novos serviços e novas formas de prestação: clubes de férias, cadeias transnacionais de hotéis e restaurantes, difusão do time-sharing e o surgimento de operadores turísticos” (MAGUSTO, *op. cit.*, 28-29).

STAFFORD (1995: 5) expressa bem a forte difusão do turismo, considerando-o uma “activité de rentier réservée à une élite aristocratique et bourgeoise qui s’est rapidement massifiée pour toucher (inégalement il est vrai) toutes les couches sociales”.

Segundo TORRES (1998: 148), esta generalização atinge o seu auge com a expressão “turismo de sol e mar” que é entendida pelo imaginário dos turistas como sinónimo de “turismo de massas”, e que assentou claramente, numa padronização dos turistas, dos espaços e até das práticas, de forma a encaixarem e a adequarem-se às funções turísticas que os promotores turísticos mundiais começaram a impor como forma de potenciarem os seus lucros, numa lógica de economia de escala.

O designado “turismo de massas” é visto como uma forma de turismo que assenta num modelo de desenvolvimento que coloca em perigo o ambiente, e que é por excelência o seu suporte (RODRIGUES, *op. cit.*). Ou seja, a relação existente entre ambiente, turismo e prosperidade económica nem sempre foi harmoniosa. Isto porque estamos perante uma forma de turismo que apresenta potencialidades, mas também constrangimentos (LUÍS, 2008).

Os principais constrangimentos do turismo de massas estão relacionados com o aumento do número de turistas, e conseqüentemente, o maior consumo de energia e de combustíveis que contribuem para o acelerar dos níveis elevados de poluição; a sobreutilização dos recursos; o consumo excessivo de água; a localização inadequada de infraestruturas turísticas, por vezes, em áreas frágeis do ponto de vista ambiental: a ineficácia ou ausência dos sistemas de recolha e tratamento do lixo; a concentração excessiva de turistas em determinadas regiões ambientalmente frágeis, entre outros problemas.

Segundo diversos autores, a expansão do turismo e o seu comportamento benéfico (ou não) tem sido encarado como um importante factor para o desenvolvimento económico

e social. Com efeito, é importante reflectir sobre o papel do turismo no ordenamento do território e no desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma questão sensível (principalmente em termos ambientais), com múltiplos aspectos a considerar, e que serão oportunamente abordados na nossa investigação.

É a partir dos anos 70 do séc. XX, que vamos assistir à procura de novas actividades e de novos espaços, face ao congestionamento que se começou a verificar nos locais tradicionais de turismo de massas e face à “inadequación de los productos turísticos propuestos y las necesidades, siempre en evolución de las clientelas turísticas” (TORRES, *op. cit.*, 148).

Desenham-se novas tendências, a partir da diversificação e segmentação dos interesses dos turistas (CARVALHO, 2006: 5), e surge o designado “turismo alternativo” ou complementar⁹, ou exclusivo¹⁰”, que na opinião de SIRGADO (2001: 77), citando autores como PEARCE (1989) e SMITH e EADINGTON (1992), se traduz “na afirmação de um novo paradigma, que podemos formular como um turismo ambiental e humanamente responsável, orientado por um imaginário de simbiose turista-ambiente-comunidade de acolhimento”.

Na opinião de TORRES (*op. cit.*, 150), o turismo alternativo configura “toda aquella oferta turística diferente a la existente (sol y playa) sin limitación espacial, pues todos los espacios pueden ser considerados potencialmente turísticos, ni temporal ya que tampoco tiene una duración específica, puede demandarse para un sólo día, incluso sin pernoctación, para una semana o incluso para la totalidad de las vacaciones anuales”.

A afirmação deste novo turismo, por oposição a um turismo vinculado a férias padronizadas, dirigidas a uma clientela indiferenciada e massificada (POON, 1993), decorre da crescente liberalização aérea, reestruturação económica, preocupação ambiental e flexibilização das férias, e não pode ser dissociada das mudanças de comportamento dos turistas.

Com efeito, em relação às novas atitudes dos turistas, um estudo da Organização Mundial do Turismo (publicado em 2003), citado por BARROS (2004: 88), considera que “os turistas são hoje mais activos do que no passado. Para além disso, os interesses vão-se diversificando e segmentando, a saber: o maior interesse na recreação, nos desportos, na

⁹ Expressão utilizada por TORRES (*op. cit.*, 148).

¹⁰ Expressão utilizada por MARTINS (1994:134).

aventura, no conhecimento da história e da cultura, na natureza e na vida selvagem das áreas visitadas”.

Por outro lado, os turistas são cada vez mais participativos e exigentes, mais preocupados com a sustentabilidade dos territórios e a preservação dos bens patrimoniais, e menos influenciados pelas perspectivas da oferta turística massificada (CARVALHO, *op. cit.*). Entre outros autores, também NETO (1998) afirma que o turista será cada vez mais exigente e culto, que procurará orientar as suas escolhas em função da qualidade, que sentirá uma necessidade absoluta de informação, que procurará a originalidade, a diferença e que quererá desenvolver férias activas, deslocando-se preferencialmente, para locais aprazíveis e com pouca densidade turística.

A Direcção Geral do Turismo (2002), também apresenta algumas características do turista do futuro, e que vão assentar nos seguintes vectores determinantes: necessidades de informação; exigência de qualidade; necessidade de férias activas/desportivas; uso crescente da segunda residência ou apartamento de férias; recurso mais forte a férias individuais; recurso mais frequente a pequenas “pausas” e a férias secundárias fora da época alta, além da redução da duração das férias principais; sofisticação dos padrões de consumo dos potenciais turistas; interesse pela vivência de experiências de índole cultural; e por fim, a consciência e exigência do “value for money”.

Em síntese, como refere CAVACO (1996: 11), “estamos a assistir a uma maior atenção a novas formas de turismo, perspectivadas numa lógica de equilíbrio e de respeito nas vertentes natural, social e psicológica”, e assim, como assinala McGETTIGAN (2005), emergem novos produtos/tipologias em resposta ao facto de os consumidores serem cada vez mais especializados, exigentes, esclarecidos e predispostos a participar nas actividades turísticas.

Portugal não foi alheio a este fenómeno, e a partir da década de 80 (século XX) consolida-se como destino turístico¹¹, vindo progressivamente a encontrar novos caminhos para a sua oferta (CRAVIDÃO, 2006).

Na actualidade é inquestionável a importância do turismo para a sociedade e economia portuguesa, colocando o país, segundo a OMT, entre os 15 maiores receptores de turistas a nível europeu e os 25 maiores a nível mundial, ocupando em 2006, a 12ª posição

¹¹ Sobre a génese e a evolução do turismo em Portugal veja-se, por exemplo, os trabalhos de CAVACO (2005), CUNHA (2003; 2006) e BARROS (2004).

no ranking europeu (quota de 2,47%) e o 19º lugar em termos mundiais (quota de 1,34%), (ICEP, 2008: 53).

Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, no mesmo ano, entraram em Portugal 11,3 milhões de turistas estrangeiros, ou seja, mais 6,3% do que no ano anterior. O número de dormidas na hotelaria global ascendeu a 25,2 milhões (um acréscimo de 5,6% em relação ao ano 2005), e as receitas turísticas também mantiveram uma tendência crescente (+ 7,3% em 2006) (ICEP, *op. cit.*).

As tendências recentes do turismo influenciaram as orientações nacionais para este sector. Não esquecendo documentos de grande relevância como é o exemplo do Plano Nacional de Turismo (1986), importa referir o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – aprovado em 2007 (Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007). Este instrumento orientador do desenvolvimento para o sector do turismo nos próximos anos, pretende contribuir para a criação de uma nova imagem de Portugal e das suas regiões enquanto destinos turísticos, no sentido de divulgar algo mais que o “sol e a praia”.

A visão para o turismo de Portugal assenta em pilares como o crescimento de forma sustentada do país¹² como destino turístico (acima da média europeia, particularmente em termos de receitas); o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinâmica do turismo interno; e a articulação do turismo com outras áreas, nomeadamente o ordenamento do território, o ambiente, o desenvolvimento rural, o património cultural, a saúde, o desporto, as infra-estruturas e o transporte aéreo.

Para responder aos desafios, o PENT definiu cinco eixos de intervenção (território, destinos e produtos; marcas e mercados; qualificação de recursos; distribuição e comercialização; e inovação e conhecimento), cuja concretização requer a implementação de 11 projectos¹³, a vários níveis e englobando diversas entidades (administração central, regional e local; associações sectoriais, empresariais e regionais; e empresas directa ou indirectamente relacionadas com a actividade turística),

¹² De acordo com o PENT, Portugal ambiciona crescer anualmente o número de turistas em 5% (de forma a ultrapassar os 20 milhões de turistas estrangeiros em 2015) e as receitas em cerca de 9% (de modo a superar o patamar dos 15 mil milhões de euros nesse ano). A prossecução destas metas permite pensar que o turismo represente, em 2015, mais de 15% do PIB e 15% do emprego do país.

¹³ 1) Produtos, destinos e pólos; 2) Intervenção em zonas turísticas de interesse (urbanismo, ambiente e paisagem; 3) Desenvolvimento de conteúdos distintos e inovadores; 4) Eventos; 5) Acessibilidade aérea; 6) Marcas, promoção e distribuição; 7) Programa de qualidade; 8) Excelência no capital humano; 9) Conhecimento e inovação; 10) Eficácia no relacionamento Estado-empresa; 11) Modernização empresarial.

No que diz respeito à estratégia de produtos, o PENT define a consolidação e o desenvolvimento de dez produtos turísticos¹⁴ que abrangessem todas as regiões (Norte e Porto; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve; Açores; e Madeira), embora com o propósito de desenvolver ofertas diferenciadas, capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação. De igual modo, é considerado estratégico desenvolver seis novos pólos turísticos (para além do pólo região Açores): Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo.

A título de exemplo, podemos referir, segundo o PENT, que os “produtos chave para o crescimento do Centro são o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico (rotas arqueológicas e de património arquitectónico e artístico) e o turismo de natureza, completados por quatro produtos – conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial, golfe, saúde e bem-estar, e gastronomia e vinhos. (...) Das acções necessárias para o desenvolvimento da região, destaca-se a criação de rotas temáticas para o circuito turístico (*touring*)”.

A tentativa de alterar a imagem turística, através da diversificação e diferenciação dos produtos turísticos, em conformidade com as características e as potencialidades de cada uma das regiões, parece estar em linha com as alterações nos hábitos de férias dos Portugueses, entre outros indicadores. O aumento do nível de vida e do rendimento, a democratização das viagens, a melhoria das vias de comunicação, a crescente urbanização do país e o aumento da taxa de motorização dos portugueses, foram factores decisivos para que, do lado da procura, se gerassem condições para o crescimento da actividade turística fora dos destinos tradicionais, localizados no litoral (CAVACO, 1999-b; CRAVIDÃO, *op. cit.*; NOVAIS, 2006).

Em trabalho recente, a respeito das férias dos Portugueses por tipo de ambiente, reconhecemos o potencial do turismo na arquitectura de destinos alternativos. Embora com valores reduzidos, começa a evidenciar-se um crescimento da procura de novos tipos de ambientes, como é o exemplo das Montanhas (5.3%), das Termas (2.5%) e das Cidades (12.1%) (CARVALHO e CORREIA, 2008:b). O Campo, apesar de um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2006 (de 13.6% para 12.2%), permanece como a primeira opção no âmbito dos ambientes de férias alternativos (DGT, 2006). Contudo, a Praia continua a ser o

¹⁴ Os produtos turísticos subdividem-se em sol e mar; circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico; estadias de curta duração em cidade (*city break*); turismo de negócios; turismo de natureza; turismo náutico (inclui os cruzeiros); saúde e bem-estar; golfe; conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial; e gastronomia e vinhos.

destino preferencial dos turistas para gozo das suas férias, mantendo inalteráveis os valores comparativamente ao ano de 2005, de quase 67% (DGT, 2007).

Em relação ao ambiente preferido para os residentes no Continente, com 15 ou mais anos, que não gozaram férias no referido ano, a Praia continua a ser o alvo preferencial da sua escolha (51,7%), seguido do ambiente do Campo (22,9%) e das Termas (12,7%) – (DGT, *op. cit.*).

Segundo dados oficiais da Direcção Geral do Turismo (2007), esta desigualdade nos diferentes tipos de ambiente, reflecte verdadeiramente, os principais destinos de férias dos Portugueses no seu próprio país. Deste modo, no ano de 2006, destacam-se como áreas preferenciais de férias pelos Portugueses, em primeiro lugar, a região do Algarve (28,7%), seguindo-se a região Norte (17,2%) e, por fim, a região Centro com 8,6%. Os arquipélagos da Madeira e dos Açores¹⁵ também se encontram no quadro de destinos preferidos pelos Portugueses, de cerca de 7,8% e 8,3%, respectivamente (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

A importância do espaço rural como destino turístico alternativo merece uma análise mais detalhada, com o propósito de explicar a sua evolução recente.

Apesar das diferentes perspectivas sobre o turismo em espaço rural (TER), é possível identificar um conjunto de características comuns (transversais) que as várias definições abordam, nomeadamente a utilização de recursos naturais e culturais que são próprios dos territórios e das paisagens; a preocupação de conservar e valorizar diversos patrimónios; a reduzida dimensão da unidade de exploração e dos equipamentos/infra-estruturas associados; a participação dos turistas nas actividades e nos costumes locais; o tratamento personalizado dos utentes CARVALHO (2005: 166).

É reconhecido que a oferta turística em espaço rural, em particular o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento, conheceu nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo por todo o país e muito em especial na região Norte.

De acordo com os últimos elementos estatísticos disponíveis (DUARTE, 2007), em 2007 estavam em funcionamento em Portugal 1023 unidades de turismo no espaço rural,

¹⁵ A respeito da atracção turística dos arquipélagos portugueses, note-se que em 2007, numa selecção de 111 ilhas ou arquipélagos, os Açores obtiveram o 2º lugar na votação dos mais atractivos destinos do Mundo, uma iniciativa da *National Geographic Traveler* que reuniu um painel de 522 peritos em turismo sustentável. Num total de 100 pontos possíveis, os Açores receberam 84 pontos, face aos 87 pontos que as Ilhas Faroe receberam e que foram as mais votadas (ICEP, *op. cit.*, 53).

com um total de 11327 camas (as modalidades de turismo rural e turismo de habitação concentravam quase 60% das camas disponíveis).

A construção da oferta de turismo em espaço rural é tributária de um conjunto de alterações sociais e também de importantes apoios e incentivos financeiros públicos no âmbito de novas orientações políticas¹⁶ (como já se referiu).

Em relação às primeiras, RIBEIRO (2003, cit. por CARVALHO, *op. cit.*, 167-168) assinala factores como os “níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão e usufruto dos mesmos – férias repartidas –, a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações, e refere um movimento de revalorização do mundo rural, na génese da tentativa de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos”.

Ao mesmo tempo, as actividades de turismo rural beneficiaram, desde meados dos anos 70 (século XX), de importantes apoios financeiros e do interesse político nacional e comunitário, que em sucessivos quadros normativos estruturaram a sua evolução (no sentido de consignar novas modalidades¹⁷, ganhar novos espaços geográficos, e alargar a sua esfera de acção a outras actividades e serviços complementares, nomeadamente a animação turística) e consagraram ao TER destaque entre as opções de desenvolvimento rural (CAVACO, 1999-b; 1999-c; 2009; JOAQUIM, 1999; RIBEIRO, 2003; CARVALHO, 2007).

Actualmente, segundo a legislação em vigor (Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de Março), os empreendimentos de turismo no espaço rural são descritos como os “estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”.

Uma das principais alterações que este diploma introduziu face à anterior legislação do sector (Decreto-Lei nº 54/2002, de 11 de Março), “consiste na redução do número de

¹⁶ A relevância do TER em Portugal é indissociável de um conjunto diversificado (mas desarticulado) de instrumentos operacionais, envolvendo entidades e metodologias de gestão muito diferentes, que dificultam uma análise global desta realidade.

¹⁷ As formas de alojamento consignadas até 2002 abrangem o turismo de habitação, o turismo rural, o agroturismo, o turismo de aldeia, as casas de campo, os hotéis rurais e os parques de campismo rurais.

empreendimentos turísticos nos espaços rurais, nomeadamente do turismo de habitação¹⁸, que (agora) tanto pode ocorrer em espaços rurais, como em espaços urbanos, desde que as unidades estejam instaladas em edifícios particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época” (FONSECA *et al.*, 2008: 6). Com efeito, o citado decreto-lei (que consagra o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos) classifica os empreendimentos de turismo no espaço rural nas seguintes categorias: casas de campo, agro-turismo e hotéis rurais.

Como referimos, o alargamento do conceito de TER ao domínio da animação está relacionado com a necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao alojamento, ou seja, proporcionar aos turistas das áreas rurais uma oferta completa e diversificada, que inclua para além do alojamento, actividades de animação e diversão turística.

Este complemento, na óptica de diversos autores, pretende aumentar a permanência média dos turistas (que continua a mostrar uma grande resistência em prolongar a sua estada além dos dois/três dias) (RIBEIRO, 2003); promover mais consumo e, principalmente, constituir uma forma de fidelizar clientes para novos períodos de férias (FERREIRA, 2004); rendibilizar o investimento, o trabalho e a perda de independência, face a taxas médias de ocupação baixas e curtas (principalmente durante os meses de Outono e Inverno) (CAVACO, 1999-c); e atingir outros objectivos, como se depreende do facto das actividades de animação ou diversão dos turistas contribuírem para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais (CAVACO, *op. cit.*).

A importância das actividades de animação turística em contexto rural é também abordada num recente estudo de JESUS *et al.* (2008: 5), centrado na região de Dão-Lafões. Estas autoras afirmam que se “as motivações inerentes às deslocações para áreas rurais apelam frequentemente ao descanso entre a natureza e a tranquilidade, o sucesso do turismo no espaço rural não pode resignar-se a proporcionar estadas passivas nos meios de acolhimento”.

¹⁸ O turismo de habitação, desde a sua origem (anos 70), esteve sempre associado aos espaços rurais.

A par de outros elementos, tais como “o alojamento, a restauração, os transportes e serviços diversos, a animação é um elemento fundamental de qualquer destino turístico, podendo concorrer decisivamente para a diferenciação de um destino e, assim, garantir-lhe uma vantagem competitiva face a destinos alternativos” (VIEIRA, 2005: 3). No caso dos destinos rurais, em que os produtos disponibilizados se encontram, por vezes, limitados à oferta de alojamento e pouco mais, o défice de animação poderá efectivamente representar um forte constrangimento ao desenvolvimento turístico dessas áreas, e estar na base da menor aceitação destes destinos pelos grupos urbanos mais jovens (VIEIRA, *op. cit.*).

Deste modo, é importante proporcionar actividades que se adaptem às especificidades dos territórios e à tipologia do público-alvo (juvenil, adulto e sénior), e que para além das conhecidas e muito valorizadas dimensões como o “conforto, a proximidade da natureza, e o ambiente familiar”, o certo é que muitos dos turistas (os mais activos, conscientes e participativos), “solicitam uma oferta de animação mais diversificada, e que podem variar desde os passeios pelo campo, os desportos radicais aos passeios culturais”, (*idem, ibidem*).

Por outro lado importa também ter presente que em destinos rurais o turista procura, principalmente, “actividades de animação com elevado grau de autenticidade, integradas nas particularidades da vida local” (JESUS *et al.*, *op. cit.*). Ou seja, o mais importante reside no “espírito do lugar”, e as áreas rurais são detentoras de elementos que as tornam em lugares únicos e singulares, designadamente o património natural e cultural.

3.2 O património como recurso turístico

Como acabámos de referir, na actualidade destacam-se novos interesses (o contacto com a natureza, as actividades culturais, a qualidade paisagística, entre outros) e multiplicam-se as diversas opções em termos turísticos que reflectem a crescente segmentação do mercado turístico e os novos padrões de comportamento e de consumo das sociedades pós-modernas (PALOMEQUE, 2001; PRATS, 2001).

O turismo cultural é um exemplo elucidativo das tendências convergentes entre a oferta e a procura turística, impulsionado também através de políticas e instrumentos da União Europeia (CARVALHO e CORREIA, 2009).

Na perspectiva de CUNHA (2006) as viagens das pessoas incluídas no turismo cultural são provocadas pelo desejo de ver algo de novo, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos de outras populações, de conhecer culturas diferentes, de participar em manifestações artísticas, ou, ainda, por motivos religiosos. Os centros culturais, os grandes museus, os locais onde se desenvolveram no passado as grandes civilizações do mundo, os monumentos, os grandes centros de peregrinação ou os fenómenos naturais ou geográficos constituem a preferência destes turistas.

Porém, ao longo dos últimos anos tem-se vindo a alterar substancialmente o conceito de turismo cultural, de tal maneira que os turistas procuram não só a visita a museus, monumentos, grandes centros culturais, mas também outras formas de expressão. Em Portugal podemos destacar alguns exemplos: as Aldeias Históricas (Beira Interior), as Aldeias do Xisto (Pinhal Interior), as Aldeias Vinhateiras do Douro, os Sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO, os Museus, os Palácios, os Castelos ou ainda na vertente do Turismo Religioso/Cultural, os roteiros especializados como “Os Caminhos de Santiago” e “A Rota dos Judeus”.

Assim, como nota CRAVIDÃO (2006: 273), do “ (...) património construído ao imaterial, da casa rural em extinção ao núcleo museológico, da música às manifestações populares de teatro, tudo permite dar, ou parecer dar, sentido ao lugar”.

O percurso evolutivo que acabámos de referir permite afirmar que os contextos rurais e urbanos de baixa densidade aparecem de forma recorrente associados a projectos e iniciativas que pretendem conciliar a salvaguarda e a valorização do património cultural, a requalificação dos territórios, a revitalização do tecido económico e social, a elevação da auto-estima das populações e o reforço das identidades locais, utilizando o turismo (por via de novos produtos) como alavanca ou âncora das dinâmicas de desenvolvimento que se pretendem induzir (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Apesar das dificuldades de acesso aos elementos documentais (das diversas fases do processo de planeamento) de algumas iniciativas, e os desencontros de opinião sobre os resultados reais da sua operacionalização, conforme inquirimos actores locais, excursionistas e turistas, ou consultamos textos de entidades que tiveram responsabilidade na matéria, estamos certos da relevância de algumas estratégias para a reintegração de alguns territórios nos novos caminhos do desenvolvimento regional e local.

Nos casos de maior sucesso, a amplitude local das dimensões de mudança é visível sobretudo para os que conheceram a realidade económica, social e cultural dos territórios, antes das intervenções.

Por outro lado, o turismo, como factor de valorização dos territórios, é indissociável das novas preocupações e orientações em relação ao mundo rural, designadamente a emergência das perspectivas ambientalistas, patrimonialistas e territorialistas que conduziram a uma nova esperança sobretudo para o mundo rural marginalizado, despovoado e desvitalizado.

Valoriza-se agora a multifuncionalidade dos espaços rurais, reconhece-se a sua especificidade e o potencial dos seus recursos, como elementos estratégicos para a promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado e integrado. Isto é, se no passado o mundo rural foi reserva para o espaço industrial e urbano, hoje tornou-se também espaço para reserva ecológica, patrimonial e cultural, cabendo-lhe por excelência as funções de “guardião da natureza” – identificando-se o rural com o natural – e de “qualificação ambiental”, como salientam REIS e LIMA (1998).

Segundo estes autores, e nas palavras de CARDOSO (2001: 14), estas funções são redefinidas não só pelos próprios residentes, mas também pelos novos protagonistas urbanos e pelas próprias instituições estatais e comunitárias. A natureza e o ambiente deixam de ter (como principal) a função de produção agro-silvo-pastoril, prevalecente nas décadas anteriores, para adquirir uma representação estética e lúdica pelos novos protagonistas urbanos e institucionais, uma concepção de território diametralmente oposta à que tradicionalmente assumiam os velhos residentes das aldeias, para quem o solo constituía basicamente um factor produtivo.

Importa, então, explicitar a vinculação turismo/património e a valorização turística dos recursos patrimoniais nos contextos rurais e nas áreas de montanha.

O património, na sua amplitude conceptual, tem sido utilizado como âncora no âmbito de diversas políticas e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional e local em Portugal e na Europa, em especial desde o início dos anos 90 do século XX (CARVALHO e CORREIA, 2008:a). As principais linhas de acção contemporânea compreendem também a reconstrução de memórias e identidades, a requalificação e renovação da imagem dos territórios e as acções (formais e informais) de educação patrimonial.

Estas tendências estão alinhadas com as orientações, recomendações e outros textos juridicamente vinculativos dos principais organismos internacionais com responsabilidade nesta matéria, designadamente a UNESCO e o Conselho da Europa, os quais, por sua vez, influenciaram de modo profundo a evolução conceptual do património (marcado também por um certo nomadismo científico) e contribuíram para uma certa convergência dos critérios reguladores e da terminologia actualmente utilizada.

As últimas três décadas definiram grandes tendências evolutivas em matéria de património, a saber: crescimento e alargamento campo patrimonial; importância crescente das dimensões imateriais (dimensões culturais intangíveis como a música, as festividades, as tradições orais e o saber fazer) e dos ambientes rurais e vernaculares; maior ambição no que concerne à escala de intervenção, valorizando-se o contexto relacional e dialéctico dos bens a proteger e a valorizar (ou seja o quadro natural e construído que interfere na percepção estática ou dinâmica desses bens ou conjuntos); aproximar (e devolver) o património aos cidadãos e estabelecer com eles uma nova relação; incentivar a participação dos cidadãos na protecção do património; atribuição de responsabilidade crescente ao poder local (nomeadamente por via dos instrumentos de gestão territorial); reconhecimento da importância da educação patrimonial, como processo de mediação entre o património e a sociedade (CARVALHO, 2008-b). Portanto, trata-se de uma visão integrada, territorial e dinâmica do património em que os seus elementos apresentam tipologias, escalas e contextos diversos.

A crescente ligação do património aos novos usos do território e aos valores da sociedade pós-moderna deve, igualmente, ser relacionada com o quadro das orientações recentes das políticas públicas de desenvolvimento e dos instrumentos relativos à intervenção espacial, nomeadamente a centralidade do território e as novas formas de gestão territorial.

Os territórios de baixa densidade, em particular os de matriz rural, uma vez que suscitam preocupações prioritárias de intervenção, emergem no centro de políticas, instrumentos e intervenções impulsionadas pelo Estado, agora que deixaram de ser olhados e sentidos apenas na óptica das suas capacidades produtivas. Na União Europeia, depois de uma fase (de três décadas) dominada por preocupações produtivistas, difusionistas e assistencialistas, emergem orientações territorialistas, ambientalistas e patrimonialistas, que apontam diferentes vias para o desenvolvimento destes territórios.

As intervenções realizadas neste domínio, percorrendo diversas escalas geográficas, mostram a importância do turismo cultural e ecológico (os lugares, as redes e os itinerários); os (velhos e novos) museus; os parques temáticos; os eventos culturais; o marketing dos territórios; os estatutos de protecção e classificação dos lugares (CARVALHO, *op. cit.*).

Contudo, os resultados das intervenções públicas em Portugal são pouco conhecidos, uma vez o processo de avaliação não está institucionalizado, e mesmo quando é realizado não se divulgam convenientemente os resultados. Assim, entre outros problemas, é sempre mais difícil definir orientações e recomendações para a formulação e aplicação de novas políticas de desenvolvimento sustentável relacionadas com o património. Ao mesmo tempo, é reconhecida a dispersão dos programas e das iniciativas, e as dificuldades em matéria de cooperação, coordenação e articulação entre os diversos actores.

Neste espectro de intervenções, a partir do exemplo das áreas de montanha, fixamos a componente do lazer turístico. Como já se referiu, uma parte significativa dos espaços montanhosos portugueses, com as suas dinâmicas de refuncionalização e renovação da imagem, reflectem uma ligação crescente ao novo sistema social de valores e práticas turísticas e recreativas das populações urbanas. Por sua vez, os recursos eco-culturais aparecem de forma recorrente ancorados aos processos de turistificação, nomeadamente as modalidades alternativas de turismo, que podem suscitar trajectórias inovadoras e sustentadas de desenvolvimento regional e local (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Alinhadas com as perspectivas recentes em matéria de desenvolvimento sustentável, as preocupações actuais do turismo valorizam a gestão dos recursos turísticos (designadamente recursos naturais e culturais), na perspectiva de alcançar resultados económicos, sociais e ambientais duradouros. O desafio da sustentabilidade da actividade turística, configurando um encontro entre as necessidades do turista, os locais de acolhimento e os interesses das populações locais (INSKEEP, 1991) é na actualidade mais exigente no sentido de envolver a participação dos cidadãos (motivados por diferentes e potenciais conflitos de interesses) e a inclusão dos territórios no desenho, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas e instrumentos relacionados com a intervenção espacial (CARVALHO, 2006).

Como reconhece a Proposta de Manifesto aprovada no “Congresso Nacional de Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Montanha” (que decorreu no Parque Nacional

da Peneda-Gerês, em 2002), o turismo sustentável em áreas de montanha pode vir a constituir-se uma decisiva alavanca de alteração da situação actual e de promoção do desenvolvimento local sustentável. Contudo, para que tal se materialize é necessário clarificar, sem equívocos, os princípios que, obrigatoriamente, o devem nortear e fazer dele um produto turístico específico (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

O turismo sustentável em áreas de montanha, em Portugal, deve assumir-se como um produto que privilegia a qualidade em detrimento da quantidade, sujeita a sua acção a uma constante análise da capacidade da sua carga sistémica, promove a monitorização e avaliação dos resultados com base em indicadores distintos dos clássicos indicadores turísticos, procura implementar formas de gestão pró-activa (para além da clássica gestão retroactiva) e está organizado de modo a que os proveitos que gera revertam em prol da região e seus habitantes.

Por outro lado, turismo sustentável em áreas de montanha deve: permitir o usufruto do território velando pela sua conservação (nomeadamente, em termos de ambiente, paisagem e recursos, com especial destaque para a biodiversidade e geodiversidade); oferecer um alojamento específico que conjuga formas variadas que vão desde a hotelaria clássica até às Casas de Natureza, passando pelo Turismo em Espaço Rural; privilegiar a gastronomia tradicional e típica de cada região; promover os produtos locais tradicionais; divulgar o património histórico-cultural da região; e fazer da interpretação e animação ambiental um traço fundamental da sua essência.

A prossecução destes objectivos significa também um processo de mudança de atitudes e comportamentos quer ao nível do planeamento territorial quer no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. Na primeira situação, está em causa a adopção de uma nova política de planeamento territorial integrado e uma nova política de infra-estruturas adaptadas às características de cada região; no segundo caso, importa considerar o conhecimento e a acção como um binómio indissociável que acompanha a adopção de novas atitudes alicerçadas em pensamento crítico, eticamente referenciado e comprometido. Mas tão importante como definir grandes princípios é estruturar propostas de intervenção consequentes.

A consagração do estatuto de área de montanha e a definição de áreas montanhosas de intervenção prioritária, segundo critérios objectivos, pode constituir uma base estruturante de novas políticas e instrumentos integrados e ajustados às suas especificidades.

A concretizar-se uma institucionalização de fundos próprios e exclusivos para a implementação de intervenções estruturantes em áreas de montanha, é de esperar apoio prioritário ao turismo sustentável (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Em síntese, as montanhas emergem neste quadro de segmentação e especialização dos mercados turísticos e na atmosfera de diversificação funcional e de transição acelerada dos valores produtivos (ou de uso) para os valores de fruição (CARVALHO, 2008:b), ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade de uma política específica e integrada de discriminação positiva capaz de induzir novas trajectórias de desenvolvimento e a integração crescente e duradoura das montanhas nas dinâmicas globais.

Até ao momento, o que acontece é a integração das montanhas em planos e programas sectoriais, como por exemplo o LEADER e as Acções Integradas de Base Territorial (no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, 2000-2006). Apesar dos seus resultados positivos, a maioria dos problemas estruturais permanecem por resolver. No âmbito do novo fundo específico da União Europeia para o desenvolvimento rural (FEADER) e da sua aplicação nacional (através do PRODER), emergem alguns sinais de que as montanhas possam ser consideradas como áreas de intervenção prioritária, dotando as linhas de acção (como por exemplo, a manutenção da paisagem e a gestão da Rede Natura 2000) de meios financeiros adequados.

Contudo, sublinhamos, o mais importante é a integração das políticas e a concentração dos fundos através de instrumentos e acções de matriz territorial adequadas aos problemas específicos do mosaico montanhoso serrano nacional (compartimentado em vários subconjuntos).

3.3 O planeamento como alicerce para o turismo sustentável

Como refere CARVALHO (2009), a importância crescente da dimensão territorial no quadro das políticas públicas e o seu reconhecimento como eixo vertebrador do desenvolvimento sustentável contribuíram para repensar o valor estratégico do planeamento em diversas actividades alicerçadas na utilização de recursos finitos e, em alguns casos, não renováveis, como é o caso do turismo.

Apesar da dimensão global do turismo, este fenómeno desenvolve-se também à escala local com implicações directas e indirectas sobre os territórios e a vida das pessoas

(HALL, 2008). O crescimento acentuado do número de turistas (nacionais e estrangeiros), a expressão urbanística do lazer e do turismo, o consumo desenfreado de recursos, a capacidade de induzir o desenvolvimento de outros sectores relevantes como, por exemplo, o comércio, os transportes, as actividades seguradoras e financeiras (COSTA *et al.*, 2004), entre outros factores, conduziram à consciencialização e à necessidade de repensar a actividade turística segundo uma óptica alicerçada na relação qualidade/continuidade, e reforçam a importância da sustentabilidade e do planeamento da actividade turística na agenda das principais políticas e programas que preconizam o desenvolvimento territorial.

Por outro lado, as características do actual mercado turístico (um mercado agressivo devido ao crescente número de destinos que aí operam (e/ou querem operar) e à qualidade que apresentam destinos já consolidados), “colocam barreiras à entrada de novos concorrentes e exigem que os destinos emergentes encontrem novas formas de competitividade e, conseqüentemente, formas inovadoras de gestão sustentada” (MOTA *et al.*, 2008: 3088).

Se reflectirmos no âmbito dos espaços rurais e de montanha, com problemas acentuados no plano demográfico, económico e social, o planeamento assume um papel ainda mais importante e imprescindível na definição das estratégias de desenvolvimento a implementar e na ponderação dos custos e benefícios decorrentes desse processo de desenvolvimento.

O turismo quando não planeado pode acarretar desequilíbrios muito fortes nos lugares de destino, correndo o risco de tornar-se vítima do seu próprio êxito se não se orientar e desenvolver na óptica da sustentabilidade, de modo que o seu crescimento descontrolado pode colocar em risco a biodiversidade, os recursos naturais, o património cultural, e o bem-estar e qualidade de vida da população local.

Neste sentido, reconhecendo o planeamento como uma ferramenta indispensável das políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, podemos afirmar que a transposição dos seus princípios nucleares para o campo do turismo pretende, no essencial, salvaguardar recursos, criar e distribuir benefícios, e envolver as populações locais. Por outras palavras, a promoção do turismo sustentável deve corresponder à implementação de actividades destinadas à satisfação das necessidades dos turistas mas que, ao mesmo tempo, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população local, segundo uma perspectiva de médio e longo prazo.

A Organização Mundial do Turismo (WTO, 1993), inspirada no relatório da *World Commission on Environment and Development* (WCED, 1987) e em outros contributos afins, define turismo sustentável como uma prática responsável, que visa satisfazer a procura turística (os interesses dos visitantes), capaz de conciliar a preocupação com a salvaguarda e a valorização dos recursos turísticos (fundamentos da oferta turística), e aumentar os benefícios destes recursos para a população local.

Planear o turismo é uma condição necessária para a organização, a viabilidade e a sustentabilidade da própria actividade, e a sua evolução em harmonia com os pilares do desenvolvimento sustentável designadamente as vertentes económica, social, cultural e ambiental.

O planeamento turístico, reflectindo a evolução do conceito de desenvolvimento, assume ênfase principalmente a partir da década de 80 do século XX (HENRIQUES, 2003), quando se verifica também a emergência de novas concepções e práticas de planeamento, nomeadamente o planeamento estratégico. Este tem como principal objectivo definir um projecto de incidência espacial que unifica diagnósticos, combina e concretiza acções públicas e privadas e estabelece um quadro de mobilização e de cooperação dos actores sociais. Trata-se de um instrumento de apoio à tomada de decisões e, ao mesmo tempo, uma proposta de responsabilidade partilhada que coloca grandes desafios para a modernização do território e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. As propostas de acção, na sequência de uma análise de oportunidades, representam uma base de trabalho para o diálogo e a contratualização (CARVALHO, *op. cit.*).

As novas orientações teóricas e metodológicas do planeamento, aplicadas ao turismo, enfatizam a integração do planeamento estratégico, de forma adaptada às especificidades do destino, em particular através de modelos que permitam “por um lado compreender qual o papel que a actividade turística deve desempenhar no desenvolvimento de um determinado destino (transformando vantagens comparativas e criando vantagens competitivas) e, por outro lado, constituir um instrumento de planeamento e gestão de destinos turísticos que a partir da respectiva visão, envolva os *stakeholders* na definição do respectivo posicionamento no mercado (valorizando o conceito de gestão participativa)” (MOTA *et al.*, *op. cit.*, 3089).

FERREIRA (2006: 133), citando a Organização Mundial do Turismo, destaca vários princípios de actuação que estão na base do desenvolvimento do turismo sustentável, e que se tornam ainda mais pertinentes, quando se preconizam acções de

desenvolvimento em áreas protegidas ou ambientalmente frágeis. A abordagem proposta pela OMT destaca aspectos como a participação esclarecida de todos os parceiros e uma liderança forte no sentido da construção de consensos de actuação, a necessidade de uma permanente monitorização de impactes de forma a introduzir medidas preventivas/correctivas sempre que necessário, e por fim, a recomendação de que um turismo sustentável deverá proporcionar um elevado grau de satisfação nos turistas e uma experiência de viagem gratificante, para além de os incentivar a desenvolver, também, boas práticas.

A respeito da consolidação do turismo sustentável como uma ferramenta básica de gestão dos recursos turísticos, HENRIQUES (*op. cit.*) sublinha a importância da aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável ao turismo, nomeadamente a equidade, a preocupação com o longo prazo, a capacidade de carga¹⁹, a conservação e as parcerias.

Assumindo que planear no contexto da actividade turística é propor medidas de maximização das suas potencialidades e de aproveitamento das oportunidades que lhe são proporcionadas pela conjuntura em que se insere (LADEIRAS *et. al.*, 2005), é então do estabelecimento de um correcto planeamento do turismo nas áreas de destino que resultará o aparecimento de vantagens competitivas face aos outros destinos concorrentes. Por outro lado, a actividade turística deverá ser equacionada de forma estratégica, isto é, segundo os princípios da sustentabilidade, de modo a garantir que a sua implementação e continuidade a longo prazo num determinado território não coloque em risco os seus pilares estruturantes (os recursos turísticos). Por esta razão, torna-se importante a definição de modelos de planeamento da actividade turística, das acções a concretizar, dos resultados (positivos ou negativos) que essas acções podem gerar, e ainda a avaliação do sucesso adquirido.

¹⁹ Segundo WACKERNAGLE e REES (1996), entende-se por capacidade de carga “o consumo máximo que uma determinada área é capaz de suportar sem diminuir a sua capacidade de recomposição e de garantir as suas características para o futuro”.

SWARBROOKE (2000) cita os vários tipos de capacidade de carga comuns na literatura do turismo sustentável: física (relativa ao número de turistas que um lugar pode receber do ponto de vista físico); ambiental ou ecológica (o número de turistas adequado e conveniente para evitar danos ambientais); económica (o número de turistas que pode ser recebido antes que a comunidade local sofra problemas económicos, por exemplo, a subida do preço das habitações e do solo); social (o número de pessoas acima das quais ocorrerá perturbação social ou prejuízo cultural irreversível); perceptiva (o número de pessoas que um lugar pode acolher antes que a qualidade da experiência do turista comece a ser afectada negativamente); infra-estrutural (o número de turistas que podem ser recebidos pelas infra-estruturas existentes no lugar).

Autores como INSKEEP (1991), HALL (2000), PAGE e HALL (2003), BURNS (2004), citados por CARVALHO (*op. cit.*), a propósito do planeamento do turismo e da definição de modelos de planeamento turístico, recomendam mudanças no processo de planeamento, desde logo por via da decisão inequívoca de planificar (visão política), assim como enfatizam o relacionamento institucional, a interacção entre os actores, o envolvimento das comunidades locais, e as componentes de monitorização e avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos – estas últimas referidas, também, por PARTIDÁRIO (2006), BAUMGARTNER (2006), e CARETO (2006). O reconhecimento da validade das boas práticas em planeamento e desenvolvimento turístico, ou seja, exemplos de experiências positivas para os destinos turísticos e para as comunidades locais, é mais um contributo inovador e uma ferramenta válida neste domínio.

Importa, então, reter que o planeamento da actividade turística “ocorre sob uma variedade de formas (desenvolvimento, infra-estruturas, uso do solo e dos recursos, organização, recursos humanos, promoção e marketing), estruturas (diferentes governos, organizações quase e não governamentais), escalas (internacional, transnacional, regional, local, de lugar) e em diferentes tempos (para desenvolvimento, implementação, avaliação, e o atingir satisfatório dos objectivos de planeamento)” (HENRIQUES, *op. cit.*, 207).

A recente aprovação da Lei de Bases do Turismo (Decreto-Lei nº 191/2009 de 17 de Agosto), que consagra os princípios orientadores e os objectivos da Política Nacional de Turismo, reconhece o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) – referido anteriormente –, como o instrumento de enquadramento das políticas públicas de turismo, e identifica a sustentabilidade, a transversalidade e a competitividades como os seus princípios gerais.

De acordo com este documento estruturante, a sustentabilidade traduz-se na adopção de políticas que incentivem a fruição e a utilização dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade; o respeito pela autenticidade sócio-cultural das comunidades locais, visando a conservação e a promoção das suas tradições e valores; a viabilidade económica das empresas como base da criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais.

A transversalidade do sector traduz a necessidade de articular as várias políticas sectoriais que interferem no desenvolvimento turístico, designadamente nos domínios da

segurança e da protecção civil, do ambiente, do ordenamento do território, dos transportes e das acessibilidades, das comunicações, da saúde e da cultura.

O princípio da competitividade traduz-se na adopção de políticas de ordenamento do território que potenciem os recursos naturais e culturais como fontes de vantagem competitiva para os destinos e produtos turísticos, entre outras medidas.

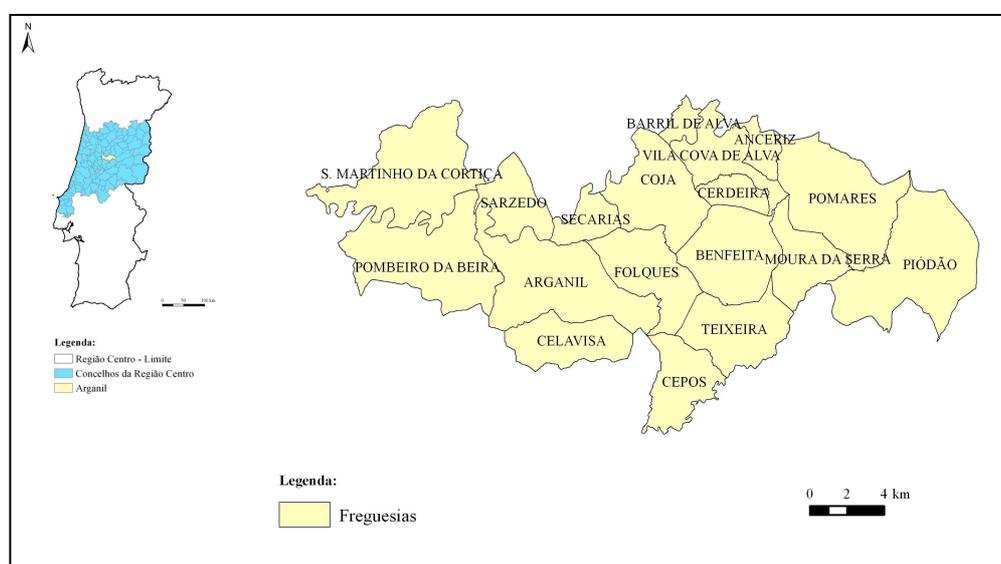
Em síntese, o planeamento do turismo é uma ferramenta fundamental no esteio das directrizes, metas e linhas de acção que enquadram as políticas de turismo, e um instrumento decisivo para implementar o turismo sustentável, nomeadamente a capacidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida em contextos de baixa densidade e para promover o seu desenvolvimento sustentável em termos ambientais, económicos e sociais.

Após o enquadramento teórico da dissertação, centrado na problemática do desenvolvimento rural em ambientes de montanha, em particular a sua ligação ao turismo e ao património, no espectro das políticas, programas e intervenções, vamos conduzir a análise para o caso de estudo com o intuito de aprofundar a reflexão e mostrar como os contextos locais interferem nestes processos.

4. O Piódão turístico: planos, programas e realizações

4.1 Do “fim do mundo” aos sinais emergentes de uma “nova era”

O Piódão é uma das dezoito freguesias do concelho de Arganil, localizado na sub-região do Pinhal Interior Norte (Centro de Portugal). Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) este município apresentava, em 2001, uma área de 332,1 km² e um total de 13 623 habitantes, repartidos de forma desigual pelas suas freguesias (figura 1).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1. Localização geográfica do município de Arganil e da freguesia do Piódão

A aldeia do Piódão (fotografia 1), no coração da Serra do Açor (entre as Serras da Estrela e da Lousã), consolidou ao longo do tempo a imagem de um lugar inacessível e ermo, e o estigma de uma terra inóspita, rude, escassa de recursos, e onde a população sempre foi fortemente marcada pela luta de sobrevivência.



Fonte: Autora (2008).

Fotografia 1. Panorâmica geral da aldeia do Piódão

A expressão “o fim do mundo”, embora em sentido figurativo, é esclarecedora do isolamento secular e das difíceis condições de vida deste recanto da Cordilheira Central.

A imprensa regional constitui um precioso testemunho documental das problemáticas que caracterizam os territórios de montanha, em particular no que diz respeito aos fortes condicionalismos naturais.

A Comarca de Arganil (jornal regionalista fundado em 1901) é um exemplo elucidativo onde podemos encontrar referências que relatam o profundo isolamento geográfico e as difíceis condições de vida da população desta aldeia, como é o caso da notícia que passamos a citar: “Piodam à vista. Agita-se a nossa alma. E começa a descida pela íngreme ladeira. É uma grande temeridade ir a cavalo. Apeamo-nos, portanto e lá galgamos a distância que nos separa – cerca de 2 quilómetros – fazendo equilíbrios para não nos precipitar-mos aos reboões. E quanto mais nos aproximamos, mais o casario se avista. A telha e a cal ali se não vê nas construções, com muito poucas excepções. O caminho é fragoso. E o Sr. Administrador do concelho fala-nos da injustiça a que aquele povo tem sido votado por não possuir uma estrada carreteira. Reconhece, com os seus

próprios olhos, que o Pidam tem razão nas suas lamentações. É uma terra mártir” (Comarca de Arganil, 1930: 5).

Duas décadas mais tarde, os sinais de isolamento, o carácter inóspito e repulsivo da montanha, e o papel secundário (marginal) que o Estado atribuiu a estes espaços no âmbito das políticas públicas, continuam a marcar presença na imprensa regional: “A freguesia do Piódão, do concelho de Arganil é, incontestavelmente a mais pobre, atrasada e esquecida dos poderes públicos, do alto distrito de Coimbra. Perdida entre serranias, a uns quarenta quilómetros de distância da sede de concelho e a cerca de quinze quilómetros da estrada mais próxima, os seus habitantes vivem uma vida primitiva e infeliz. Vida cheia de dificuldades, que tomam não raras vezes proporções de autêntica tragédia quando uma doença grave os acomete e a assistência médica urgente ou a deslocação para um hospital se tornam impossíveis, por falta de vias de comunicação” (Comarca de Arganil, 1951: 1).

Mais recentemente, já nos finais do séc. XX, um outro registo descreve alguns traços que marcam profundamente a aldeia do Piódão, ou seja, o contraste entre o isolamento secular e a beleza do seu património natural e paisagístico: “Ultrapassada a Serra do Açor e atingidas as “portas do inferno”, a nossa vista espraia-se por um mar de serras, com o Piódão lá no fundo como presépio plantado na vertente de encosta, cujas casas mantêm o aspecto original, com pedra viva e cobertas de lages de xisto. Vê-la à noite, cá de longe, iluminada por focos de luz indirecta, é um espectáculo raro. (...) Para lá chegar a estrada curva em caracol pela serra abaixo, sempre com o Credo na boca, não vá o travão falhar ou qualquer descuido atraíçoar-nos, dada a impressão causada pela visão panorâmica. Mas quantos anos, quantos séculos se manteve isolado do mundo, dali se saindo apenas por ásperos e tortuosos caminhos, a que poderiam chamar de cabras?” (MACHADO, 1994: 19).

De modo complementar, também “as obras literárias de cariz realista, centradas na leitura das experiências relacionadas com os territórios e as populações, configuram um recurso relevante para a reconstituição histórico-geográfica de espaços específicos e um registo essencial da sua memória” (CARVALHO, 2009: 1).

A leitura de diversos registos literários permite destacar dois autores que se debruçaram sobre as problemáticas dos territórios de montanha, e que trouxeram à luz da escrita ideias e testemunhos sobre o Piódão.

Nas palavras de Vasco Campos²⁰, “Para Sul do Alva, que balizava a Terra-Chã, era a Serra com a sua orografia revolta, abrigando nos vales mais favorecidos pequenas aldeias, vedadas por natural defesa à devassa dos cidadãos. Para lá chegar, por caminhos ínvios, só a pé, de botas cardadas, ou a cavalo em mula andeja de almocreve, afeita aos trilhos ásperos da montanha. Foi assim que eu descobri o Piódão, há meio século, ainda na pureza genuína das suas onges. Encantou-me desde logo a pitoresca aldeia serrana. O casario pardo, coberto de lousas, apinhado e como que incrustado na ilharga duma colina, casava-se, sem nuances, com o ambiente austero da Montanha. Não tinha lá chegado ainda a maquilhagem infeliz da cal e das tintas...” (CAMPOS, 2004: 169).

Vasco Campos reconhece também o potencial desta aldeia e o despertar do seu interesse no âmbito do turismo: “Vêm gentes de longe para ver a típica aldeia serrana onde outrora o íncola nascia e morria abraçado ao terrunho, segredado do mundo e enfeitado do progresso (...) venham sim, para verem aqueles socalcos escarpados, escadórios de martírio e calvário de gerações, onde o pão é criado com suor e lágrimas. Venham, sim, porque o Piódão com as suas leiras estreitas, conquistadas palmo a palmo à serra agreste, é monumento admirável à coragem, ao esforço, à rara tenacidade do Homem da Serra!” (CAMPOS, *op. cit.*, 169).

A originalidade e a singularidade deste lugar da Serra do Açor são igualmente objecto de descrição no *Diário* de Miguel Torga²¹, como comprovam, entre outros, os seguintes registos:

“Piódão, 16 de Dezembro de 1962 – Ia a passar coberto de suor, dei as boas tardes a uma vaga forma feminina somada à entrada da sua furna de troglodita, e recebo, juntamente com o troco de salvação, este juro imprevisto:

– O senhor vai alagado! Quer beber uma pinga? Ele é do arreganhado, mas para um remedeio...

²⁰ Vasco Campos nasceu na Ponte das Três Entradas, na freguesia de Avô (Oliveira do Hospital), a 2 de Julho de 1904, e faleceu a 17 de Julho de 1991. Licenciado em Medicina, exerceu a sua profissão na vila de Avô até 1974, data em que se reformou de médico municipal. Prestou igualmente assistência médica na freguesia do Piódão, e conheceu de modo aprofundado as dificuldades de vida desta população que buscava sobreviver aos condicionalismos impostos pela montanha. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário e a Medalha de Ouro do Concelho.

²¹ A obra literária de Miguel Torga (Adolfo Correia Rocha, 1907-1995), com início em 1928 (ano em que publica o seu primeiro livro de versos, *Ansiedade*), é constituída por mais de meia de livros, em edições de autor, que cruzam diversos géneros: poesia, teatro, ficção narrativa, literatura de viagem e diarística. No seu percurso literário, destacam-se duas grandes obras autobiográficas: *A Criação do Mundo* (um romance autobiográfico que relata a vida de Miguel Torga desde a sua infância até à idade adulta), e o *Diário*, publicado em 16 volumes que abrangem mais de 3000 páginas.

– Bem haja...

– Prove, ao menos. Nós achamo-lo bom, porque não temos outro...

Azedo como rabo-de-gato, realmente, mas dado com a infinita doçura desde santo povo português, a quem nenhum desterro, nenhum abandono, nenhuma incultura, nenhuma pobreza conseguem avinagrar o coração.” (*Diário IX*, 1999: 1018).

“Piódão, 24 de Outubro de 1965 – Olho do alto da serra as aldeias cavernícolas que nos boqueirões esperam em vão pelo sol natural e social, ponho-me a pensar no que vai pelo mundo, e em vez da revolta antiga invade-me uma espécie de confuso contentamento instintivo. Qualquer coisa dentro de mim sente-se nelas preservado, defendido das mil agressões do momento. É como se as raízes mais profundas do meu ser se vissem de repente em segurança no desterro de cada um destes redís primitivos, transformados milagrosamente pelo próprio abandono em promissoras ilhas de reserva humana.” (*Diário X*, 1999: 1072).

Na amplitude da obra literária de Miguel Torga é evidente a sua admiração pelas populações e lugares mais isolados e remotos do país. As deambulações e o fascínio de Torga pelo mundo rural e pelos ambientes de montanha são uma presença habitual na sua obra e configuram uma referência incontornável para o conhecimento das mudanças (sociais, demográficas e políticas) que marcaram nas últimas décadas a montanha portuguesa. Contudo, ao invés de outros autores, Miguel Torga não confere especial atenção às novas funcionalidades ligadas ao tempo livre/lazer que caracterizam recentemente os territórios de montanha.

No final do seu périplo, Torga mantém a vinculação aos lugares e aos valores de sempre, admira as populações dos lugares mais remotos e isolados e vê nelas uma espécie de último reduto de um Portugal arcaico e genuíno (que teima em resistir ao avanço da modernidade, mas que estava condenado a desaparecer):

“Piódão, 7 de Abril de 1991 – Com o protesto do corpo doente pelos safanões tormentosos da longa caminhada, vim aqui despedir-me do Portugal primevo. Já o fiz de outras imagens da sua configuração adulta. Faltava-me esta do ovo embrionário.” (*Diário XVI*, 1999: 1710).

Mas para compreender as dinâmicas territoriais do Piódão é necessário considerar também outras variáveis como, por exemplo, a população. Como referimos em trabalho

anterior (CARVALHO e CORREIA, 2008-a:7), “ao problema secular do isolamento, relacionado com as dificuldades impostas pela orografia, acresce os efeitos da desvitalização demográfica, económica e social muito acentuada, em particular desde os anos sessenta, e uma rede relacional e de actores de baixa densidade”.

A análise da evolução demográfica da freguesia do Piódão, no período de 1911 a 2001 (quadro 2), permite verificar que a população conheceu um ritmo ascendente até 1960: 872 habitantes no ano de 1911, 1070 habitantes em 1940, e 1088 habitantes em 1960, apesar dos efeitos dos movimentos migratórios (externos e internos). Após 1960 a população decresceu em termos absolutos a um ritmo muito acentuado: 514 residentes em 1981; 381 em 1991, e apenas 229 em 2001, tendência que é ainda mais preocupante na perspectiva (escala) dos lugares (por exemplo, Chãs de Égua perdeu cerca de 90% da população residente no referido período). Portanto, entre 1960 e 2001, a população residente na freguesia do Piódão decresceu 859 habitantes e representava menos 79% em relação ao registo do valor máximo demográfico (registado em 1960).

Quadro 2. Evolução da população da freguesia do Piódão, em 1991-2001, por lugar

Lugar	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001
Barreiros	17	17	20	-	-	-	3
Chãs d'Égua	166	174	153	79	52	54	18
Covita	25	22	25	-	-	-	3
Eira da Bouça	39	25	22	11	-	-	2
Fómea	85	127	124	86	55	34	20
Foz d'Égua	19	31	-	32	7	29	9
Malhada Chã	114	178	229	195	170	148	81
Moinhos	-	17	17	14	-	-	6
Pés Escaldados	23	34	19	6	0	0	0
Piódão	255	292	281	205	110	76	65
Tojo	75	100	109	83	65	40	19
Torno	16	23	28	21	-	-	4
Outros lugares	38	30	10	29	55	4	-
TOTAL	872	1070	1088	761	514	381	229

Fonte: Censos da População, 1991-2001 (INE); Plano de Desenvolvimento do Piódão (ACFP, 2004).

O lugar do Piódão, apesar de igualmente castigado pelo despovoamento, tem a particularidade de ter registado o máximo demográfico em 1940 (quando foram contabilizados 292 residentes) e de constituir o lugar da freguesia que menos população perdeu, em termos absolutos e relativos, no último período inter-censitário (76 habitantes em 1991; 65 habitantes em 2001).

É de referir ainda que o Piódão, do conjunto de lugares que compõem a freguesia, se destaca em termos demográficos, pois concentra 28,4% da população (em 2001, o lugar com mais população era Malhada Chã, com 81 residentes).

Por outro lado, é necessário considerar o envelhecimento acentuado da população residente. No período de 1991-2001, registou-se uma erosão diferenciada dos estratos etários principais de que resultou um duplo agravamento da composição etária: por um lado, verificou-se uma perda acentuada da população jovem (23,6%, em 1991; 9,8%, em 2001); por outro lado, os idosos atingiram 44,1%, em 2001 (mais 18% em relação ao ano de 1991).

De igual modo, também o fenómeno migratório deixou cicatrizes profundas neste microterritório. “Embora a emigração para o Brasil, África ou Europa tenha sido relevante (...), a verdade é que o principal fluxo migratório dos habitantes da freguesia do Piódão foi, quase sempre, em direcção a Lisboa²²” (ACFP, 2004: 21). Ainda no contexto nacional, as migrações sazonais para o Ribatejo e a procura de trabalho nas minas da Panasqueira eram mais uma oportunidade de trabalho e de obter melhores condições de vida.

A população piодense e a juventude em particular, “não tinha grandes alternativas entre ficar em Piódão, cavando as terras para as diversas sementeiras, pastoreando o gado, roçando mato ou apanhando umas torgas para acenderem a fogueira com que se aqueciam ou para fazer a sopa de todos os dias, ou ir fazer o trabalho sazonal na Quinta da Granja, Cadafais ou Carnota, vulgarmente designadas por Borda d’Água, durante nove meses, trabalhando arduamente de sol a sol” (Casa da Comarca de Arganil, 2004: 127).

Estes fluxos migratórios conduziram a “um despovoamento parcial, e não a um abandono total das aldeias, tornando-se inevitável o estabelecimento de ligações fortes, bipolares, entre o núcleo emigrado e o dos remanescentes” e que resistiram ao desejo de

²² Após a II Guerra Mundial, a importância das Minas da Panasqueira enquanto pólo empregador da região decaiu de modo significativo, atirando a população serrana “para os trabalhos violentos e mal pagos na estiva, na construção naval ou na lota. Mais tarde, nos anos setenta, a pequena restauração constituiu-se como alternativa a esse emprego braçal” (ACFP, *op. cit.*).

partir, em particular nos concelhos de Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra (parte da chamada Beira-Serra). Através deste processo de vinculação, a “aldeia distante se transforma numa referência emocional, ganhando uma representação imaginária que a identifique e caracterize, por via da adopção de um conjunto de símbolos distintivos” (TRINDADE, 1994: 102). A importância deste processo, que marca outras regiões portuguesas de origem dos migrantes, designadamente o interior, levou a citada autora a utilizar o termo “micropátrias” (TRINDADE, 1987).

Durante as décadas de 50 e 60 é devido às redes formais de socialização que os piódenses a residirem em Lisboa promoviam o convívio e recebiam notícias acerca da sua aldeia, mantendo-se e, reforçando-se assim, a ligação afectiva destes migrantes à sua terra natal.

“Obrigado a partir da sua aldeia esteja onde estiver, está sempre agarrado ao seu torrão natal e todos os anos aí tem que regressar, como que em peregrinação, cumprir o seu destino. Mesmo a milhares de quilómetros de distância, o seu coração e o seu pensamento estão sempre na aldeia que lhe serviu de berço e esse sentimento é transmitido aos filhos que por sua vez o transmitem aos netos. É com base neste sentimento de regresso e num bairrismo desmedido que vai lutando afincadamente para resolver algumas necessidades básicas do seu povo” (FONTINHA, 2004: 116).

É neste contexto que surgem as primeiras Comissões de Melhoramentos, entre outros tipos de associações, agrupadas na “Casa da Comarca de Arganil”. Estas “colectividades tiveram um papel fundamental na realização de importantes obras de beneficiação nas aldeias serranas, assumindo competências que o Estado Novo negava ao poder local e municipal. A sua intervenção baseava-se, quer na angariação de donativos entre os associados, quer no exercício de um jogo constante de influências a diversos níveis do poder político” (ACFP, *op. cit.*, 21). Com efeito, foi o associativismo de interesses que permitiu dotar alguns lugares de infra-estruturas básicas²³ e assim contribuir

²³ A Comissão de Melhoramentos do Piódão foi a grande impulsionadora de um conjunto de obras de beneficiação da população desta aldeia, entre as quais: a recuperação de fontanários (1939), a construção Escola Primária do Malhadinho (1940), a abertura de um posto público de telefone (1954) e de um posto de assistência médica (1956), a construção do Largo Cónego Nogueira (1967) e o início do projecto da E.M. 508-1 (em 1967) e que só foi concluída ainda sem alcatroamento em 1972, com comparticipação do Estado e da Câmara Municipal de Arganil. A electrificação da aldeia concluída em 1974, a melhoria do sistema de abastecimento de água com obras realizadas na mina de captação e na instalação de canalização até às casas dos habitantes, constituem outros melhoramentos importantes promovidos pela Comissão de Melhoramentos do Piódão.

para uma melhoria gradual das condições de vida na montanha, e cujo valor é hoje reconhecido (fotografia 2).

Por outro lado a intervenção pública na montanha, no âmbito da florestação estatal dos baldios, com maior incidência a partir dos anos 30 do século XX, apesar de acompanhada de desequilíbrios e dificuldades acentuadas do modelo agro-silvo-pastoril que durante séculos alicerçou a economia de lugares como o Piódão, foi decisiva para a sua abertura gradual (com a construção de estradas, a rearborização e a regularização de linhas de água) e a mutação da sua imagem.

Assim, a montanha abandona, de forma progressiva, a conotação de espaço inóspito, degradado e repulsivo para se transformar num quadro paisagístico mais acessível, embelezado e capaz de despertar interesse no âmbito da utilização do tempo livre (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 2. O reconhecimento público da acção social da Comissão de Melhoramentos do Piódão

4.2 A construção de um destino de turismo alternativo

Apesar das grandes dificuldades estruturais e funcionais que caracterizam os espaços de montanha, nos últimos anos, as entidades políticas e os meios intelectuais começam a olhar estes territórios como um conjunto de potencialidades (novos recursos) que, ao mesmo tempo, são cada vez mais valorizadas pela actividade turística emergente.

Como referem BORGES e LIMA (2006: 157), as “características únicas das montanhas – cenários de extrema beleza cénica, traços biofísicos excepcionais, diversidade, isolamento e autenticidade natural e cultural – proporcionam condições ideais à prática de uma diversidade de actividades que enformam alguns dos mais populares produtos turísticos da actualidade”.

É neste contexto, em que assistimos a uma viragem significativa na construção e difusão da imagem da montanha e no próprio discurso sobre a montanha, que se torna importante para o nosso estudo a compreensão da génese do “Piódão turístico”.

O processo de construção e dinamização do turismo em Arganil teve na *Comissão de Iniciativa e Turismo* uma das suas primeiras referências. Instituída no final de 1929, na sequência do Decreto 17304 (publicado no Diário do Governo nº 204, I Série, de 5 de Setembro de 1929), esta Comissão desenvolveu algumas actividades de promoção turística do concelho, em articulação com as comissões de melhoramentos locais.

Apesar de o derradeiro registo oficial da Comissão, em livro próprio, não exceder 1939, e sendo necessário aprofundar o conhecimento da sua intervenção através de outras fontes (designadamente as Actas das Sessões Camarárias) bem como as iniciativas de outras entidades/actores, é certo que as primeiras preocupações e intervenções incidiram no Santuário do Monte Alto.

A partir de meados do século XX, a montanha começa a despertar algum interesse como recurso para o turismo, no alinhamento do que já se referiu. Através das notícias publicadas na imprensa regional, depreende-se a intenção de convidar a sociedade a percorrer os novos caminhos da montanha e a desfrutar os seus panoramas, embora sem inculcar a ideia de visitar povoados serranos como o Piódão, seja pela dificuldade em aceder ao local (que só foi ligado ao mundo, por estrada, no alvor dos anos 70), seja por outros motivos (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Este cenário é visível aquando da publicação em 1944 do 3º volume do *Guia de Portugal: Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, sob chancela da Biblioteca Nacional de

Lisboa (BNL, 1944). Este volume, contando com a participação de ilustres escritores portugueses (Alberto de Oliveira, Egas Moniz, Eugénio de Castro, Ferreira de Castro, João de Barros, Raúl Brandão, Rodrigues Lapa, Tomaz da Fonseca ou Vitorino Nemésio), constitui uma referência nacional para o conhecimento do potencial turístico português no decorrer da primeira metade do séc. XX.

A nossa leitura permitiu encontrar breves referências aos valores naturais e paisagísticos de maior proximidade da aldeia do Piódão, nomeadamente a vila de Côja, a aldeia de Benfeita descrita como uma “povoação bastante desenvolvida e que descansa no fundo de um vale”, e a Mata da Margaraça, “um pedaço de floresta, compacta, e negra de verdura que lhe dão os castanheiros, os carvalhos, os azereiros e aveleiras” (BNL, *op. cit.*, 418-419).

Apesar de ausente do texto, o Piódão é retratado no *Guia de Portugal* através de uma imagem (fotografia) acompanhada da seguinte legenda: “Piódão – exemplo bem característico da povoação não já da beira marítima mas da beira serrana”. Este título reforça a matriz que caracteriza esta aldeia (de montanha) e o sentimento de isolamento, distância e abandono que caracterizam os territórios de montanha, e em particular esta aldeia da Beira Serra encravada num vale profundo e encaixado, com a disposição do casario em perfeita comunhão com a natureza, e “cujos acessos difíceis preservaram as marcas das privações (casas de xisto e lousas, sem reboco nem telhas)” (MORENO, 1999: 395).

Porém, a partir da década de 70, a ambição turística ganha maior expressão. Neste sentido, nas últimas três décadas do séc. XX e inícios do séc. XXI, podemos destacar uma sequência de acontecimentos encadeados, com o envolvimento de entidades públicas, privadas e associativas, que marcaram a transição funcional e a mutação da imagem deste lugar de montanha.

4.2.1 Primeiras iniciativas e classificação do Piódão como Imóvel de Interesse Público (1978)

O primeiro grande marco da história recente do Piódão, na perspectiva do património e do turismo, remonta à década de 70, quando membros da Comissão de Melhoramentos levaram à aldeia o Arquitecto Eugénio Correia, “cuja influência no poder

político levou, por sua vez, à intenção de parar de imediato com todas as alterações à unidade arquitectónica e à fisionomia de conjunto da aldeia, vista como um património raro” (MORENO, *op. cit.*, 399).

Este momento foi decisivo para o reconhecimento público da dimensão patrimonial da aldeia, em especial a grande unidade formal e volumétrica de todo o conjunto (ANACLETO, 1996), e em 1978 (através do Decreto-Lei nº 95/78 de 12 de Setembro) o Estado classifica o Piódão como “Imóvel de Interesse Público”.

No entanto, apesar dos benefícios iniciais decorrentes desse novo estatuto público (em particular, a iluminação do conjunto urbano em 1978 e o alcatroamento da estrada em 1981), o diploma que consagrou este estatuto “proibia novas alterações à unidade arquitectónica e à fisionomia do conjunto urbano” (ACFP, 2004: 22).

A reacção popular perante esta decisão não foi animadora, particularmente, devido à proibição imposta ao reboco ou à colocação de telha nas habitações que, na sua óptica, viria agravar mais o abandono e o esquecimento da aldeia.

A abertura da aldeia ao turismo foi lenta e muito difícil, reinando os sentimentos de estranheza, desconfiança e desconforto que “obrigavam os piodenses a refugiarem-se nas suas casas ou hortas” (ACFP, *op. cit.*, 23).

Porém, como refere ainda a fonte citada, “o turismo tinha vindo para ficar (como bem perceberam os comerciantes), transformando-se em pouco tempo numa actividade indutora de significativas transformações estruturais, pelo menos, na sede de freguesia”.

4.2.2 O Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão (1987)

O interesse público pela requalificação da aldeia do Piódão, na perspectiva da recuperação de um “património único de arquitectura rural” (MORENO, *op. cit.*, 395), remonta aos anos 80 do século XX.

A preocupação com a salvaguarda e a valorização deste conjunto (arquitectónico e paisagístico) singular, vem reconhecer a importância das políticas de intervenção que partilham o esforço e o empenho dos poderes autárquicos e governamentais com a participação activa da população local.

Neste contexto, a situação económica e social pouco favorável que se vivia na aldeia do Piódão²⁴ e a necessidade de recuperar e reabilitar este lugar, foram elementos decisivos para a definição do primeiro Plano de Desenvolvimento do Piódão, contando para o efeito com o apoio de um Gabinete Técnico Local (GTL)²⁵.

“Pretendia-se estruturar intervenções a submeter a concurso financeiro público, e para isso mostrava-se essencial diagnosticar, de forma exaustiva, a situação existente e fundamentar as linhas de acção das propostas a desenvolver” (CARVALHO, 2005: 485).

O estudo multidisciplinar realizado pela equipa do GTL encontra-se estruturado em onze partes: Introdução, Apresentação e Localização; Sociologia; Arquitectura; Estabilidade e Construção; Caracterização Urbana; Infra-estruturas; Paisagismo; Plano Trienal; Legislação; e Conclusão. A sua elaboração teve por base a realização de um inquérito à população local. Este inquérito composto por uma amostra de 38 inquiridos num universo de 99 habitantes permitiu recolher diversas informações sobre a aldeia.

De forma genérica, destacamos deste estudo a caracterização demográfica da aldeia (com uma população maioritariamente idosa, de estrutura etária superior a 50 anos de idade, e com cerca de 39,5% de população com mais de 70 anos).

Este cenário motivado pela dureza e pelas dificuldades de subsistência que caracterizam as áreas rurais de montanha, e ainda reforçado pela atracção de outros destinos (nacionais e no estrangeiro), ajudam a compreender o crescente envelhecimento e despovoamento da aldeia do Piódão.

Quanto às habitações da aldeia, num total de 126, apenas 38 eram utilizadas de forma permanente e as restantes 88 encontravam-se em estado devoluto. No que concerne às suas infra-estruturas, o estudo concluiu que 92% dos fogos (isto é, 35 habitações) possuíam água canalizada, 89% luz electrificada e 92% esgotos.

²⁴ A leitura do Plano da Aldeia (1986) permitiu o levantamento dos problemas mais graves da aldeia, em particular: o estado de degradação dos imóveis; o atraso agrícola; o desemprego; a deficiente rede viária; o isolamento geográfico; a distância dos serviços de educação e de assistência médica; a inexistência de uma eficaz rede de saneamento; o consumo impróprio das águas de superfície; a sujidade dos arruamentos pela contínua passagem dos animais, entre outros problemas.

²⁵ O estudo realizado pelo GTL assentou, fundamentalmente, nas seguintes directrizes: análise da aldeia do Piódão nas suas diferentes perspectivas; parecer sobre a utilização dos edifícios; elaboração de projectos de recuperação de edifícios; promoção e acompanhamento das obras; informação e apoio aos proprietários e moradores para dinamizar a sua participação na realização das obras nos edifícios e na obtenção de apoios financeiros.

A construção de edifícios de habitação ao longo dos anos também foi diminuindo (é na década de 60-70 que se verifica a maior densidade de construção com 14 habitações, e que coincidiu com o maior registo de emigração na aldeia; posteriormente, o número de construções foi diminuindo registando-se em 1980-85 apenas 5 construções de habitação). Segundo o GTL “de um total de 126 fogos construídos, apenas 48 fogos foram construídos desde 1926 a 1985, o que em 59 anos não representa dois fogos por ano”.

Quanto ao estado de conservação das habitações de um modo geral caracteriza-se como “razoável” (36,8%), seguindo-se as habitações com um “mau” estado de conservação (26,3%), sendo os principais elementos de degradação evidenciados: as coberturas (21,1%), as paredes interiores (5,3%) e as caixilharias e portas (5,3%).

As razões apontadas para o avançado estado de degradação dos imóveis (na sua maioria a necessitar de reparação total – 63,2%), assentam na fraca capacidade económica da população, maioritariamente reformada e proprietária dos edifícios em que reside (o que inviabilizava a aquisição de verbas provenientes do arrendamento).

As conclusões obtidas após a realização deste estudo permitiram definir com maior clareza as áreas de actuação e as principais linhas de intervenção consideradas prioritárias. Segundo as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Arganil neste período (José Dias Coimbra) as intervenções passavam não só pela “recuperação das casas, mas acima de tudo, pela criação de condições de vida e de riqueza à população”.

Deste modo, apresentamos os objectivos estruturantes deste estudo, segundo quatro domínios de intervenção:

– Estruturas edificadas:

- . Preservação da tipologia arquitectónica²⁶ dos imóveis públicos e particulares (restauro de fachadas e coberturas);

²⁶ A tipologia arquitectónica de uma casa serrana apresenta uma estrutura quadrangular com 2 pisos: o superior destinado à habitação, composto essencialmente por três quartos e sala/cozinha; e o piso inferior, também designado de “lojas” onde permaneciam os animais e se armazenavam os produtos agrícolas.

É de notar ainda, as preocupações de salvaguarda da arquitectura tradicional (rural) dos imóveis da aldeia, que o documento em análise expressa, nomeadamente, a proposta de definição de um regulamento de construção e de normas urbanísticas a seguir, no sentido de evitar alguns perigos potenciais: destruição (quando o edifício ameaça ruir ou corre o risco de ser demolido, para substituição de outro imóvel); adulteração (quando se preveja que nas fachadas se possam introduzir elementos que alterem a traça original); uso/ocupação (quando o uso ou ocupação previsível pode acarretar possíveis alterações ao imóvel); e por fim, a alteração tipológica (introdução de alterações que modifiquem a tipologia do imóvel).

-
- . Enquadramento arquitectónico e paisagístico de novas edificações no conjunto, como condição indispensável para a preservação das características arquitectónicas dominantes (volume, técnicas e materiais de construção, linhas dominantes, entre outros elementos);
 - . Melhoria das condições de salubridade das habitações (no seu espaço interno e da sua área envolvente);
 - . Melhorias funcionais dos imóveis;
 - . Destruição de construções precárias (barracões e outros anexos) que desfiguram a paisagem da aldeia e que irão proporcionar uma melhor iluminação e circulação do ar entre as habitações;
 - . Limpeza e manutenção dos muros e pavimentos em pedra que denunciam a intrusão de outros materiais de construção (cimento);
 - . Aquisição e recuperação de imóveis para fins não habitacionais pela Câmara Municipal de Arganil (edifícios de apoio ao Turismo e para Turismo de Habitação), Casa do Povo/Junta de Freguesia, Telescola e Artesanato);
 - . Aquisição e recuperação de imóveis para fins habitacionais (CMA);
 - . Aquisição de terrenos e construção para fins habitacionais (CMA);
 - . Concessão de apoio financeiro (PRID²⁷) aos proprietários de reduzido poder económico para a recuperação das suas habitações.

– Infra-estruturas:

- . Recuperação dos arruamentos internos da aldeia num total de 6500m² (com o levantamento e reposição da calçada de xisto);

²⁷ O PRID (Plano de Recuperação de Imóveis Degradados) criado pelo Decreto-Lei nº704/76 e posteriormente, reafirmado pelo Decreto-Lei nº449/83 de 26 de Dezembro, traduz-se na “concessão de empréstimos e subsídios para obras de recuperação, conservação e beneficiação do património habitacional nacional, público e privado, urbano e rural, incluindo a ligação às redes de abastecimento de água, electricidade e esgotos” (Plano da Aldeia, s/p). Os beneficiários destes empréstimos podem ser as Câmaras Municipais ou particulares, que tenham como pretensão a conservação, recuperação ou beneficiação do seu património habitacional degradado. Compete ao Município “organizar todos os processos passíveis de acolher financiamento através do PRID, quer dos imóveis camarários ou particulares, que posteriormente analisados pelas instituições bancárias e após o apoio do Instituto Nacional de Habitação, que analisarão a sua viabilidade, será permitido a concessão de apoio financeiro a juros extremamente bonificados que serão em condições normais geridos pelo próprio Município” (Plano da Aldeia, 1987, s/p).

-
- . Recuperação do pavimento do Largo Cónego Nogueira (conferindo especial atenção à multifuncionalidade deste espaço – comercial, de estacionamento e de lazer);
 - . Melhoria da rede de distribuição de água (com a colocação de 1115 m de condutas pela aldeia, incluindo a estação de tratamento e a conduta desde a mina de captação);
 - . Melhoria da rede de esgotos (com a distribuição de 992 m² de colectores por toda a aldeia, incluindo a fossa séptica e o dreno);
 - . Beneficiação da rede de electricidade (incluindo a instalação de telefone público e a aquisição de lanternas e focos para a iluminação pública);
 - . Beneficiação da Estrada Municipal 508-1 (que impunha um conjunto de medidas, nomeadamente: escavações para rectificação de curvas; construção de alguns aquedutos e beneficiação dos já existentes; alteamento de bermas; empedramento em serventias com calçada à portuguesa; sinalização e placas informativas; placas de STOP; marcos quilométricos; limpeza e aprofundamento de valetas).

– Actividades económicas:

- . Desenvolvimento da pastorícia (como incentivo à fixação, ou retorno, das populações à aldeia);
- . Desenvolvimento do artesanato (como forma de criação de emprego, por via da exploração dos recursos locais como a madeira, entre outros).

– Intervenção paisagística (orientada segundo três níveis principais de actuação: envolvente, linha de água e aglomerado):

- . Preservação das espécies florestais autóctones;
- . (Re)plantação de espécies arbóreas e arbustivas;
- . Instalação e desenvolvimento de elementos da flora melífera (no sentido de incrementar a exploração agrícola já tradicionalmente implantada e ser um incentivo ao desenvolvimento económico da aldeia);
- . Conservação das linhas de água (margens) e recuperação das condições ecológicas e flora aí existentes;

-
- . Instalação de equipamento urbano para melhoria estética da imagem da aldeia²⁸;
 - . Criação de um circuito pedonal que poderia simultaneamente, “servir pontos notáveis de contemplação paisagística ou de observação da fauna e flora locais” (GTL, 1987, s/p);
 - . Criação de uma “zona de lazer” com cerca de 30 000m², entre a ribeira do Piódão e a povoação, e que pretendia a instalação de um coreto e de um campo de jogos, intercalados com a plantação de algumas espécies arbóreas e arbustivas.

Algumas das propostas de intervenção apresentadas anteriormente foram orçamentadas segundo uma estimativa trienal (1987 a 1989), e repartem-se em dois domínios principais: as intervenções ao nível das estruturas edificadas (imóveis particulares ou propriedades adquiridas pela Câmara Municipal de Arganil), e as intervenções a realizar no espaço público. Todas as actividades previstas na aldeia procuravam seguir como objectivo central a salvaguarda e a valorização da arquitectura tradicional da aldeia e a sua integração no ambiente natural.

É ainda de referir a vontade expressa pela Autarquia na aquisição de imóveis para fins turísticos, o que revela a consciencialização pelo poder autárquico (e também privado) do potencial turístico da aldeia e as mais-valias que poderiam advir em benefício do desenvolvimento socioeconómico do Piódão.

A análise do quadro 3 permite observar os custos previstos por áreas de intervenção, estimando-se em cerca de 783 mil euros o investimento total a realizar na aldeia.

O campo mais importante em termos de custo estimado recai sobre a recuperação dos imóveis degradados (PRID). Porém, a programação trienal das dotações PRID que previa a concessão de cerca de 600 mil euros para obras de recuperação de 160 fogos, não foi incluída no Plano por não se prever solicitações pelos proprietários.

²⁸ A título de exemplo, a equipa do GTL propunha o seguinte: “cada espaço será analisado e objecto de uma terapêutica específica (...) assim, será possível que apenas um pequeno detalhe venha a alterar completamente a expressão geral de uma rua, através da introdução de uma nota colorida, quer seja de uma trepadeira que caia através de um muro, duma floreira construída num pequeno espaço livre, ou um arranjo florido numa janela com alguns vasos plantados com flores”.

Assim, o campo que prevê a maior verba de custos (cerca 30,6% do orçamento total) assenta no apoio financeiro concedido aos proprietários de imóveis. Este apoio tinha como objectivo a concessão de um subsídio a fundo perdido (Despacho nº7/SEHU/85) aos proprietários de habitações que se localizassem dentro da área de intervenção do GTL, e cujo poder económico era reduzido. As verbas propostas em conformidade com o número de habitações a recuperar repartiram-se por várias fases: a 1ª fase (1987) previa a recuperação de 40 fogos com um orçamento estimado em 60 mil euros; a 2ª fase (1998) um total de 70 fogos com um orçamento de 105 mil euros, e por fim a 3ª fase (1989) com 50 fogos e um custo estimado de 75 mil euros.

Seguem-se as intervenções ao nível das estruturas edificadas com 33,5% do orçamento (destacando-se a aquisição e recuperação de imóveis para fins não habitacionais como a medida de maior investimento, 23,4%).

A beneficiação das infra-estruturas da aldeia (rede de água, electricidade, esgotos, arruamentos e viária), contabiliza 23,7% do orçamento total, destacando-se a melhoria da rede de esgotos como a medida que absorve o maior volume de investimento (8,8%).

As intervenções paisagísticas ocupam a área de actuação menos dispendiosa (12,2%), e as actividades económicas, em particular o apoio ao desenvolvimento da pastorícia, não constam da orçamentação no Plano da Aldeia.

Quadro 3. Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão (1987):
áreas de intervenção e estimativa orçamental

Áreas de intervenção	Actividades a desenvolver	Total trienal (euros)	%
Estruturas Edificadas	Apoio financeiro (subsídio a conceder aos proprietários dos imóveis)	239 422,59	30,6
	Aquisição e recuperação de imóveis para fins não habitacionais	182 984	23,4
	Aquisição e recuperação de imóveis para habitação	32 920,66	4,2
	Aquisição de terrenos e construções para fins habitacionais	45889,40	5,9
Infra-estruturas	Pavimentação (arruamentos e Largo da aldeia).	25 937,49	3,3
	Rede de Água	35 579,25	4,5
	Rede de Esgotos	68 814,16	8,8
	Rede de Electricidade	7 481,97	1
	Beneficiação da E.M. 508-1	48 133,99	6,1
Actividades Económicas	Desenvolvimento da pastorícia e do artesanato.	(sem dados)	-
Intervenção Paisagística	Arranjo paisagístico entre a ribeira e o Piódão	74 819,68	9,6
	Arranjo do Largo e equipamento urbano	20 700	2,6
Total		782 683,59	100

Fonte: Elaboração própria (Plano da Aldeia, GTL, 1987).

Apesar da importância deste documento e do interesse das propostas, estamos em crer, de acordo com a informação disponível, que o Plano de Desenvolvimento e Requalificação do Piódão não foi concretizado (por falta de financiamento externo). Contudo, as suas linhas orientadoras serão retomadas em meados dos anos 90 com o Programa das Aldeias Históricas de Portugal.

4.2.3 O Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999) e as Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (2000-2006)

No quadro de construção do Piódão turístico, destacamos o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (PAHP), que pretendeu integrar objectivos patrimoniais, económicos e sociais numa estratégia de desenvolvimento que visou, igualmente, objectivos turísticos.

As linhas de acção do PAHP foram direccionadas para as infra-estruturas básicas²⁹, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002).

Neste sentido, pretendia-se com as estratégias definidas atingir os seguintes objectivos gerais: o desenvolvimento social e económico; a preservação da memória através da valorização do legado histórico; a dinamização do potencial turístico-cultural; e a participação dos actores locais públicos e privados em parceria com os diferentes níveis da Administração, com vista à integração e articulação de recursos territorialmente dispersos.

Esta iniciativa nacional, lançada no âmbito do QCA II, com continuidade no QCA III através do Programa Operacional da Região Centro (designadamente a Acção Integrada de Base Territorial “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”³⁰) abrangeu inicialmente uma dezena de lugares (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha), em 1994-1999, a que se juntaram mais dois lugares (Belmonte e Trancoso), em 2000-2006 (figura 2).

²⁹ Rede viária; abastecimento e tratamento de água; rede e tratamento de esgotos; rede e distribuição de gás; rede eléctrica e enterramento de cabo de televisão.

³⁰ De acordo com a CCRC (2000), esta AIBT enquadrou cinco tipos de intervenção/linhas de acção: contratos de aldeia; aldeias históricas; centros rurais; aldeias digitais; e vilas teletrabalho.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2. Enquadramento das Aldeias Históricas na Região Centro

Para a selecção das Aldeias Históricas definiu-se um conjunto de parâmetros como a existência de património arqueológico, ambiental ou arquitectónico classificado; a unidade formal do tecido urbano e construído; o interesse histórico-cultural; o índice de desertificação e a carência de infra-estruturas turísticas. Simultaneamente, foi também considerada a possibilidade de integração dos lugares intervencionados “em circuitos turísticos e culturais temáticos, estimulando o seu funcionamento em rede” (BOURA, 2004: 118).

Pretendia-se, assim, a criação de um circuito de promoção turística designado “Aldeias Históricas de Portugal” como uma estratégia de divulgação dos recursos eco-culturais (dispersos) destas aldeias, e uma mais-valia para o desenvolvimento destes territórios com dificuldades estruturais, decorrentes do progressivo abandono demográfico e da desvitalização das actividades tradicionais.

Por outro lado, a criação desta rede de lugares integrava como objectivos³¹:

- Ampliar a escala do produto turístico sem comprometer a dimensão física dos aglomerados e das actividades de cada um deles;
- Organizar uma rede que proporciona sinergias e cumplicidades que abrem novas perspectivas de articulação, entre o rural e o urbano, assentes em princípios de complementaridade funcional;
- Integrar no circuito, que desenham, a valia de outros bens/recursos culturais, enriquecendo-o pelo acréscimo da diversidade.

Centrando a nossa atenção na aldeia do Piódão, estamos em sintonia com MORENO (1999: 407) quando este geógrafo refere que o PAH “constituiu uma oportunidade estratégica de promoção do desenvolvimento e projecção do Piódão, e um eixo incontornável em matéria de análise explicativa das mudanças que, desde então, marcam esta aldeia”.

Neste contexto, importa analisar o plano de candidatura do Piódão (Plano de Aldeia) ao Programa das Aldeias Históricas, em particular as linhas de intervenção definidas para o seu desenvolvimento. A informação publicada pela Comissão de Coordenação da Região Centro³² (CCRC) relativa aos Planos de Aldeia, apesar de resumida, permite compreender o essencial do Programa de Intervenção definido para o Piódão.

Este Plano teve como principal missão “a recuperação e preservação da escala humana dos espaços, da fisionomia de conjunto e dos pormenores da aldeia, no sentido de reforçar a sua vocação de pólo de atracção turística, de dominância rural, funcionando como montra do potencial produtivo das freguesias limítrofes (produtos naturais e artesanais) e como catalizador da vivência envolvente, com oferta de serviços turísticos” (CCRC, 1995).

Quanto às principais linhas de intervenção, verificamos que a actuação pública aparece segmentada em cinco grandes domínios:

³¹ <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>. Consulta a 26 de Setembro de 2009.

³² Trata-se de uma síntese das candidaturas apresentadas pelas Câmaras Municipais ao PAH. Apesar das diligências efectuadas junto da Câmara Municipal de Arganil, não foi possível aceder ao Plano de Aldeia do Piódão (1995). De igual modo, não foi possível apurar informações sobre o Gabinete Técnico Local, criado exclusivamente para o acompanhamento das intervenções na aldeia durante a vigência do PAH.

-
- As infra-estruturas (com a melhoria das condições de salubridade das redes de esgotos e de abastecimento de água, o enterramento das redes de electricidade e de comunicação e a construção de três estações de tratamento de águas residuais);
 - Os acessos viários (com o alargamento e rectificação da estrada de acesso à aldeia, de traçado muito abrupto e sinuoso);
 - A sinalização (através da implantação de sinalização nos acessos e no interior da aldeia de modo a torná-la mais “visível” e a facilitar a orientação dos visitantes);
 - A aquisição e remodelação de um imóvel destinado a Posto de Turismo;
 - A realização de pequenos trabalhos de recuperação e de beneficiação da Igreja Paroquial sob responsabilidade do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

Paralelamente, pretendia-se uma cooperação da autarquia com as populações e organismos locais, prestando apoio técnico e financeiro em obras de recuperação e de reposição da traça original dos imóveis (fachadas e telhados).

Quanto ao apoio concedido às economias locais, as acções a desenvolver foram no sentido do melhor acolhimento do visitante, ou seja, a promoção e o desenvolvimento do potencial turístico da aldeia. Pretendia-se intervir ao nível do alojamento com a construção de uma Pousada que respeitasse integralmente as características arquitectónicas da aldeia (a Estalagem do Piódão), e na dinamização das artes e ofícios tradicionais com a criação de ateliers de artesanato e lojas de venda de produtos locais das freguesias vizinhas (trabalhos em madeira, aguardente de mel, mel, cestaria, doçaria, entre outros).

O quadro 4 permite visualizar a tipologia de projectos que constituíram as grandes linhas de actuação do PAH, assumindo a valorização do património a maior parcela de investimento financeiro (cerca de 12 milhões de euros), seguido pelas intervenções ao nível das infra-estruturas básicas (7 milhões de euros), a recuperação de fachadas (4,6 milhões de euros) e a construção de equipamentos turísticos (4,2 milhões de euros). A criação de microempresas foi a linha de acção onde se investiu menos, registando um apoio financeiro no total de 150 mil euros.

Quadro 4. Tipologia de projectos financiados para as Aldeias Históricas de Portugal (1995-2002)

Tipologia de Projectos	QCA II 1995-1999	QCA III 2000-2002	Total
Infra-estruturas Básicas	5.972.413	844.235	6.816.649
Valorização do Património	6.682.784	5.251.531	11.934.315
Arranjos Urbanísticos	1.488.999	1.353.542	2.842.541
Fachadas Recuperadas	3.985.937	690.360	4.676.297
Equipamentos Turísticos	4.241.764	-	4.241.764
Casas de Campo	770.384	-	770.384
Micro Empresas	151.697	-	151.697
Acções de Animação e Promoção	826.202	691.258	1.517.460
Publicações Editadas	1.467.576	20.000	1.487.576
Estudos e Apoio Técnico	865.713	86.372	952.085
Total	26.453.471	8.937.297	35.390.768

Unidade: Euros.
Fonte: CCRC (2002).

Em relação à tipologia de promotores, até 2002, destacam-se as Câmaras Municipais como os principais responsáveis por quase 65% do investimento total e 63% dos projectos realizados. Em simultâneo, embora com menor representatividade destacam-se outras entidades que protagonizaram importantes investimentos, nomeadamente o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (IPPAR), a INATEL, as Associações de Desenvolvimento Local e alguns empresários locais.

Através do quadro 5 podemos verificar que a distribuição geográfica do investimento é também muito desigual entre as aldeias nos dois momentos de apoio (QCA II e III), repartindo-se segundo o intervalo de variação de 1,4 milhões de euros (Castelo Mendo) a 8 milhões de euros (Linhares da Beira).

No caso do Piódão, o investimento total, segundo elementos de 2002, foi de 5,5 milhões de euros, distribuído por 71 intervenções (quadro 6). Do conjunto de intervenções realizadas destacamos os equipamentos turísticos (o exemplo mais relevante é a Estalagem da INATEL, com 3,8 milhões de euros – Fotografia 1); as infra-estruturas básicas (1,4 milhões de euros) e a recuperação de fachadas e coberturas (174 mil euros).

Quadro 5. Investimento financeiro realizado nas Aldeias Históricas (1995-2002)

Aldeia	QCA II 1995-1999	QCA III 2000-2002	Total
Almeida	5.232.853	437.789	5.670.642
Castelo Mendo	1.331.164	49.561	1.380.725
Castelo Novo	48.972	2.140.623	2.189.595
Castelo Rodrigo	2.606.873	740.661	3.347.534
Idanha-a-Velha	1.587.530	1.723.597	3.311.127
Linhares da Beira	2.437.803	5.434.552	7.872.355
Marialva	2.243.556	1.122.549	3.366.105
Monsanto	1.482.858	255.463	1.738.321
Piódão	5.314.004	241.797	5.555.800
Sortelha	1.793.043	481.896	2.274.939
Trancoso	-	-	-
Belmonte	-	-	-
Projectos Transversais	2.374.815	272.612	2.647.427
Total	26.453.471	12.901.101	39.354.571

Fonte: CCRC (2002).

Unidade: Euros.

Quadro 6. Investimento e projectos concretizados na aldeia do Piódão (1995-2002)

Tipologia de Projectos	Intervenções (Nº)	Investimento Elegível	Comparticipação FEDER	%
Infra-estruturas Básicas	7	1.319.158	981.970	23,9
Valorização do Património	1	32.921	24.690	0,6
Arranjos Urbanísticos	1	45.424	31.797	0,8
Fachadas Recuperadas	49	174.111	130.583	3,2
Equipamentos Turísticos	2	3.757.963	2.818.472	68,1
Casas de Campo	2	106.295	40.777	1,9
Micro Empresas	-	-	-	-
Acções de Animação e Promoção	7	31.326	23.038	0,6
Publicações Editadas	2	49.333	37.000	0,9
Estudos e Apoio Técnico	-	-	-	-
Total	71	5.516.532	4.088.328	100

Fonte: CCRC (2002).

Unidade: Euros.

Ao mesmo tempo (e como já referimos em trabalho anterior³³), são visíveis os efeitos locais deste programa (e de outros complementares³⁴), principalmente no âmbito das novas actividades (comércio de artesanato; serviços de cafetaria, restauração e alojamento) e equipamentos (posto de turismo e museu) – fotografias 3 e 4, e figura 3.



Fonte: Autora (2009).



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 3. Serviço de cafetaria

Fotografia 4. Comércio de artesanato e venda de produtos regionais

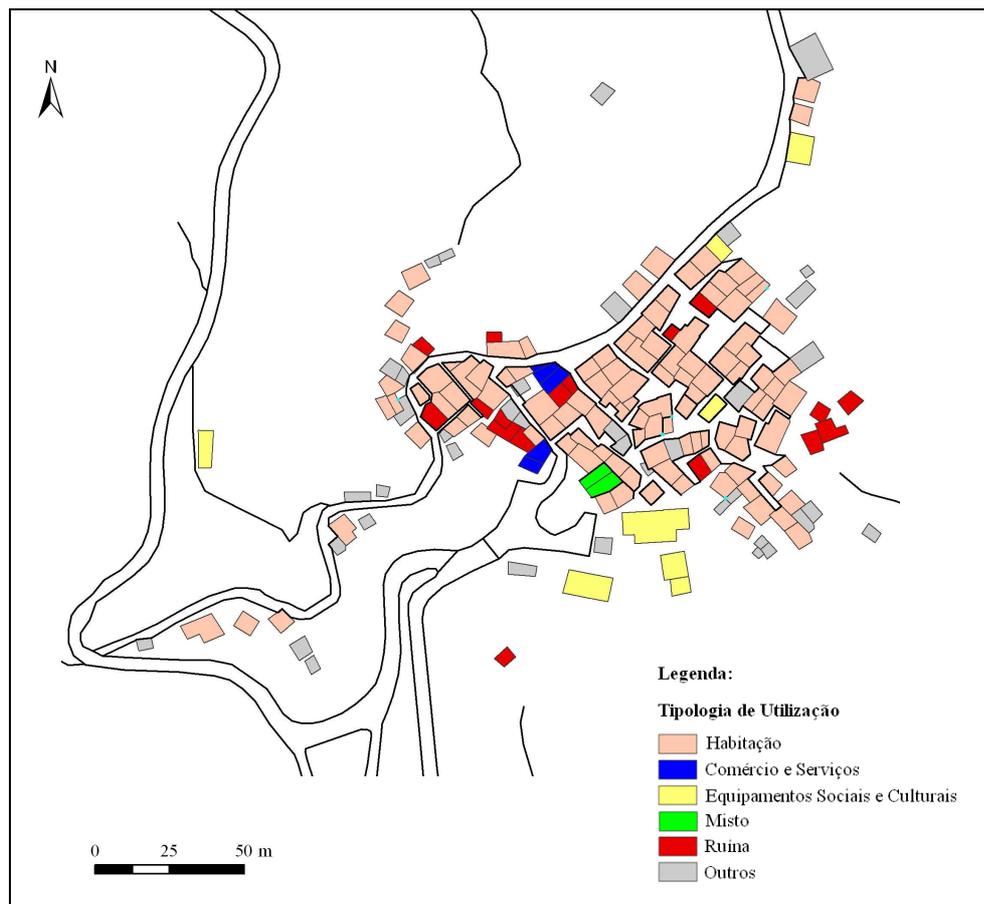
A concluir, importa sublinhar que o município de Arganil (tal como o Fundão) configura uma ponte (imaginária) entre as Aldeias Históricas e as Aldeias do Xisto³⁵, o que sugere uma outra questão: a articulação ou desarticulação de programas com objectivos semelhantes e a importância das redes na construção e projecção de iniciativas de desenvolvimento.

³³ CARVALHO e CORREIA (2008-a).

³⁴ Importa referir as dinâmicas recentes que decorrem na Aldeia por via de projectos e realizações de outros programas, em especial no âmbito do desenvolvimento agrícola/rural, em que se destaca o papel da Associação de Compartes da Freguesia do Piódão.

No que diz respeito ao Programa LEADER não foi possível obter informação sobre a sua incidência no Piódão, apesar da nossa insistência junto da entidade local credenciada (ADIBER).

³⁵ O Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006)), na mesma linha do Programa das Aldeias Históricas de Portugal, pretendeu requalificar um conjunto de microterritórios serranos (em geral desvitalizados do ponto de vista económico, social e demográfico) com o objectivo de constituir uma rede de sítios de interesse turístico. Apresenta, no entanto, particularidades em relação ao PAHP, como a metodologia de selecção e candidatura dos lugares, o número de lugares envolvidos (vinte e quatro), o financiamento (cerca de 11 milhões de euros de investimento até ao início de 2006), entre outros.



Fonte: Elaboração própria (com base no trabalho de campo, Outubro 2008).

Figura 3. Tipologia de utilização dos imóveis do Piódão (2009)

4.2.4 O Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão (2004)

A publicação do Decreto-Lei nº 205/99 de 9 de Junho, relativo aos Planos de Gestão Florestal, constitui outro marco importante na definição de estratégias de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida dos piodenses.

Este Decreto-Lei foi o grande impulso para a elaboração (pelo Conselho Directivo da Associação de Compartes da Freguesia do Piódão) de uma “proposta de carácter mais abrangente, para integrar a gestão das áreas de baldio num projecto global de intervenção da freguesia” (ACFP, 2004: 11).

Trata-se de um projecto-piloto extensível a todas as aldeias da freguesia, e que procura ultrapassar a visão redutora que conota excessivamente estes espaços como

florestais. Neste sentido, pretendeu-se elaborar um projecto de acção integrada, de carácter multifuncional e participado que promovesse os usos e potencialidades múltiplas (energéticas, naturais, paisagísticas e arqueológicas) das áreas de baldio.

Este Programa reúne como principais entidades promotoras a Câmara Municipal de Arganil, a Junta de Freguesia do Piódão e a Associação de Compartes da Freguesia do Piódão (ACFP). Porém, a gestão e a implementação sectorial das acções preconizadas para a freguesia são também realizadas em parceria com outras entidades/instituições públicas ou privadas³⁶.

O Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão (ACFP) está estruturado em quatro grandes domínios de intervenção, que definem um conjunto de medidas a realizar de modo gradual e faseado, a saber:

– Natureza e Ambiente. As propostas de intervenção apresentam como objectivo central a gestão ordenada das áreas silvo-pastoris e a concessão de um uso múltiplo às áreas de baldio. Em pormenor, destacamos medidas como a criação de uma equipa de Sapadores Florestais; a arborização de terrenos baldios com a introdução de espécies menos combustíveis; a rearborização de áreas ardidadas privilegiando a regeneração natural das espécies arbóreas (castanheiro e pinheiro); a beneficiação florestal (com a criação de corta-fogos, aceiros verdes, pontos de água); a manutenção dos usos tradicionais dos baldios (pastorícia e actividades cinegéticas); a conservação das áreas de baldio integradas na Rede Natura 2000; a qualificação e divulgação de recursos naturais (mel, medronho, queijo, carvão); a exploração do potencial eólico dos baldios mediante a instalação de parques eólicos; a valorização dos socalcos da região; a delimitação de uma reserva de caça para aproveitamento dos recursos cinegéticos; a valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público.

– Turismo e Cultura. Pretende-se com a gestão das áreas de baldio e dos equipamentos colectivos promover a descentralização da oferta turística, promovendo a aldeia do Piódão como o ex-líbris da freguesia e um meio de divulgação do potencial

³⁶ O Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão estabelece parcerias com as seguintes entidades públicas/privadas: Instituto Conservação da Natureza (ICN); Comissão de Melhoramentos da Freguesia do Piódão; Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER); Direcção Regional Agrícola da Beira Litoral (DRABL); Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC); Assembleia de Compartes de Chãs de Égua; Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Clube dos Amigos de Foz de Égua; PROFIFORMA; ENERNOVA; e, por fim, a iniciativa privada “Aldeia Dinâmica – Turismo e Agro-Pecuária, Lda.”.

turístico da Serra do Açor. Neste contexto, encontramos como propostas de intervenção: a edição de livros e a realização de diversas iniciativas de Encontros e Colóquios como meio de divulgação da aldeia; a criação do Museu do Azeite (Foz de Égua), do Centro de Interpretação de Energias Renováveis (energia hídrica em Fórnea, e de energia eólica no Tojo), do Centro de Interpretação da Fauna e Flora (Malhada Chã), e do Centro de Interpretação de Arte Rupestre (Chãs de Égua); construção de espaços de lazer (em particular, os parques de merendas, miradouros e praias fluviais); a sinalização e limpeza de percursos para passeios pedonais e de BTT; a criação de circuitos pedestres de carácter histórico – “Em busca da Estrada Real” e “Nos Trilhos da Arte Rupestre”; e por fim, a criação de uma imagem de marca dos principais produtos locais do Piódão (agrícolas, silvo-pastoris e artesanato).

– Área Social. A actuação no domínio social na freguesia do Piódão tem por base duas grandes preocupações: a criação de condições sociais atractivas para a fixação de população (em particular dos casais jovens), e a prestação de apoio social à população maioritariamente idosa. Deste modo, apresentam-se como principais linhas de intervenção: a reestruturação do Centro de Dia do Piódão (que engloba a melhoria das condições do imóvel, a contratação de um assistente social, a prestação de serviço domiciliário e nocturno, e o aumento da delimitação territorial da prestação de serviços a outras freguesias); a criação de um Centro de Apoio ao Ensino Pré-Escolar (com creche, pré-primária e OTL) e de um Centro de Acolhimento para Escola do 1º Ciclo (com horta pedagógica e várias actividades de sensibilização ambiental); e, por fim, a qualificação e a formação dos recursos humanos existentes na freguesia.

– Apoio técnico e monitorização dos recursos. Pretende-se criar um gabinete de apoio técnico à população local e proceder à elaboração de uma base de dados geográfica sobre a freguesia. A informatização dos dados constituirá uma mais-valia para a resolução de questões estruturais importantes (por exemplo, problemas relacionados com a titularidade da posse da terra e cujas parcelas não têm proprietário registado na Conservatória). Por outro lado, a utilização das novas tecnologias de informação, e em particular dos Sistemas de Informação Geográfica, permitirá o cruzamento de dados e a construção de cartografia digital da freguesia (integrando diversos elementos como a

delimitação dos terrenos baldios, a inventariação dos caminhos, linhas de água e socacos que necessitam de limpeza; a localização de sinalética, de condutas de água, de linhas de electricidade e de telefone; a delimitação de áreas de risco de incêndio florestal, a localização dos principais lugares de interesse turístico, natural e arqueológico, entre outros). Por último, apresentam-se ainda propostas de intervenção como a promoção da agricultura familiar em torno das aldeias, a criação de um portal da Internet para divulgação dos recursos da freguesia do Piódão, e a elaboração de uma Carta de Lazer do Piódão

O Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão apresenta-se como um projecto inovador que contraria as intervenções realizadas em anos anteriores, quase sempre pontuais e descoordenadas, e que se esgotam na sede de freguesia.

Apesar do seu carácter ambicioso e assumindo que “algumas propostas poderão não ser realizáveis, ou mesmo, adequar-se-ão melhor às competências de outras entidades” (ACFP, *op. cit.*, 48), o seu mérito assenta nas parcerias territoriais que estabelece com outras entidades/instituições públicas e privadas. É neste sentido, que se torna pertinente repensar o modelo de desenvolvimento da freguesia do Piódão, conferindo maior valor ao todo do que à mera soma das partes que muito têm condicionado a evolução positiva/desenvolvimento desta freguesia.

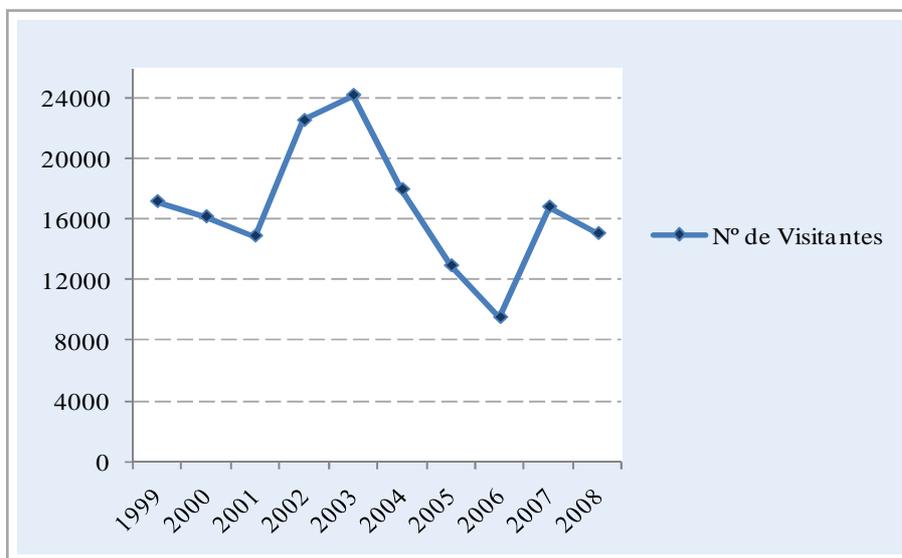
Vimos até ao momento que a aldeia do Piódão assistiu a profundas mudanças estruturais e funcionais que conferem na actualidade uma imagem renovada de um lugar outrora marcado pelo isolamento, pelo carácter inóspito e repulsivo da montanha, e pelo esquecimento dos poderes (públicos e privados).

Esta construção (lenta) do Piódão como lugar de interesse e com grande potencial turístico, é visível em diversos registos (literatura, imprensa regional, entre outros) como já aludimos anteriormente. No entanto, é de referir que nos últimos anos, a requalificação da aldeia e a sua promoção no mercado turístico nacional e internacional, no âmbito do PAHP e do PORC, induziu efeitos positivos na evolução do número de visitantes³⁷.

³⁷ O registo do total de visitantes que se deslocam à aldeia do Piódão iniciou-se de forma sistemática a partir de 1999, através da contabilização das entradas no respectivo Posto de Turismo. No entanto, é de referir, que o registo estatístico não é de todo rigoroso e homogéneo, uma vez que este Posto de Turismo não mantém uma assiduidade de funcionamento que permita registos reais do fluxo de visitantes, e por outro lado, nem todo o universo de visitantes se dirige ao Posto de Turismo.

A consulta das estatísticas oficiais do Posto de Turismo do Piódão (figura 4), revela os efeitos positivos na evolução do número de visitantes em particular no período de 2001 a 2003, atingindo neste último ano o valor máximo de visitas (24175 visitantes).

Ao invés, verifica-se uma redução muito significativa do número de visitantes da aldeia, desde 2003 até 2006: de quase 18000 para cerca de 9500 (valor mais reduzido desde 1999 – que corresponde ao primeiro ano completo de recolha de informação estatística), situação que pode estar relacionada com a criação e divulgação de destinos turísticos alternativos (como, por exemplo, as Aldeias do Xisto), a diminuição da intensidade da promoção turística das Aldeias Históricas, entre outros motivos.



Fonte: Elaboração própria (com base em dados fornecidos pela Câmara Municipal de Arganil.).

Figura 4. Evolução do número de visitantes do Posto de Turismo do Piódão (1999-2008)

Por outro lado, ainda segundo a mesma fonte, é de referir que o perfil do visitante traduz uma preponderância da nacionalidade portuguesa (cerca de 90% do total). Foi ainda possível apurar através do cruzamento de informações fornecidas pelos proprietários das unidades de alojamento, de restauração e artesanato, que a tendência, no geral, é positiva ao nível da procura turística.

4.3 A participação e a percepção local no contexto da turistificação

A sedimentação das mutações funcionais do Piódão e a sua integração progressiva no mercado do excursionismo e do turismo, como acontece em muitos outros micro-territórios de montanha (FERNANDES e VIEIRA, 2003; CARVALHO, 2005; PASCUAL, 2006; FERNANDES, 2007; PRICE, 2007), tem como referência incontornável os programas e as intervenções em torno das Aldeias Históricas.

É neste contexto, reconhecendo o papel central da população local nas tarefas e desafios do desenvolvimento, que importa questionar “a integração da população residente neste novo modelo funcional do Piódão, o seu grau de participação/envolvimento nas diferentes fases do processo de planeamento e execução das intervenções, e as suas ideias sobre os rumos e os caminhos que se pretendem para o Piódão” (CARVALHO e CORREIA, 2008-b: 6).

A prossecução deste objectivo teve como suporte um inquérito por questionário, realizado nos meses de Junho e Julho de 2008, ao universo da população residente e da população que residindo em outros lugares mantém uma casa de férias no Piódão.

O inquérito (sob anonimato) foi estruturado em três partes principais. De forma genérica, destacamos na primeira parte a caracterização do perfil do inquirido através de elementos como a nacionalidade, a naturalidade, o concelho de residência, a idade, as habilitações literárias, a profissão e o agregado familiar.

A segunda parte pretendeu analisar a expressão territorial do Programa das Aldeias Históricas e a sua implementação na aldeia do Piódão. Neste particular, foi nosso objectivo analisar a participação do inquirido na elaboração e execução do Plano da Aldeia, avaliar a sua opinião relativamente às intervenções que decorreram nos espaços públicos, nos imóveis particulares e ao nível das infra-estruturas básicas, e saber como o inquirido avalia em sentido geral as intervenções realizadas na aldeia. Nesta fase do inquérito procurámos, em simultâneo, analisar a participação dos inquiridos na obtenção de apoio financeiro para a recuperação das suas habitações (fachadas e coberturas) e para a dinamização das actividades económicas, e se estes realizaram ou manifestaram interesse em realizar obras no interior dos imóveis.

O inquérito termina com três questões em aberto que pediam ao inquirido para enunciar os elementos mais positivos e negativos relacionados com implementação dos

referidos Programas, e sugerir iniciativas/obras importantes para melhorar as condições de vida dos que residem na aldeia.

Os 33 inquéritos realizados (25 aos residentes e 8 aos proprietários de imóveis ocupados de forma sazonal) representam cerca de 55% do referido universo estatístico (que não incluiu, para os efeitos do presente estudo, os jovens e os adolescentes).

No que diz respeito às características da amostra, podemos referir que a totalidade da população que respondeu ao inquérito é de nacionalidade portuguesa e a maioria dos proprietários (75,7%) residiam no Piódão. Os restantes inquiridos tinham o seu domicílio principal em Lisboa, Almada, Sintra, Seixal e Porto (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

Trata-se de uma população bastante envelhecida: 51,5% dos inquiridos apresentam idades superiores a 65 anos, e os restantes indivíduos têm idades compreendidas maioritariamente entre os 28-64 anos. Como já se referiu, a população com idade inferior a 18 anos não foi inquirida.

No âmbito da composição social (através da leitura de dois indicadores: habilitações literárias e profissão), a distribuição dos inquiridos revela a preponderância do ensino básico, completo (43,8%) e incompleto (18,8%), sendo que apenas 4 indivíduos (12,5%) obtiveram o ensino secundário.

A estrutura sócio-profissional dos inquiridos reflecte o peso esmagador dos reformados (54,5%) no conjunto da população em estudo, designadamente do sector agrícola. A agricultura, a construção civil, a animação turística, o comércio, a restauração e a prestação de serviços relacionados com a administração local completam a lista de respostas dos inquiridos que exerciam uma actividade profissional.

Por outro lado, foi nosso objectivo analisar o conhecimento dos habitantes do Piódão em relação às Aldeias Históricas. Os resultados evidenciam que 36,3% dos inquiridos desconhecem as Aldeias Históricas. Não obstante, as aldeias mais referidas pelos residentes são as seguintes: Monsanto (32,1%), Linhares da Beira (14,3%), Almeida (14,3%), Sortelha (12,5%), Castelo Rodrigo (10,7%), Marialva (7,1%), Idanha-a-Velha (5,4%), Castelo Mendo e Castelo Novo (com 1,8% de respostas, para cada uma).

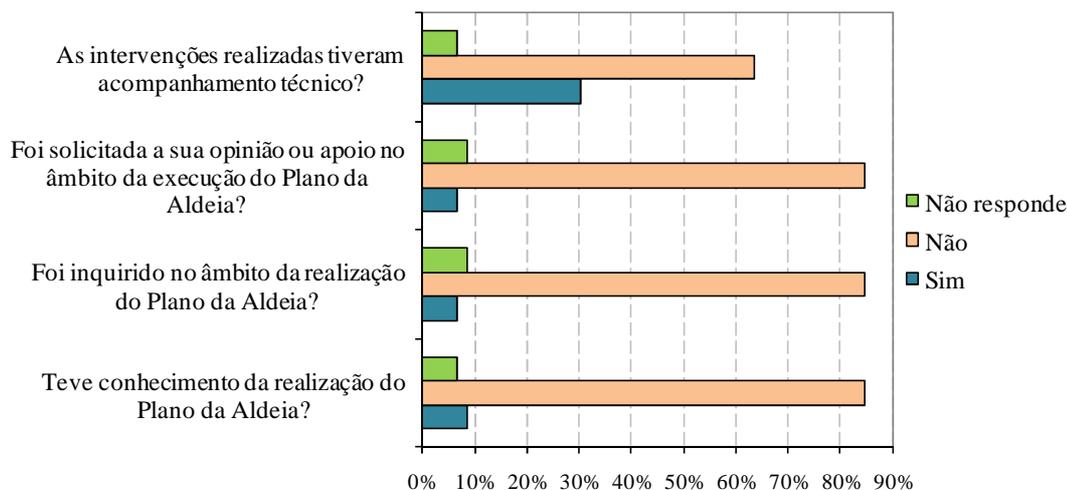
Os inquiridos que referiram como exemplo apenas uma Aldeia representam 27,2% da amostra (com predominância para a aldeia de Monsanto). Quanto aos exemplos de duas ou mais aldeias, as respostas apresentam maior diversidade (36,3% dos inquiridos).

Seguidamente apresentamos os principais resultados a respeito das questões relacionadas de forma directa com o Programa das Aldeias Históricas, designadamente a

participação da população no âmbito do Plano de Aldeia e as suas opiniões/sugestões sobre a implementação do mesmo.

Na aldeia do Piódão é evidente o afastamento (a não participação) dos habitantes no contexto de elaboração do referido Plano: 84,8% dos inquiridos afirmam não ter conhecimento do Plano da Aldeia, e que a sua opinião não foi solicitada nas fases de elaboração e execução do Plano. Quanto às intervenções realizadas na aldeia, 63,6% dos inquiridos revelam que o acompanhamento técnico foi diminuto (figura 5).

No que concerne à avaliação do grau de satisfação dos residentes acerca das intervenções realizadas nos espaços públicos e nas estruturas edificadas, 42,4% dos inquiridos referem um resultado “Bom”. Em relação às infra-estruturas básicas a maioria dos habitantes (57,5%) afirmam tratar-se de uma boa intervenção, contrapondo-se aos 27,2% que consideram as intervenções apenas como satisfatórias. Em síntese, a maioria dos inquiridos consideram o conjunto de todas as intervenções realizadas no Piódão como boas (36,3%) ou satisfatórias (45,4%).



Fonte: Inquérito realizado aos residentes da Aldeia do Piódão (2008).

Figura 5. Participação e opinião da população no âmbito do Plano da Aldeia

Quanto ao apoio concedido aos proprietários particulares, os habitantes que apresentaram projecto(s) ao Programa das Aldeias Históricas, nomeadamente para a recuperação de coberturas e apoio às actividades económicas, constituem uma minoria

(18,1%). Embora sem apoio financeiro, a maioria dos inquiridos admitiu a realização de obras interiores para melhorar a sua casa (84,8%).

Por último, importa sublinhar os principais aspectos positivos e negativos relacionados com o Programa, e as expectativas dos inquiridos sobre o desenvolvimento do Piódão.

Como já se referiu, os eixos vertebradores das intervenções no âmbito das Aldeias Históricas configuram objectivos económicos, sociais e patrimoniais, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos residentes (designadamente através da renovação e ampliação da rede de infra-estruturas básicas), criar novas actividades económicas, em particular as relacionadas com o turismo, fomentar a oferta local de emprego e fixar população.

Na perspectiva dos residentes, as principais vantagens decorrentes das intervenções estão relacionadas com as redes de infra-estruturas básicas (água, energia eléctrica e saneamento), o turismo (número de turistas, nova imagem da aldeia e sua divulgação), a recuperação do património construído, a construção da piscina fluvial e o arranjo urbanístico do Largo da Aldeia, por ordem decrescente de importância, respectivamente.

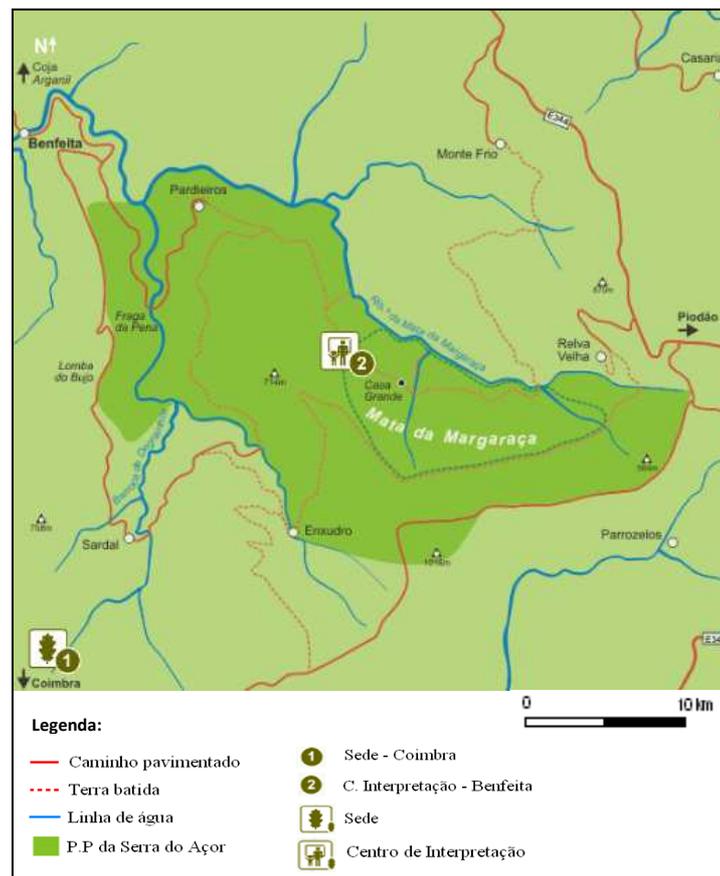
As maiores preocupações manifestadas pelos inquiridos, no âmbito do Programa, enfatizam o turismo e algumas atitudes e comportamentos dos turistas (nomeadamente os seus efeitos negativos em termos de estacionamento na Aldeia, e de privacidade, tranquilidade e segurança dos residentes), o funcionamento da ETAR (estação de tratamento de águas residuais domésticas) e o desinteresse em recuperar a piscina e o seu espaço envolvente (destruídos pela acção tempestuosa das águas, após o incêndio florestal de 2005). As respostas permitiram, ainda, perceber algumas críticas e incompreensão em relação às alterações arquitectónicas de alguns imóveis e no que diz respeito ao acesso (dos privados) aos apoios financeiros para intervenção nas estruturas edificadas. Prevalece, em geral, a ideia de que o esforço de investimento do Programa foi orientado no sentido de privilegiar os visitantes, em desfavor de quem vive diariamente na aldeia.

Sobre o que os inquiridos gostariam de ver realizado no Piódão, as respostas sublinham a melhoria da assistência médica e do acesso aos cuidados de saúde, a reconstrução da piscina fluvial e sua envolvente, a melhoria dos acessos à aldeia e o aumento dos lugares de estacionamento. A construção de uma casa de convívio, a criação de mais postos de trabalho e a recuperação de imóveis configuram outras opiniões neste domínio (CARVALHO e CORREIA, *op. cit.*).

4.4 As complementaridades locais de lazer/turismo

No final deste capítulo em que abordámos a génese e a evolução do turismo no Piódão, a partir da análise de planos, programas e intervenções, é pertinente referir também as potencialidades de lazer e turismo do seu contexto de proximidade, nomeadamente a Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor, a Mata da Margarça, a Fraga da Pena, a Aldeia do Xisto de Benfeita e o Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Chãs de Égua.

A Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (APPSA), no concelho de Arganil, ocupa uma área de 382 ha, segundo uma altitude de 400 a 1012 metros, que se estende pelas freguesias de Benfeita e Moura da Serra. O lugar de Pardieiros é o único que se integra totalmente dentro dos limites da APPSA (figura 6).



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade³⁸ (ICNB), 2009.

Figura 6 – Enquadramento geográfico da APPSA

³⁸ <http://portal.icnb.pt/ICNBPortal/vPT2007-AP-Acor/A+Paisagem+Protegida/Mapa+e+Caracterizacao/>. Consulta a 7 de Setembro de 2009.

A APPSA foi criada em 1982, através do Decreto-Lei n.º 67/82 (de 3 de Março), tendo em vista a protecção e salvaguarda dos seus valores naturais, culturais, científicos e recreativos. O principal objectivo desta área de paisagem protegida centrou-se na preservação da Mata da Margaraça, cujo “carácter de relíquia da floresta de vegetação primitiva nas encostas xistosas e a presença de um elevado número de espécies e habitats com interesse científico e para a conservação da natureza, fez que o valor desta fosse reconhecido no âmbito nacional e internacional” (ICNB, 2009³⁹).

Entre outros objectivos da APPSA destacamos a protecção de espécies vegetais e animais que apresentam características peculiares, pela sua raridade e/ou valor científico, e os seus habitats naturais; a preservação de habitats importantes para o conhecimento da evolução da floresta portuguesa e dos processos ecológicos inerentes ao seu equilíbrio e para o estudo da vida selvagem; a protecção das paisagens que, pela sua harmonia, apresentam interesse estético digno de protecção; e a promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas, e por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste contexto, na área da paisagem protegida destacamos dois lugares com especial interesse: a Mata da Margaraça⁴⁰ e a Fraga da Pena.

A Mata da Margaraça goza de um estatuto de classificação internacional, como Reserva Biogenética (Conselho da Europa), e está integrada na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000, no âmbito da “Directiva Habitats”.

Embora fustigada pelos incêndios florestais, esta mata destaca-se claramente na paisagem da Serra do Açor. Ocupando uma área de cerca de 68 Ha, entre os 600 e os 850 metros de altitude, a complexidade orográfica do seu relevo permite a existência de uma vegetação autóctone dominada pelo castanheiro (*Castanea sativa*) e pelo carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), entre outras espécies de interesse como o azereiro (*Prunus lusitanica*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbustus unedo*), a aveleira (*Corylus avellana*) e o azevinho (*Ilex aquifolium*). Esta área é, por outro lado, o habitat

³⁹ <http://www.portal.icnb.pt>. Consulta a 5 de Setembro de 2009.

⁴⁰ No séc. XIII, a Mata da Margaraça pertencia ao Bispado de Coimbra e dividia-se em quatro sectores com aproveitamentos diferentes: o terreno agrícola, a área de souto (da qual se retirava a produção de castanha), a área da talhadio (para a produção de madeira) e a área de povoamentos mistos que representa na actualidade o sector botânico e fitogeográfico mais relevante. Esta propriedade privada foi adquirida pelo Estado em 1985, ficando sob alçada do Instituto de Conservação da Natureza (CARVALHO *et. al.*, 2007-a: 13).

preferencial para o desenvolvimento de comunidades diversas, em particular, de fungos, briófitos e de diversos animais e aves.

A candidatura do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) ao Programa Operacional do Ambiente (POA), no âmbito do QCA III, com o projecto “Valorização de Infra-estruturas e Gestão de Habitas na Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor”, permite destacar um conjunto de intervenções com vista a melhorar a APPSA. Os objectivos que conduziram este projecto (também enunciados na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade – ENCNB) integram como principais prioridades a conservação da natureza e da diversidade biológica, e a promoção do uso sustentável dos recursos biológicos.

No âmbito da aprovação deste projecto, o ICNB desenvolveu várias actividades no sentido de dotar a APPSA de infra-estruturas, bem como promover a cultura local e o “saber-fazer” segundo a perspectiva de valorização do património natural e do apoio ao desenvolvimento rural. A primeira iniciativa que se destaca é a construção de um Centro de Interpretação na Casa Grande da Mata da Margaraça (fotografias 5 e 6), que funciona actualmente como Sede, onde os visitantes são recebidos e iniciam o seu primeiro contacto com a Área Protegida.



Fonte: Autora (2009).



Fonte: Autora (2009).

Fotografias 5 e 6. Centro de Interpretação da Casa Grande (Mata da Margaraça)

Porém, outras iniciativas se destacam, nomeadamente a criação de dois pólos interpretativos (a Casa da Eira e o Moinho da Mata instaladas em construções típicas da região, e que se inserem de forma integradora, associando os valores naturais ao

património etnográfico); a implantação de três áreas de merendas; a implantação de três trilhos interpretativos; o melhoramento de acessos e envolvente; a gestão de habitats; a elaboração de uma exposição interactiva; a elaboração e edição de material de divulgação e a promoção da utilização sustentável dos recursos biológicos.

A figura 7 demonstra o interesse e a procura crescente da APPSA pela população em geral. Os dados disponibilizados pela gestão da APPSA, para o período de 1994 a 2008, apesar de alguma irregularidade/oscilação, revelam que os valores mais elevados são atingidos nos anos de 1997, 1999 e 2008, com 5690, 5581 e 5405 visitantes, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria (com base em dados fornecidos pela APPSA).

Figura 7. Número de visitantes da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (1994-2008)

A Fraga da Pena (fotografia 7) localiza-se na freguesia de Benfeita, na principal via de acesso ao lugar de Pardieiros, e constitui “uma raridade paisagística pelos valores naturais em presença” (Decreto-Lei nº 67/82, de 3 de Março).

A beleza paisagística e singularidade deste lugar resultam de um acidente geológico que originou a formação de quedas de água sucessivas e pequenas lagoas ao longo de um curso de água, conferindo-lhe um elevado valor recreativo. A estas especificidades, no domínio do xisto, acrescentamos ainda “a presença de cristas de afloramentos rochosos

com interesse geológico e outras áreas escarpadas que proporcionam um carácter singular à paisagem” (CARVALHO *et. al.*, 2007-a: 15).



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 7. A Fraga da Pena

Esta área possui marcas antropológicas fortes, onde “os espaços abertos das zonas mais altas da Serra conferem legibilidade e aumentam a visibilidade do “mosaico” de usos do solo característico desta região. A localização, textura e cor dos campos agrícolas confere-lhe um carácter único, enquanto os muros de suporte de terras que tornaram a prática da agricultura possível nos declives muito acentuados acrescentam o valor paisagístico a esta zona” (FIDALGO *et. al.*, 1997: 36).

Por sua vez a aldeia de Benfeita foi palco de intervenções em 2000-2006, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (PAX), nomeadamente a recuperação de fachadas e coberturas de imóveis particulares, a recuperação de imóveis públicos ou comunitários, a requalificação de espaços públicos e a remodelação das redes de infra-estruturas básicas.

No quadro das intervenções em imóveis públicos ou comunitários, com o objectivo de estabelecer em cada aldeia do PAX uma intervenção emblemática, merece destaque, em

Benfeita, a recuperação da “Torre da Paz”. Esta torre (símbolo da aldeia) foi construída em 1944 como forma de anunciar e celebrar o fim da II Guerra Mundial. Simboliza uma data histórica que é lembrada anualmente no dia 7 de Maio, onde o sino da paz toca 1620 vezes, o mesmo número de dias que durou o conflito bélico e a neutralidade portuguesa (fotografias 8 e 9).



Fonte: Autora (2009)



Fonte: Autora (2009)

Fotografias 8 e 9. A Torre da Paz na aldeia de Benfeita

Paralelamente outras intervenções foram realizadas, em particular a requalificação das margens do curso de água que atravessa o coração da aldeia (incluindo a construção de uma piscina fluvial), a recuperação de outros imóveis públicos (alambique e moinho) e a melhoria de espaços públicos (arruamentos e muros) – fotografias 10 e 11.

Estas intervenções contribuíram para renovar a imagem de Benfeita e para atrair visitantes (em complemento aos objectivos iniciais do PAX como a melhoria da qualidade de vida da população e a revitalização do tecido social, demográfico e económico).



Fonte: Autora (2009).



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 10. Espaço público
requalificado em Benfeita

Fotografia 11. Piscina fluvial de
Benfeita

O Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Chãs de Égua localiza-se a cerca de 7 km da aldeia do Piódão e representa mais um ponto de interesse turístico para os visitantes do Piódão, e para quem visita o concelho de Arganil em geral (fotografia 12).

Este Centro, inaugurado no dia 22 de Março de 2008, “surge na sequência de diversas campanhas de prospecção e levantamento arqueológico de arte rupestre realizadas no Piódão em colaboração com a equipa técnica do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, segundo refere uma nota da Câmara Municipal de Arganil.



Fonte: Autora (2009)



Fonte: Autora (2009)

Fotografia 12. Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Chãs de Égua

O Centro Interpretativo funciona actualmente no antigo edifício da escola primária de Chãs de Égua, que foi reformulado para o efeito, ao abrigo de uma parceria com a Associação de Desenvolvimento da Beira Serra (ADIBER) no âmbito do Programa LEADER. Paralelamente, importa destacar o protocolo estabelecido com a Associação Pinus Verde, que disponibilizou apoio para a instalação de equipamento no Centro.

Segundo palavras de Paulo Ramalho⁴¹, antropólogo e coordenador do Centro, estamos perante “o primeiro Centro Interpretativo de Arte Rupestre a ser inaugurado no País, e a mais importante concentração de arte rupestre conhecida até ao momento no território que se estende entre o Tejo e o Douro/Baixo Côa”.

O trabalho realizado permitiu desvendar cerca de uma centena de gravuras rupestres (que se atribuem ao período entre o Neolítico e o Bronze Final), e que os visitantes podem conhecer através de visitas guiadas.

Os dados disponibilizados pelo Posto de Turismo de Arganil⁴², permitem assinalar a procura significativa deste Centro, particularmente nos meses de Verão, atingindo-se o maior número de visitantes no mês de Agosto (em concreto, 767 visitantes). Desde a sua abertura ao público, a recolha de dados permite verificar que o Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs de Égua registou um total de 2255 visitantes, dos quais 1227 dizem respeito ao ano de 2008. Estamos perante um projecto inovador, de promoção e incremento da oferta cultural e turística do Pinhal Interior, que acolhe maioritariamente visitantes nacionais (cerca de 97% do total).

⁴¹ <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=598259>. Consulta a 1 de Setembro 2009.

⁴² Estes elementos estatísticos dizem respeito ao período que decorre entre 22 de Março de 2008 (data da inauguração) e 31 de Agosto de 2009.

5. Os visitantes do Piódão

5.1 Base metodológica e objectivos

Tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre a realidade turística do Piódão, entendemos pertinente realizar um inquérito por questionário aos visitantes desta Aldeia Histórica (anexo 1). A dimensão da nossa amostra teve como base de referência o fluxo de visitantes na última década (1999 a 2008) ao Posto de Turismo do Piódão⁴³, que perfaz uma média de 16726 visitantes/ano (quadro 7). O processo de recolha da informação decorreu entre os dias 15 de Junho e 15 de Setembro de 2008, porque este período corresponde a mais de 55% do número total de visitantes/ano contabilizados entre 1999 e 2008 (Quadro I, em anexo).

Quadro 7. Total de visitantes do Posto de Turismo do Piódão⁴⁴ (1999-2008)

Anos	Nº de Visitantes
1999	17169
2000	16172
2001	14893
2002	22524
2003	24175
2004	17963
2005	12941
2006	9539
2007	16817
2008	15067
Total	167260
Média (1999-2008)	16726

Fonte: Elaboração própria (com base nas estatísticas do Posto de Turismo do Piódão, 1999-2008).

⁴³ Os dados recolhidos no período 1999-2008, no Posto de Turismo do Piódão, apesar das suas limitações (nomeadamente a certeza de que estamos perante uma realidade retratada por defeito), são a única base de informação disponível para a nossa investigação.

⁴⁴ Para efeitos de cálculo, não foram contabilizados os valores referentes ao ano de 1998, disponíveis somente a partir do dia de abertura do Posto de Turismo (10 de Agosto de 1998).

Durante o período de investigação, foi possível realizar 550 inquéritos, o que representa cerca de 3,3% dos visitantes/ano na última década, permitindo *in loco* a troca de impressões sobre as temáticas abordadas e a área geográfica em estudo.

Os inquéritos foram realizados aos visitantes com idade superior a 18 anos, de forma anónima e, face à heterogeneidade de visitantes da Aldeia, privilegiámos os inquiridos portadores de veículo próprio (em particular, automóveis, auto-caravanas e motos).

A leitura dos resultados percorrerá os vários itens do inquérito⁴⁵, agrupados em três campos principais, a saber:

1. A caracterização dos inquiridos, designadamente a nacionalidade, a naturalidade, o concelho de residência, a idade, as habilitações literárias, a profissão e o agregado familiar.

2. A “experiência e a dimensão” da visita, que pretende conhecer o meio de transporte utilizado, a companhia do inquirido, a utilização (tipologia e número de noites) e o modo de reserva do alojamento, a utilização de outros serviços e a realização de compras na aldeia.

3. A percepção e a avaliação da aldeia do Piódão pelo visitante, através de um conjunto de questões, relacionadas com a frequência e os motivos da visita; as dificuldades sentidas no decurso da viagem; a contextualização do Piódão no quadro do percurso dos inquiridos e no âmbito das Aldeias Históricas de Portugal; a divulgação do Piódão; e as principais impressões (positivas e negativas) e sugestões dos inquiridos sobre esta aldeia. Estas últimas pretendem questionar os resultados das recentes intervenções públicas de requalificação territorial no quadro do Programa das Aldeias Históricas (1994-1999) e das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006). O nosso contacto com o visitante termina com uma questão final que analisa a capacidade de atracção da aldeia num futuro próximo ou mais longínquo, isto é, se o inquirido manifesta (ou não) vontade de regressar ao Piódão após a experiência de viagem e a vivência/conhecimento da aldeia.

Por outro lado, importa referir o segmento dos visitantes que se deslocam à aldeia através de autocarro. A informação cedida pela Câmara Municipal de Arganil⁴⁶ relativa a

⁴⁵ A metodologia de realização do inquérito influenciou a sua dimensão física de tal maneira que procurámos limitar o inquérito a uma folha A4 (impressa em frente e verso) no sentido de facilitar a sua realização e aumentar a receptividade da parte dos inquiridos, sem perder de vista os objectivos centrais da investigação.

2007-2008, revela o significado deste tipo de transporte no que concerne ao volume de visitantes do Piódão (quadro 8).

Quadro 8. Visitantes transportados de autocarro para o Piódão (2007-2008)

Anos	Nº de autocarros						Nº de visitantes (de autocarro)					
	VEFA		Outros grupos		Total		VEFA		Outros grupos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	61	41,8	19	13,0	80	54,8	4011	47,4	792	9,4	4803	56,8
2008	44	30,1	22	15,1	66	45,2	2184	25,8	1474	17,4	3658	43,2
Total	105	71,9	41	28,1	146	100	6195	73,2	2266	26,8	8461	100

Fonte: Elaboração própria (com base nas estatísticas do Posto de Turismo do Piódão, 2007-2008).

A maior dificuldade sentida para conhecer esta tipologia de visitantes, reside no facto de o Posto de Turismo do Piódão (ou outra entidade) não contabilizar o total de autocarros (o número de passageiros, a sua origem geográfica, entre outras variáveis) que chegam à Aldeia. Perante este cenário, os dados apresentados no quadro 8 referem-se somente ao número de autocarros (e respectivo número de passageiros) que previamente organizaram a sua viagem à aldeia, e que realizaram antecipadamente marcação de horário para visita ao Museu do Piódão.

Porém, não podemos deixar de referir que no período de 2007-2008 estão identificados 146 autocarros, correspondente a 105 autocarros do Grupo VEFA e 41 autocarros de outros grupos distintos (por exemplo, associações culturais, escolas, grupos religiosos, entre outros). O número de visitantes é também significativo quando analisamos de forma individual o total de visitantes transportado exclusivamente pelo Grupo VEFA e os restantes grupos. Assim, no período em análise, contabilizaram-se cerca de 6195 visitantes que conheceram a aldeia do Piódão através do Grupo VEFA, valor que se

⁴⁶ Foi solicitado ao Posto de Turismo do Piódão e à Câmara Municipal de Arganil, estatísticas referentes à última década no que concerne ao número total de autocarros e de passageiros transportados e as principais áreas de origem. Contudo, por questões institucionais, foi apenas possível apurar resultados referentes ao total de autocarros e de passageiros nos anos de 2007 e 2008.

contrapõe ao número de visitantes transportados por outros grupos (2266 visitantes, respectivamente).

Deste modo, podemos afirmar que a maioria das viagens de autocarro que a aldeia acolhe é organizada pela empresa luso-espanhola VEFA⁴⁷, com sede na Corunha (Espanha), e mais recentemente, em Vila Nova de Cerveira (Região Norte de Portugal), (fotografia 13).



Fonte: Autora (2008).

Fotografia 13. Empresa VEFA no Piódão

Esta empresa direccionada para o sector turístico, foi criada em 1993 e, actualmente, realiza viagens em território nacional e no estrangeiro, destacando-se como principais destinos os países de Espanha, França, Itália, Áustria, Marrocos, Suíça e, mais recentemente, o Brasil.

A promoção das viagens é realizada através de publicidade “porta-a-porta” (folhetos), complementando a divulgação da sua oferta turística, recorrendo à utilização da Internet e do correio electrónico. As viagens contêm um programa específico, e no que diz respeito ao Piódão, a grande atracção revela a oportunidade de visitar o Museu Etnográfico e a degustação de alguns produtos típicos (figura 8).

⁴⁷ www.vefatravel.com. Consulta a 3 de Agosto de 2009.

DESFRUTE DE 1 DIA INESQUECÍVEL CONHECENDO A "ROTA DO XISTO"

PIODÃO

"A ALDEIA PRESEPIO"

Inclui: Visita guiada ao museu da aldeia e degustação de produtos típicos

UMA FANTÁSTICA EXCURSÃO DE 1 DIA NA QUAL, PARA ALÉM DE SE DIVERTIR, RECEBERÁ UM FANTÁSTICO E PRÁTICO PRESENTE SURPRESA (A ESCOLHER ENTRE VÁRIOS)

TOTALMENTE GRATIS!

VEFA

VEJEM
 + PEQUENO-ALMOÇO
 + VISITA A PIODÃO
 + VISITA AO MUSEU ETNOGRÁFICO
 + DEGUSTAÇÃO DE PRODUTOS TÍPICOS
 + PRESENTE SURPRESA
 + SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM.
Resultado: 1 DIA INESQUECÍVEL

TUDO ISTO POR APENAS 17 EUROS

TELEFONE HOJE MESMO!!!
FAÇA A SUA RESERVA EM:

VEFA Viagens e Turismo

OPERADOR ALVARÁ, Nº 915/97
 De segunda a sexta-feira das 8.00 às 19.00
 Sábado das 10.00 às 13.00

Tel. 808 251 708 (CHAMADA LOCAL)

AS RESERVAS SÃO OBRIGATORIAS

DATA DA EXCURSÃO DE (1 DIA) E LOCAIS DE SAÍDA

TERÇA-FEIRA 2 de Outubro de 2007

6.40 GALA - COVA Rua do Hospital - Junto à Pastelaria "Flor da Gala"
 6.50 FIGUEIRA DA FOZ Praça 8 de Maio - Frente à Caixa Geral de Depósitos
 6.55 FIGUEIRA DA FOZ Av.º 25 de Abril - frente à PEUGEOT
 7.05 BUIARCOS Rua Rancho das Cantarinhas - Frente ao Pingo Doce
 7.15 CACEIRA DE BAIXO Estada Nacional - Junto ao café "Aquião Azul" (P. bus)
 7.30 MAIORCA Estrada Nacional - Frente à Cruz Vermelha (P. bus)
 7.40 MONTemor-O-Velho Rotunda do Tribunal - Frente à Pastelaria "Anjo Doce"
 7.50 ALFARELOS Rua José P. Beato - Frente aos correios (P. bus)
 8.00 ALFARELOS - GRANJA DO ULMEIRO Rua do Comércio - Frente ao Banco Crédito Agrícola

Telefone para conhecer outras possíveis datas de saída

COM DEMONSTRAÇÃO COMERCIAL
BENIDORM 4 DIAS
 VISITANDO Benidorm, Ciudad de La Villa Jovenc, Nerja, Granada
 POR APENAS 150€

SEM DEMONSTRAÇÃO COMERCIAL
SUIÇA 4 DIAS
 VISITANDO Coira, Chaven, Fex, Casablanca, Rabat...
 POR APENAS 399€

SEM DEMONSTRAÇÃO COMERCIAL
MARROCOS 4 DIAS
 VISITANDO Coira, Chaven, Fex, Casablanca, Rabat...
 POR APENAS 275€

PRESENTE SURPRESA
BOA VIAGEM!!! VEFA

808 251 708 CHAMADA LOCAL
 www.vefatravel.com

Fonte: VEFA (2008).

Figura 8. Folheto publicitário de uma viagem ao Piódão organizada pela empresa VEFA (2008)

No alinhamento da explicação acerca da metodologia subjacente ao lançamento dos inquéritos, e da explicitação dos objectivos que presidiram à sua elaboração, importa referir que os resultados permitiram distinguir dois tipos de visitantes: os turistas e os excursionistas, em consonância com a terminologia utilizada pela Organização Mundial de Turismo (OMT) – adaptada às circunstâncias específicas da nossa investigação.

Esta Organização recomenda a utilização da palavra “visitante”, para definir "qualquer pessoa que visite um país que não o de residência habitual, por um período inferior a 12 meses e por qualquer razão que não uma actividade remunerada". Os visitantes dividem-se então em duas categorias distintas: turistas (visitantes temporários que permanecem no país visitado pelo menos 24 horas e cujo propósito da visita é prazer, negócios, família, congressos ou seminários), e excursionistas (visitantes temporários que permanecem no país visitado durante um período de tempo inferior a 24 horas).

Neste sentido, a leitura dos resultados dos inquéritos será desdobrada em duas categorias analíticas, os excursionistas e os turistas que visitaram a aldeia do Piódão, que perfazem cerca de 371 (67,5%) e 179 (32,5%) indivíduos, respectivamente (quadro 9).

Quadro 9 – Inquéritos realizados aos visitantes da aldeia do Piódão (2008)

Lugar	Visitantes					
	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Piódão	371	67,5	179	32,5	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

5.2 Caracterização dos excursionistas e dos turistas

5.2.1 Nacionalidade

No que concerne aos excursionistas, verificamos que a nacionalidade portuguesa prevalece nas respostas de 340 indivíduos (91,6%), seguida pelas nacionalidades brasileira (6,2%), caboverdeana (0,8%), francesa (0,5%), alemã (0,3%), angolana (0,3%) e moçambicana (0,3%), (quadro II).

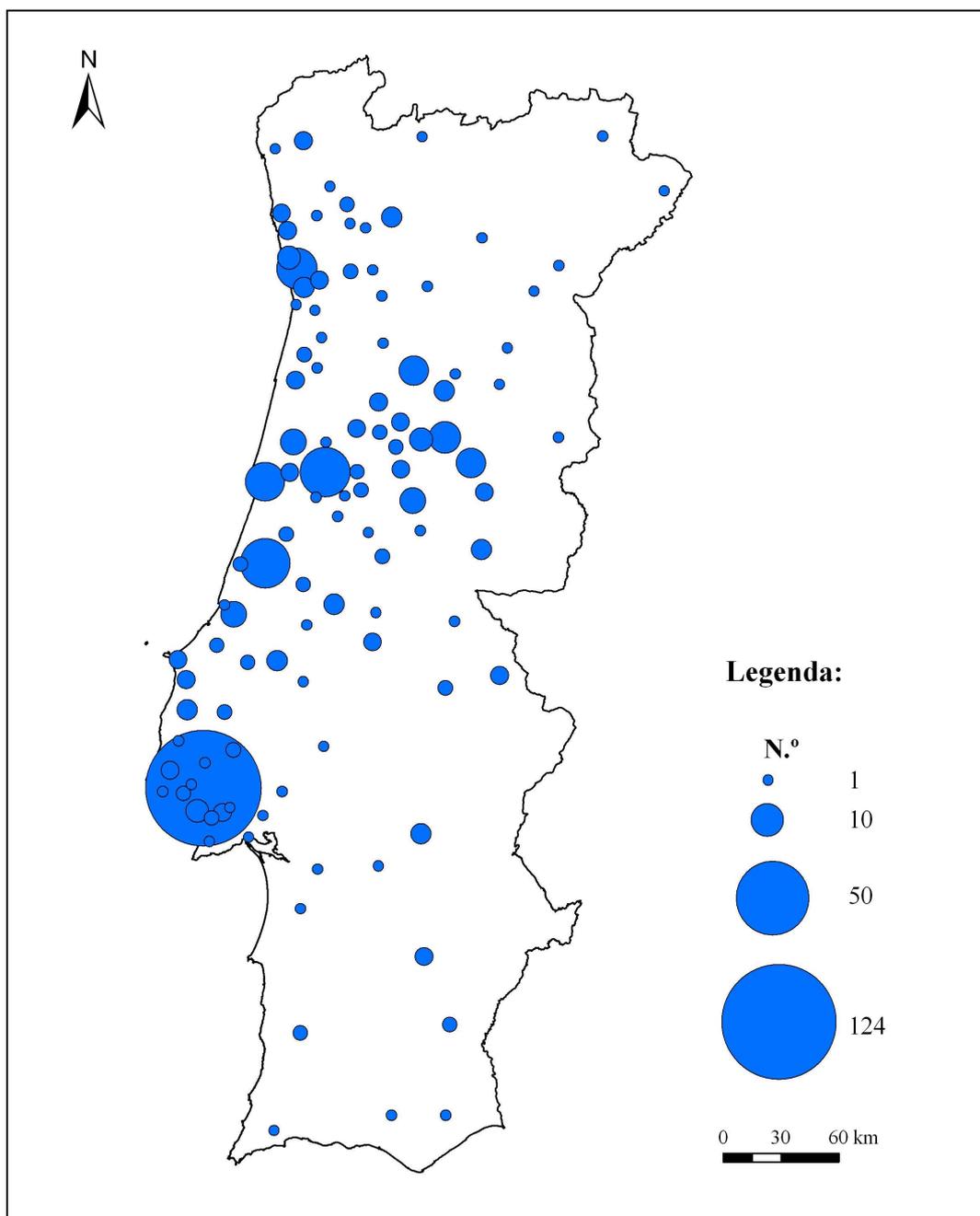
Quanto aos turistas que visitaram a aldeia, a nacionalidade portuguesa ocupa de igual modo a preponderância das respostas (92,2%), correspondente a 165 indivíduos. Seguem-se as nacionalidades: brasileira (3,9%), francesa (1,1%), moçambicana (1,1%), angolana (0,6%), inglesa (0,6%) e irlandesa (0,6%).

A análise para o conjunto dos visitantes da aldeia do Piódão, permite sublinhar a primazia da nacionalidade portuguesa (91,8%, correspondente a 505 indivíduos), contrapondo-se aos 8,2% de inquiridos de nacionalidade estrangeira (dos quais se destacam os brasileiros, com 5,5% do total).

5.2.2 Naturalidade

Em relação à naturalidade dos inquiridos (quadro III), a nossa amostra é constituída por 503 indivíduos que nasceram em território nacional (91,5%), repartidos por 112 concelhos (figura 9), e por 47 indivíduos que nasceram no estrangeiro (8,5%), repartidos

por 7 países distintos (Angola, Brasil, Cabo Verde, França, Irlanda, Inglaterra e Moçambique).



Fonte: Elaboração própria (com base no inquérito à aldeia do Piódão, 2008).

Figura 9. Naturalidade dos inquiridos em Portugal Continental

Analisando de forma repartida a tipologia de visitantes do Piódão, no que diz respeito aos excursionistas que compõem a amostra (371), verificamos que 340 excursionistas nasceram em Portugal (91,7%) e 31 indivíduos são naturais do estrangeiro (8,3%).

Esta divisão geográfica quando observada no território português, a uma escala municipal, permite evidenciar um conjunto de territórios que se repartem por 81 concelhos, o que revela uma significativa dispersão dos locais de naturalidade. Assim, em ordem decrescente, os concelhos que mais se destacam relativamente à naturalidade dos excursionistas nacionais são Lisboa (25,3%), Coimbra (5,1%), Porto (4%), Leiria (3,5%), Figueira da Foz (2,7%), Viseu (2,2%), Setúbal (2,2%) e Seia (1,9%).

Quanto aos excursionistas naturais de países estrangeiros, o país mais representativo é o Brasil com 6,7%, seguido por Cabo Verde (0,8%), França (0,5%) e Moçambique (0,3%).

Por outro lado, analisando a dimensão relativa aos turistas que compõem a nossa amostra, verifica-se que 163 turistas são de naturalidade portuguesa (91,1%) e 16 turistas são de naturalidade estrangeira (8,9%), repartidos por países como o Brasil (3,9%), França (2,2%), Moçambique (1,1%) e Angola, Irlanda e Inglaterra com 0,6% cada.

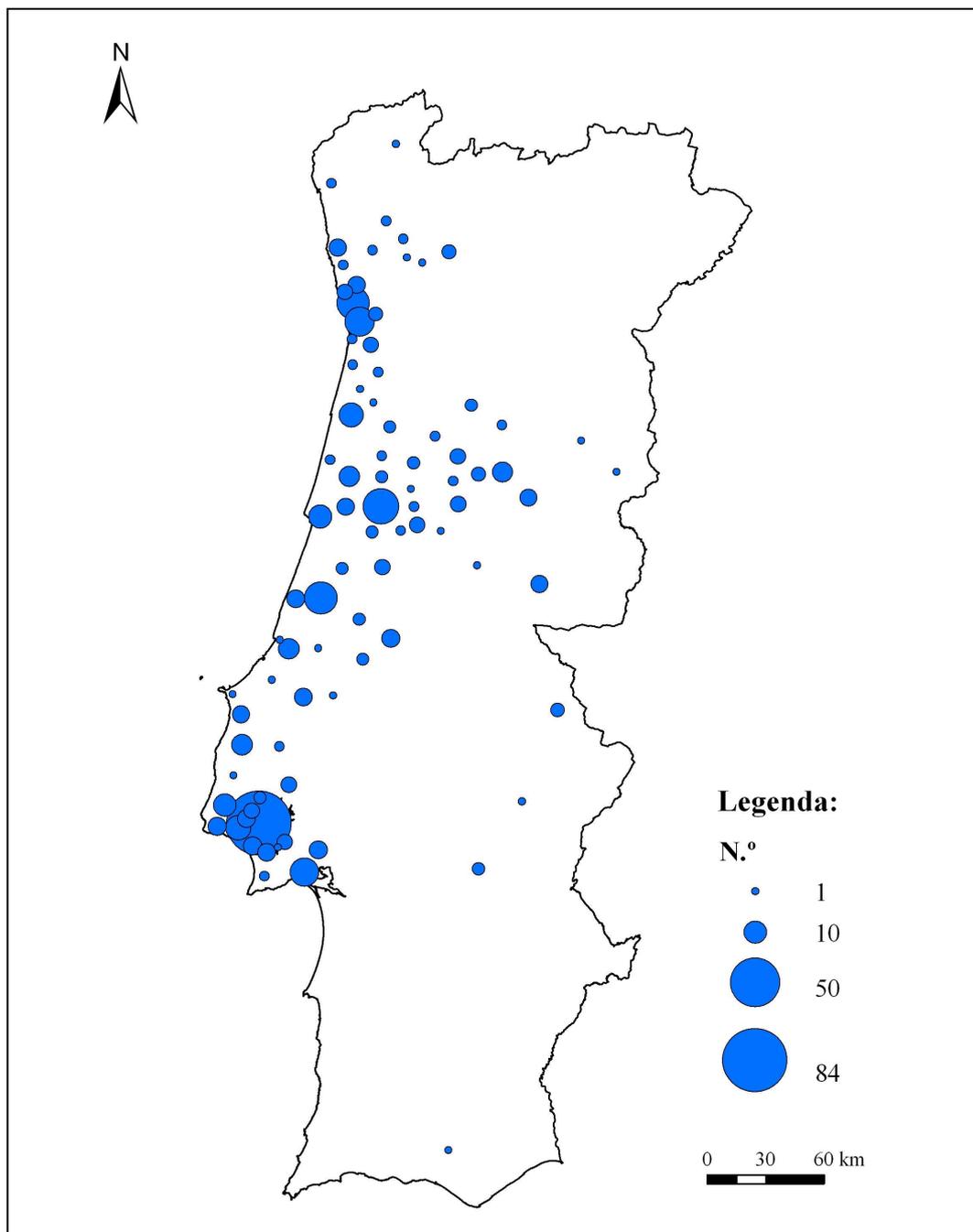
No contexto nacional, a leitura dos inquéritos permite também verificar uma grande dispersão geográfica dos turistas nacionais por cerca de 59 concelhos. Entre os mais representativos, encontramos os municípios de Lisboa com 30 indivíduos (16,8%), Porto (13,4%), Leiria (5,6%), Alcobaça e Santa Maria da Feira (3,4%), Coimbra, Figueira da Foz, Santarém e Vila Nova de Gaia (2,2%), e com 1,7%, os municípios de Arganil, Aveiro, Gondomar, Marinha Grande, Moita e Portalegre.

5.2.3 Residência Principal

Conhecer a residência principal dos inquiridos constitui mais um elemento importante para analisarmos o interesse dos visitantes pelos lugares de montanha, no âmbito da ocupação do seu tempo de lazer ou de férias.

A amostra é constituída por 509 indivíduos residentes em Portugal e por 41 indivíduos residentes no estrangeiro, ou seja, 92,5% dos inquiridos residem em Portugal e apenas 7,5% têm o seu domicílio principal fora do território nacional (quadro IV).

As respostas dos visitantes residentes em Portugal indicam uma acentuada dispersão geográfica, com mais de nove dezenas de municípios assinalados (figura 10).



Fonte: Elaboração própria (com base no inquérito à aldeia do Piódão, 2008).

Figura 10. Residência principal dos inquiridos em Portugal Continental

A análise segundo as componentes principais da amostra, permite verificar, no caso dos excursionistas, uma acentuada dispersão dos locais de residência principal, com mais de oito dezenas de municípios assinalados, a que corresponde 92,6% do total.

O município de Lisboa, onde residem 57 indivíduos (15,4%), destaca-se como o principal concelho de residência dos excursionistas, seguido pelos municípios de Coimbra (4,9%), Setúbal (4%), Leiria (3,5%), Aveiro, Cantanhede, Seia e Vila Nova de Gaia (2,2%), Figueira da Foz e Torres Vedras (1,9%).

A leitura dos inquéritos permite também concluir, que os municípios de Lisboa, Coimbra e Setúbal correspondem ao domicílio de cerca de 24,3% dos excursionistas nacionais, ou seja, um total de 90 inquiridos da nossa amostra.

Relativamente aos excursionistas a residir no estrangeiro (7,4% do total apurado), constata-se que o Brasil constitui o país com maior representatividade, com 4,9% (correspondente a 18 inquiridos), seguido pela Suíça (1,1%), Luxemburgo (0,5%), França, Macau e Cabo Verde (com 0,3% de representatividade, cada um).

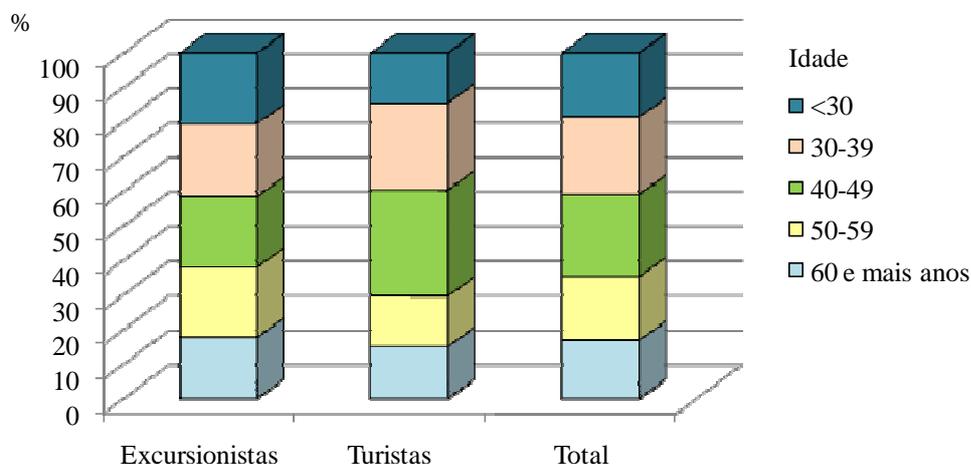
No que concerne à residência principal dos turistas verificamos que Portugal é referenciado por 165 inquiridos (92,2%). Em termos geográficos, os concelhos que apresentam maior número de respostas são Lisboa (14,5%), Porto (8,9%), Vila Nova de Gaia e Leiria (5%), Alcobaça e Coimbra (4,5%). Quanto aos turistas cuja residência principal se localiza no estrangeiro (7,8%, ou seja, 14 inquiridos), vamos encontrar países como o Brasil (3,9%), a Suíça (1,7%), a França (1,1%), a Irlanda e a Inglaterra (0,6%).

5.2.4 Estrutura Etária

Como já referimos anteriormente, um dos critérios para a realização dos inquéritos aos visitantes privilegiou a população com idade superior a 18 anos. Neste particular, a estrutura etária dos inquiridos (excursionistas e turistas) reparte-se por um intervalo de variação entre os 18 e os 83 anos. O valor médio da idade dos visitantes é de 43,9 anos, com ligeira oscilação entre os turistas (43,5 anos) e os excursionistas (44,1 anos).

A análise global da estrutura etária dos visitantes, organizada em classes etárias (figura 11), permite sublinhar a preponderância dos inquiridos com idade compreendida entre os 30 e os 39 anos (que constituem 22,4% da amostra, correspondente a 123

visitantes), e entre os 40 e os 49 anos (com um registo de 131 visitantes, a que corresponde 23,8% do total).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 11. Estrutura etária dos visitantes

Estas duas classes etárias são muito significativas, pois representam 46,2% da nossa amostra, embora com peso diferenciado, consoante as componentes, exactamente 41,5% dos excursionistas e 55,8% dos turistas.

As duas classes etárias superiores (50-59 anos, e 60 e mais anos) são as que apresentam os valores menos relevantes, registando o intervalo de 50 a 59 anos, um total de 101 indivíduos (18,4%), e o intervalo dos 60 e mais anos, um total de 93 indivíduos (16,9%). Significa, portanto, que 35,3% da nossa amostra é constituída por indivíduos com idades compreendidas entre os 50 e os 83 anos.

Relativamente aos excursionistas, a leitura dos inquéritos permite verificar que a classe etária com maior preponderância está situada no intervalo dos 30 aos 39 anos (21%). Porém, a maior evidência da nossa amostra de excursionistas, reside na ausência de uma discrepância significativa entre os intervalos de idade, isto é, as classes etárias apresentam valores em torno dos 20 a 21% do total de respostas. Com excepção da classe etária mais elevada (60 e mais anos), que apresenta o valor mais baixo desta componente da amostra (17,8%), todas as restantes classes etárias oscilam entre os 20,2% (75 inquiridos) e os 21% (78 inquiridos). Significa, portanto, que 82,2% dos excursionistas apresentam idades muito

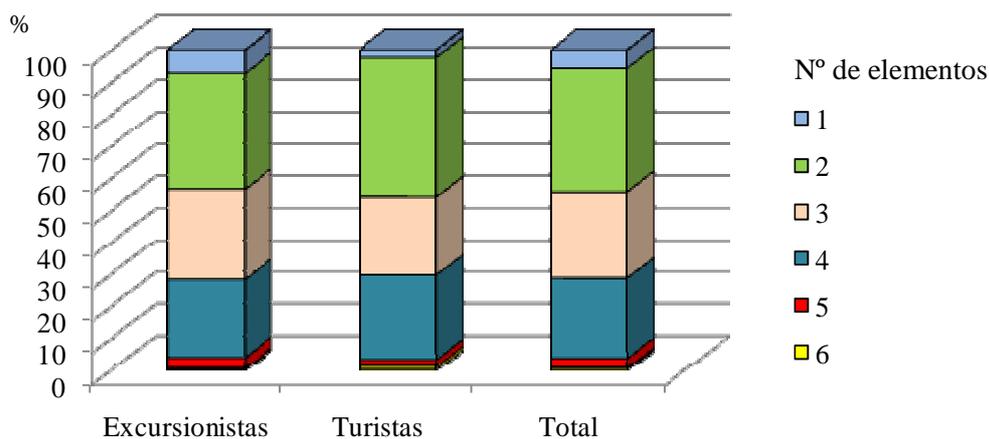
similares e repartidas pelos respectivos intervalos de idade, ao invés da classe dos 60 e mais anos, que regista apenas 17,8%.

Por sua vez, a repartição dos turistas segundo as classes etárias permite destacar o intervalo dos 40 aos 49 anos (30,7%), como o mais importante das respostas dos inquiridos, e ainda o intervalo dos 30 a 39 anos (25,1%). Estas duas classes etárias apresentam os valores mais elevados e configuram a maior representatividade da amostra, contabilizando em conjunto cerca de 55,8%.

As restantes classes etárias não evidenciam oscilações significativas entre si, verificando-se, por ordem decrescente, a classe etária dos 60 e mais anos, com 15,1% das respostas, e as classes etárias inferiores a 30 anos e entre os 50 e os 59 anos, com valores idênticos (14,5%, respectivamente) – (quadro V).

5.2.5 Agregado Familiar

A análise do agregado familiar⁴⁸ dos inquiridos (figura 12) demonstra a preponderância das famílias constituídas por dois elementos (38,7% do total) e ainda o peso assinalável das famílias formadas por 3 e 4 elementos, com 27,1% e 24,9% do total, respectivamente. Em conjunto estes agregados familiares perfazem quase 91% da nossa amostra.



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 12. Agregado familiar dos visitantes

⁴⁸ Para o número total de elementos que constituem o agregado familiar, foi também considerado para fins estatísticos a contagem do inquirido.

Com menos de 10% do total de respostas, encontramos os visitantes que vivem sozinhos (5,5%) e os agregados familiares com 5 ou 6 elementos (3,1% e 0,7%, respectivamente).

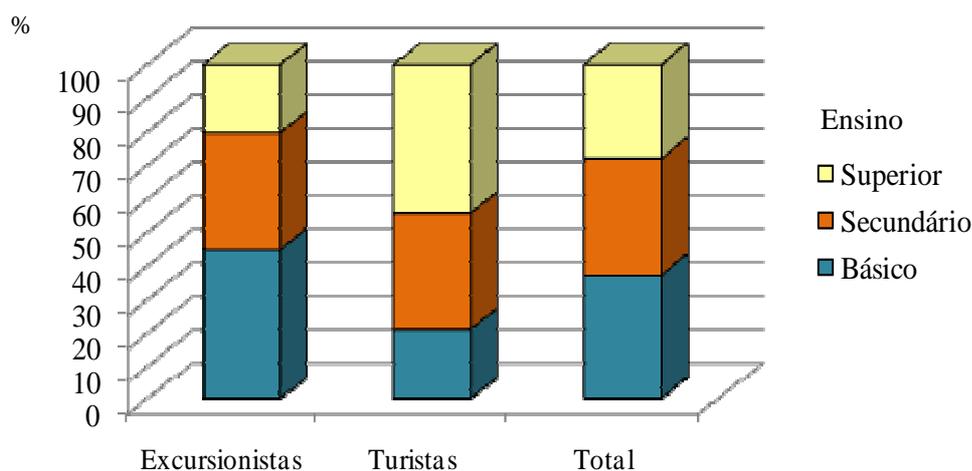
O comportamento desta variável, segundo as componentes principais da amostra (quadro VI), revela o maior peso dos agregados familiares constituídos por 2 elementos entre os turistas (43,6%), e também a maior expressão das famílias constituídas por dois elementos no caso dos excursionistas (36,4 %).

Por outro lado, podemos afirmar que a dimensão média dos agregados familiares é de 2,84 elementos, com ligeira variação entre os turistas (2,86) e os excursionistas (2,82).

5.2.6 Habilitações académicas e estrutura sócio-profissional

Neste item procuramos abordar a composição social dos nossos inquiridos através da leitura de dois indicadores: as habilitações literárias e a profissão.

A distribuição dos visitantes segundo o nível de escolaridade (figura 13) revela a preponderância do ensino básico, contabilizando um total de 205 indivíduos (37,3%). Seguidamente, vamos encontrar o ensino secundário, com 191 indivíduos (34,7%), e o ensino superior, com 154 indivíduos (28%) da nossa amostra.



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 13. Escolaridade dos inquiridos

Neste último nível, importa referir o peso esmagador dos licenciados, que representam 94,1% dos inquiridos habilitados com cursos superiores, e a fraca representatividade dos mestres e dos doutores (3,9% e a 1,9%, respectivamente).

No entanto, neste item do nosso estudo é particularmente interessante analisar o grau de escolaridade dos excursionistas e dos turistas (quadro VII).

Assim, no que concerne às habilitações académicas dos excursionistas, o nível de ensino mais relevante é o ensino básico com 45% das respostas (167 inquiridos), seguido pelo ensino secundário com 34,8%. Estes dois patamares são muito significativos na amostra, visto que representam quase 80% do total apurado. Quanto ao ensino superior, 20,2% dos excursionistas afirmam possuir este nível de escolaridade, incluindo 6 inquiridos com o grau de mestre e 2 inquiridos com o grau de doutor.

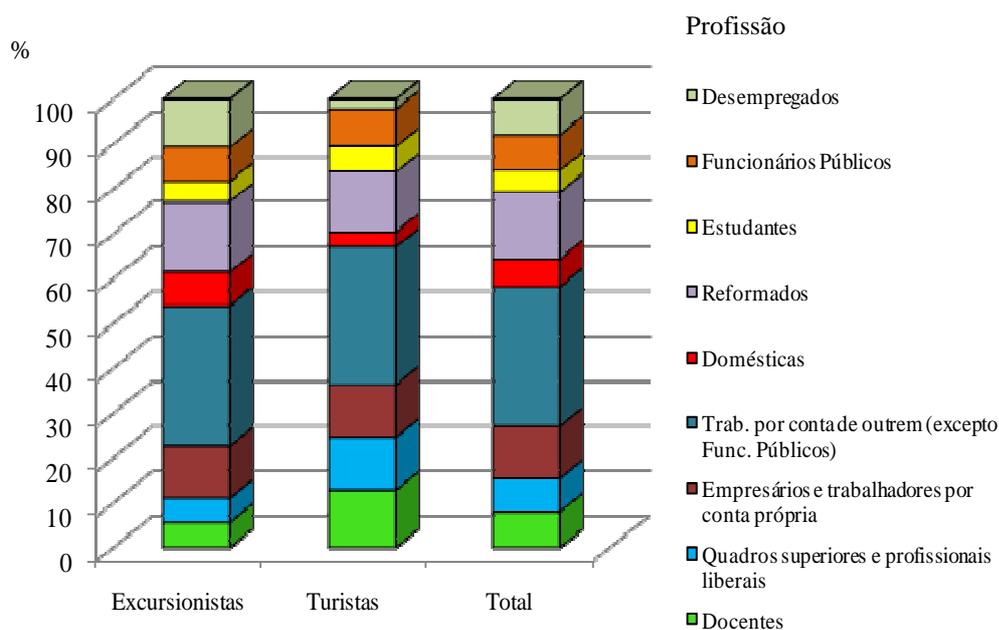
Por sua vez, a análise das habilitações académicas dos turistas apresenta um cenário diferente, sendo o ensino superior o nível mais representado na amostra, com cerca de 44,1% das respostas (78 licenciados e 1 doutorado). O segundo patamar percentual, correspondente ao ensino secundário, regista também um valor importante (34,6%). Em último lugar aparece o ensino básico, com apenas 21,2% das respostas.

A estrutura sócio-profissional dos nossos inquiridos (quadro VIII) é mais um elemento que ajuda a compreender as características dos visitantes desta aldeia de montanha.

A figura 14 mostra a importância dos empresários e trabalhadores por conta de outrem (excepto funcionários públicos), com 31,1% do total, seguindo-se a população reformada (14,9%), e os empresários e trabalhadores por conta própria (11,6%). Estas categorias profissionais são as mais representativas entre os visitantes da aldeia, perfazendo 57,6% das respostas dos inquiridos.

A restante parte da amostra reparte-se pelos docentes (do ensino secundário e superior, com 8%), população desempregada (8%), funcionários públicos (7,8%), quadros superiores e profissionais liberais (7,5%), domésticas (6,2%) e, por último, a população estudantil (4,9%).

A primeira categoria de profissões referida (empresários e trabalhadores por conta de outrem, excepto funcionários públicos) é a mais importante tanto para os excursionistas (31,3%) como para os turistas (30,7%). Profissões como motoristas, empregados fabris e de balcão, secretárias, carteiros, assistentes administrativos e serralheiros são as mais referidas pelos inquiridos (correspondendo a quase 50% das respostas).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 14. Estrutura sócio-profissional dos visitantes

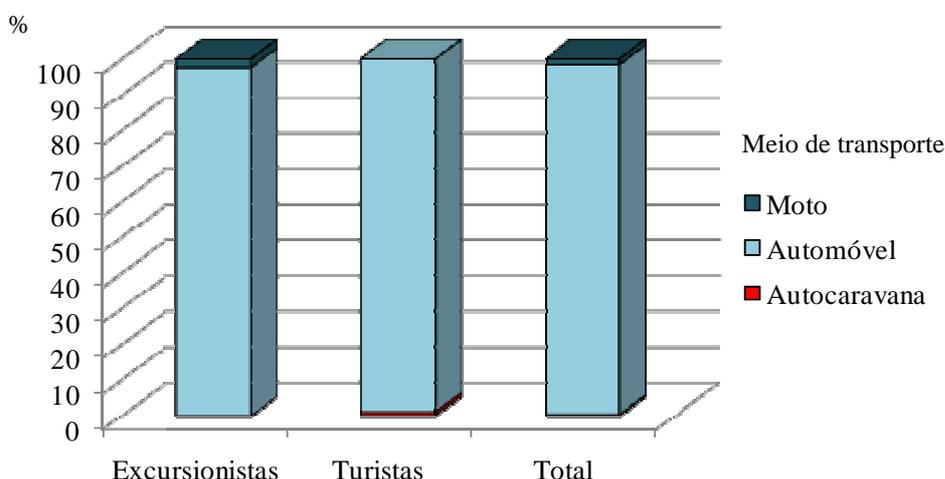
Quanto ao universo de excursionistas segue-se em posição secundária a população reformada (15,6%), e posteriormente, vamos encontrar os empresários e trabalhadores por conta própria (11,6%), a população desempregada (10,8%), os funcionários públicos e as domésticas com 7,5%, os docentes (5,7%), os quadros superiores e profissionais liberais (5,4%), e por fim, os estudantes (4,6%).

No que diz respeito aos turistas, a diferença mais significativa face aos excursionistas decorre da maior representatividade dos docentes (12,8%), e dos quadros superiores e profissionais liberais (11,7%), e da menor expressão das domésticas (3,4%) e dos desempregados (2,2%), entre as respostas dos inquiridos.

5.3 “Experiência e dimensão” da visita

5.3.1 Transporte utilizado e companhia do inquirido

Quanto ao transporte utilizado pelos visitantes para a sua viagem até à aldeia do Piódão (quadro IX), as respostas dos inquiridos demonstram a preponderância do automóvel (98%). Os restantes 2% da nossa amostra repartem-se por outros meios de transporte, nomeadamente a moto (1,6%), assinalada por nove excursionistas, e a autocaravana (0,4%), referida por dois turistas (figura 15).



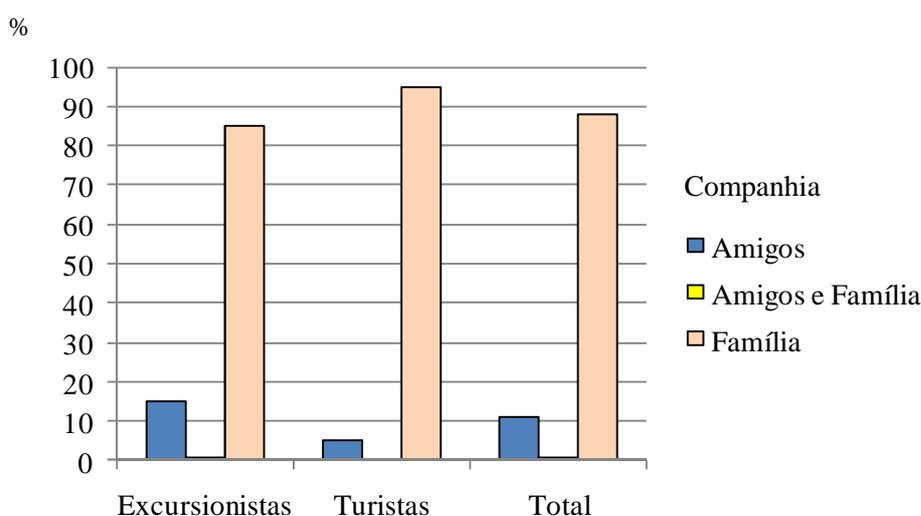
Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 15. Meio de transporte utilizado pelos visitantes

A utilização do automóvel como meio de deslocação preferencial dos visitantes não pode ser dissociada de diversas vicissitudes que caracterizam estes lugares de montanha, designadamente a distância em relação aos locais de residência dos inquiridos, e as características/condições das vias de comunicação, em particular o traçado (sinuoso, acompanhando as curvas de nível), a plataforma (de pequena dimensão) e o estado de conservação do pavimento.

Por outro lado, o inquérito pretendeu analisar a companhia que os visitantes escolheram para a sua viagem à aldeia, isto é, se a deslocação aconteceu em ambiente

familiar ou na companhia dos amigos (quadro X). A leitura dos resultados permite afirmar que a “família” constitui a principal preferência do visitante no seu percurso até ao Piódão (88,2%), seguida pela companhia dos “amigos”, embora com expressão mais reduzida (11,8%). Ainda assim, verificamos que a família assume maior expressão como companhia para os turistas (95,0%) do que para os excursionistas (84,9%), assim como notamos que os amigos são mais referenciados como companhia para os excursionistas (15,1%) do que para os turistas (5,0%) – (figura 16).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

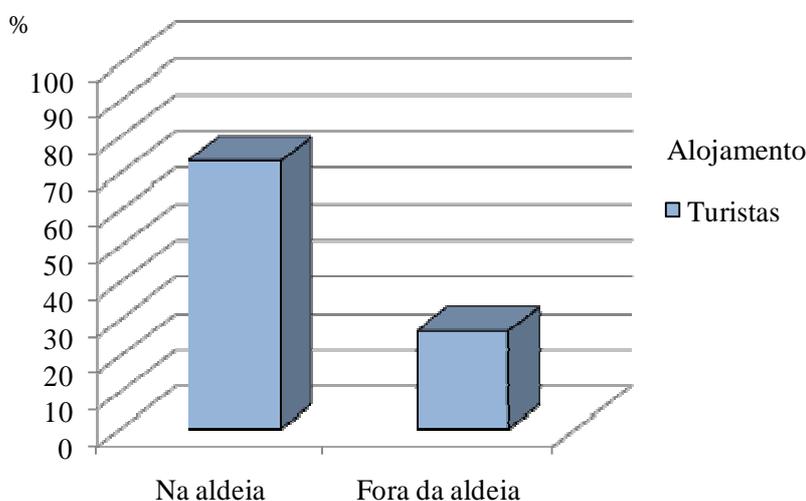
Figura 16. Companhia dos visitantes

5.3.2 Tipologia e modo de reserva de alojamento

Ao mesmo tempo, foi objectivo da nossa investigação analisar o alojamento (oferta, tipologia e modo de reserva) relacionado com a visita ao Piódão. Esta questão, para além de alicerçar a distinção (já referida) entre os turistas (32,5%) e os excursionistas (67,5%) da nossa amostra, permite verificar que 73,2% dos turistas pernoitam no Piódão, enquanto 26,8% optaram por alojamento em outros lugares⁴⁹ (figura 17) – (quadro XI), com

⁴⁹ Neste campo apenas 38 inquiridos deram respostas concretas quanto ao local de alojamento.

destaque para os concelhos de Arganil (39,4%), Seia (13,2%), Fornos de Algodres (10,5%) e Covilhã (7,9%).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 17. Alojamento dos turistas

A oferta de alojamento no Piódão decorre de uma tipologia tripartida, a destacar: a Estalagem do Inatel (fotografia 14), as unidades de TER (Casa da Padaria, Casas da Aldeia, Casa do Algar e Casa do Malhadinho), e as casas particulares⁵⁰ dos habitantes da aldeia (fotografia 15), que disponibilizam quartos da sua residência habitual ou de outra habitação da qual são proprietários.

A Estalagem da Inatel faz parte da oferta hoteleira desta Fundação, que oferece 22 unidades de alojamento no Continente e Ilhas, repartidas por seis ambientes (praia; montanha; saúde e bem-estar; natureza; turismo em espaço rural; parques de campismo).

Como já referimos anteriormente, trata-se de uma unidade de alojamento construída de raiz, no âmbito do Programa das Aldeias Históricas, que oferece 31 quartos e um conjunto de comodidades como bar, restaurante, sala de reuniões, piscina, ginásio, sauna, *jacuzzi*, salão de jogos e parque de estacionamento privativo.

⁵⁰ Apesar do seu posicionamento marginal em relação às estatísticas do turismo, a utilização de casas particulares assume alguma expressão no Piódão.

Relativamente às unidades de TER, destaca-se a Casa da Padaria, cuja particularidade reside, como o seu próprio nome sugere, na recuperação de um antigo imóvel que outrora funcionou como uma padaria (fotografia 16).

Neste sentido, o turista durante a sua estadia pode conhecer a história desta Casa de Campo, e apreciar no seu interior de forma preservada o tradicional forno a lenha e alguns utensílios utilizados durante o fabrico do pão.



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 14. Estalagem da
INATEL



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 15. Alojamento
na aldeia: casas particulares



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 16. Casa da Padaria (TER)

A partir da figura 18, verificamos que os turistas que pernoveram na aldeia do Piódão, no período em análise, optaram preferencialmente pelo alojamento na Estalagem do Inatel (55,7%), seguida pela Casa da Padaria (TER) (25,2%), e por fim, com menor importância, as casas particulares dos habitantes da aldeia (19,1%) – (quadro XII).

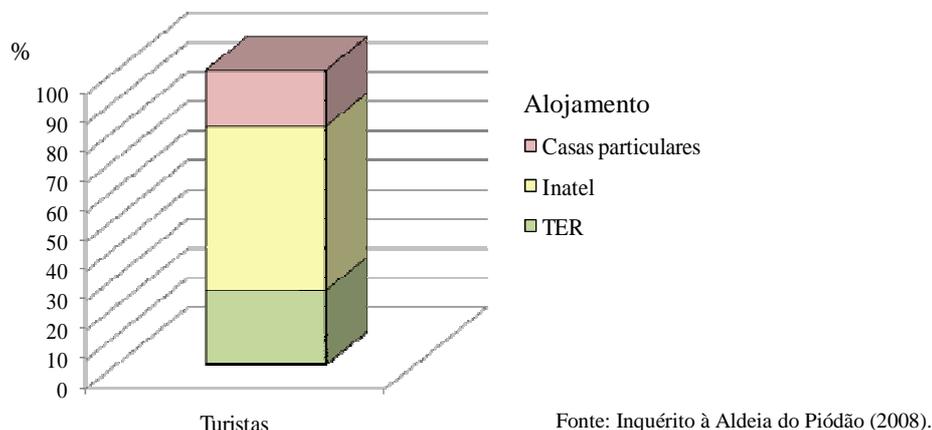


Figura 18. Tipologia de alojamento no Piódão

No que concerne ao alojamento fora da aldeia (figura 19 e 20), apesar de ter registado um número de turistas inferior aos que pernoveram na aldeia, a oferta é maior e mais diversificada (hotel, pensão, pousada, residencial e unidades de turismo em espaço rural). A escolha do hotel como forma de alojamento assume a grande preponderância do conjunto das respostas (54,2%), seguido pelas unidades de TER (22,9%), as pensões (10,4%), as residenciais (8,3%), e as pousadas (4,2%) – (quadro XIII).

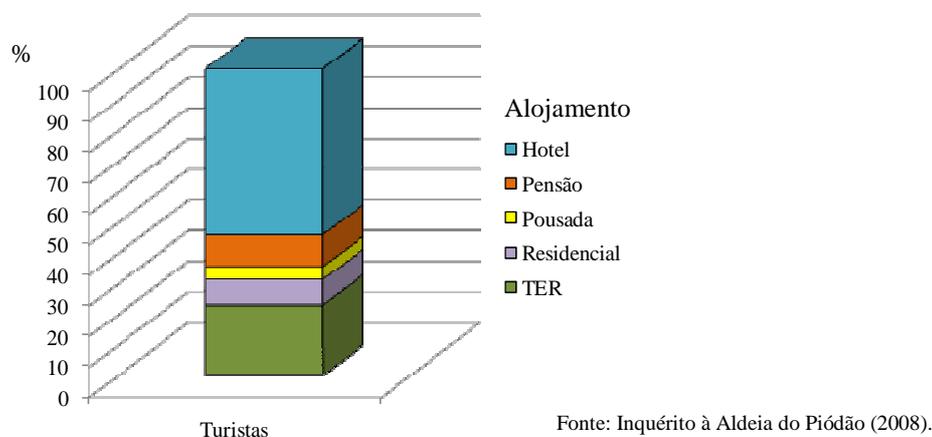
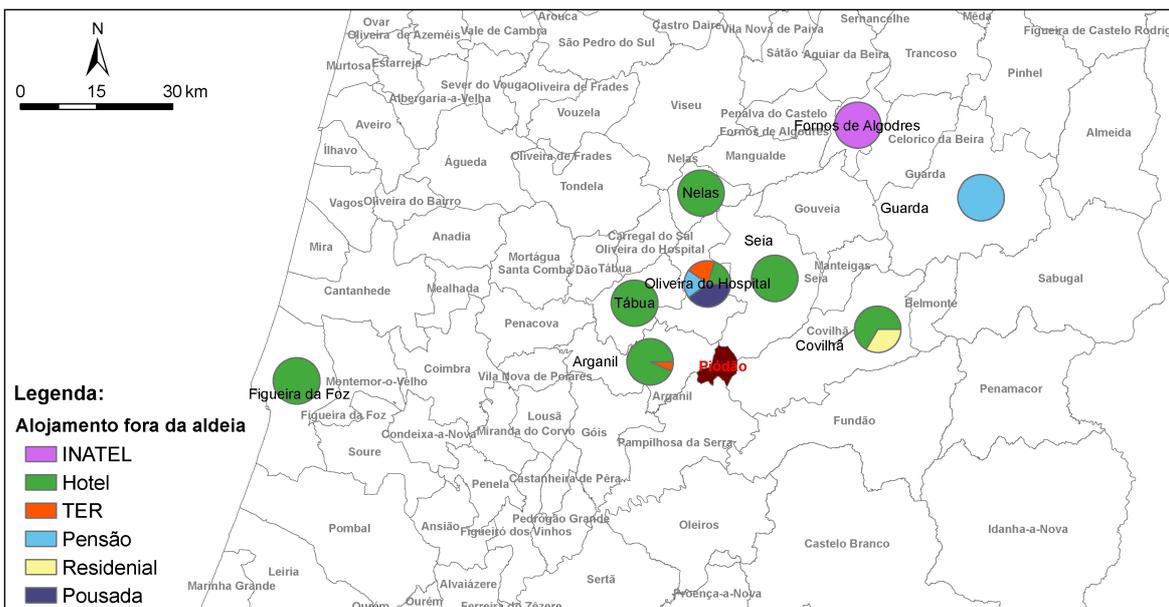


Figura 19. Tipologia de alojamento fora da área geográfica da Aldeia



Fonte: Elaboração própria (com base no inquérito à aldeia do Piódão, 2008).

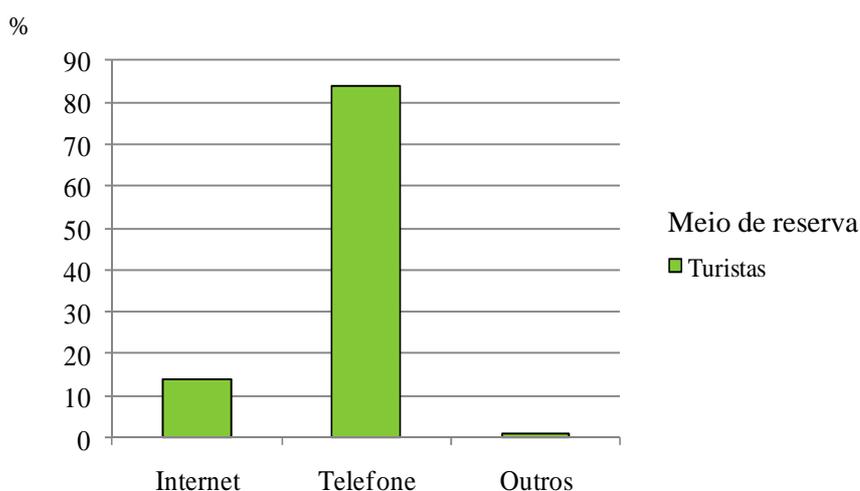
Figura 20. Distribuição do alojamento fora da área geográfica da Aldeia

No que diz respeito ao número de noites de alojamento dos turistas, os resultados dos inquéritos revelam um total de 486 noites, o que perfaz, em média, cerca de 2,7 noites/turista no período em análise. Este valor é diferenciado de acordo com o destino escolhido, ou seja, os turistas que optam pelo alojamento no Piódão permanecem na aldeia cerca de 2,3 noites, e os turistas que preferem ficar alojados fora da aldeia permanecem 3,8 noites.

De igual modo, quando analisamos o comportamento desta variável segundo as modalidades de alojamento, verificamos que as casas particulares se destacam no conjunto do alojamento da aldeia, com uma estadia média de 3,0 noites/turista. A Estalagem do Inatel regista uma permanência média de 2,5 noites/turista e a Casa da Padaria (TER) apresenta 1,5 noites/turista (quadro XIV). No quadro geográfico exterior ao Piódão, são os hotéis que configuram o maior número médio de noites por turista (4,6), aos quais se seguem as pensões (3,8), as residenciais (3,3), as unidades de TER (2,7) e as pousadas (1,0) – (quadro XV).

Outra questão também interessante prende-se com o modo de reserva de alojamento pelos turistas (figura 21). De acordo com os inquiridos que realizaram reserva de

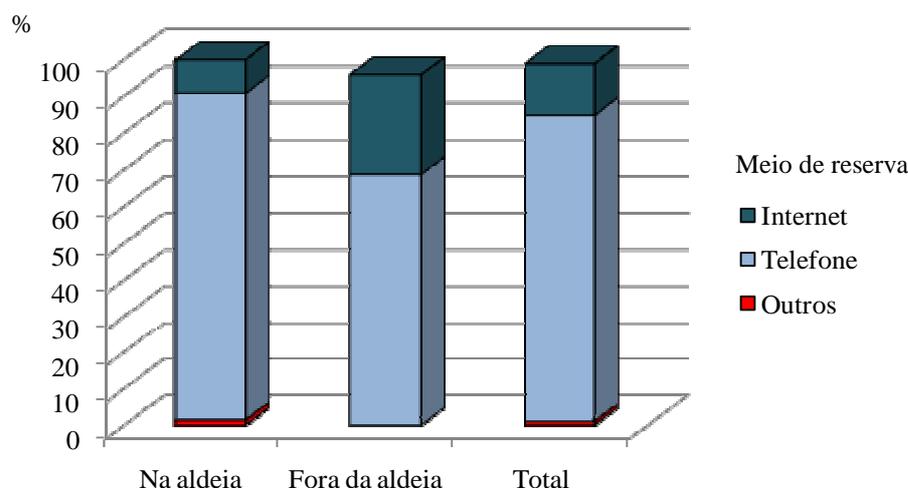
alojamento (98,9%, ou seja, 177 turistas do total apurado), o telefone (83,8%) constitui o principal meio utilizado para a reserva de alojamento. A utilização da Internet foi referida por 14% dos turistas (quadro XVI). Com muito pouco significado na amostra encontram-se os turistas que utilizaram as agências de viagens (1,1%) e os inquiridos que não fizeram reserva (1,1%), optando por pernoitar na aldeia após a sua chegada e o pedido de informação sobre alojamento.



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 21. Meio de reserva de alojamento pelos turistas

Por outro lado, quando analisamos os meios de reserva de alojamento na aldeia ou fora da sua área geográfica (figura 22), verificamos uma maior utilização do telefone pelos turistas que ficam alojados na aldeia (89,3%) em relação aos turistas que optam por alojamento em outros locais (68,8%), e uma maior utilização da Internet por estes últimos (27,1%) relativamente aos primeiros (9,2%).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 22. Meio de reserva conforme a área geográfica do alojamento

5.3.3 A oferta turística

A oferta turística de um determinado território deve ser constituída por um vasto conjunto de elementos, mais ou menos diversificados, sem os quais não conseguirá satisfazer a procura e as crescentes necessidades dos visitantes (e em particular os turistas, cada vez mais exigentes e informados).

De um modo geral, podemos definir oferta turística como “o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição, e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação” (CUNHA, 2003:175). No seguimento desta ideia é importante referir que podem ser criadas facilidades e serviços destinados exclusivamente aos visitantes, mas que estes não utilizam ou utilizam em pequena quantidade, nomeadamente os miradouros, informações, caminhos e trilhos ou meios de segurança criados para estarem à sua disposição. Ainda assim, tudo o que um lugar dispõe para ocupar o tempo dos visitantes, incluindo os seus recursos naturais e artificiais, assim como os bens e serviços públicos e privados integram o que podemos entender por “oferta turística”. Pelo que, quanto maior for a capacidade de um território, independentemente da dimensão da sua escala, em

disponibilizar serviços e actividades que ocupem o tempo livre dos visitantes, maior serão os ingressos financeiros que daí podem advir e contribuir para o dinamismo socioeconómico.

No caso do Piódão, como já referimos, os resultados dos inquéritos permitem constatar que 73,2% dos turistas que compõem a nossa amostra fizeram uso de alojamento na própria aldeia, contrapondo-se aos restantes turistas (26,8%) que pernoveram noutros destinos geográficos, ou seja, fora da aldeia.

No que concerne ao consumo de bens e à utilização dos serviços que compõe a oferta turística da aldeia do Piódão, os turistas que pernoveram na aldeia assinalam o comércio (66,4%), e o comércio, a cafetaria e a restauração (33,6%) – (fotografias 17 a 18). Por outro lado, 75% os turistas que pernoveram noutros lugares realizaram compras na aldeia, enquanto 14,6% referem ter realizado compras e utilizado os serviços de restauração. Os restantes 10,4% da amostra não realizaram qualquer consumo nem utilizaram os referidos serviços da aldeia (quadros XVII e XVIII).

Quanto ao universo composto pelos excursionistas, a análise do consumo e da utilização dos serviços revela que 85,4% da amostra usufruiu da oferta turística existente na aldeia. O comércio assume a predominância das respostas, apresentando um valor muito significativo (60,1%), correspondente a 223 inquiridos (quadro XIX). Trata-se no essencial do pequeno comércio local, disperso (indevidamente) pelo Largo Cónego Nogueira, onde se realiza a venda de produtos regionais (como, por exemplo, artesanato, licores de fabrico caseiro, broa de milho, compotas e bolos secos).



Fonte: Autora (2009).

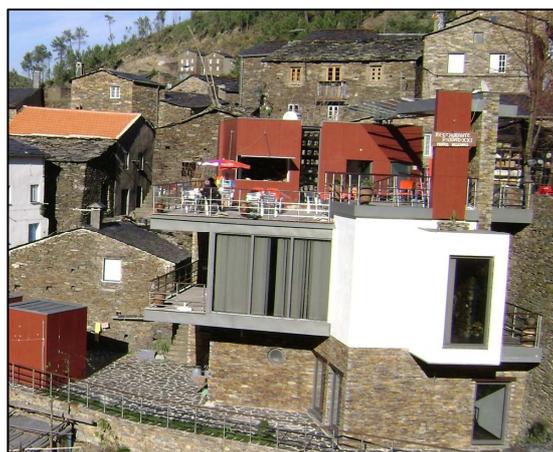
Fotografia 17. Venda de produtos regionais no Largo Cónego Nogueira



Fonte: Autora (2009).

Fotografia 18. O serviço de cafetaria no Piódão

Por outro lado, 18,1% dos excursionistas utilizaram os serviços (cafetaria/restauração) e realizaram compras no comércio da aldeia, e apenas 7,3% dos excursionistas utilizaram de forma exclusiva os serviços de restauração (fotografias 19 e 20).



Fonte: Autora (2009).



Fonte: Autora (2009).

Fotografias 19 e 20. Serviço de restauração no Piódão

É também pertinente observar que nenhum visitante referiu a utilização dos serviços de animação turística, situação que se deve ao facto deste tipo de serviço não

existir na aldeia (embora a aldeia faça parte do quadro geográfico de acção de diversas empresas do ramo).

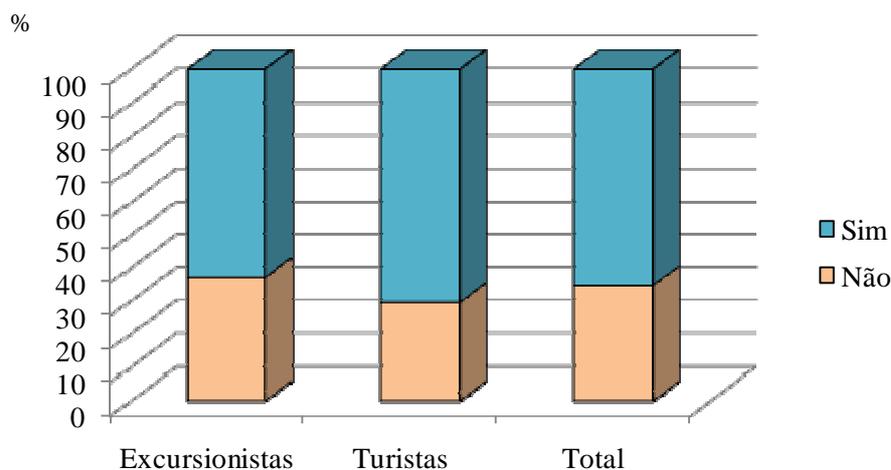
5.4 Percepção e avaliação da Aldeia

5.4.1 Frequência de visita e dificuldades sentidas na viagem

Cada lugar revela particularidades que podem assumir uma importância significativa para quem as visita e até desenvolver um sentimento de identificação e/ou pertença. Este registo revela-se interessante, quando avaliamos a atractividade que os lugares de montanha exercem, e que motivam a conhecer pela primeira vez ou aí regressar novamente, em consonância com as dificuldades que colocam a quem as visita.

Neste contexto é pertinente investigar a frequência de visita dos inquiridos à aldeia do Piódão e identificar as dificuldades sentidas durante o percurso.

Em relação à primeira questão, os resultados apurados confirmam que 65,3% dos visitantes conheceram a aldeia pela primeira vez e, por conseguinte, 34,7% dos visitantes já conheciam a aldeia (figura 23).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

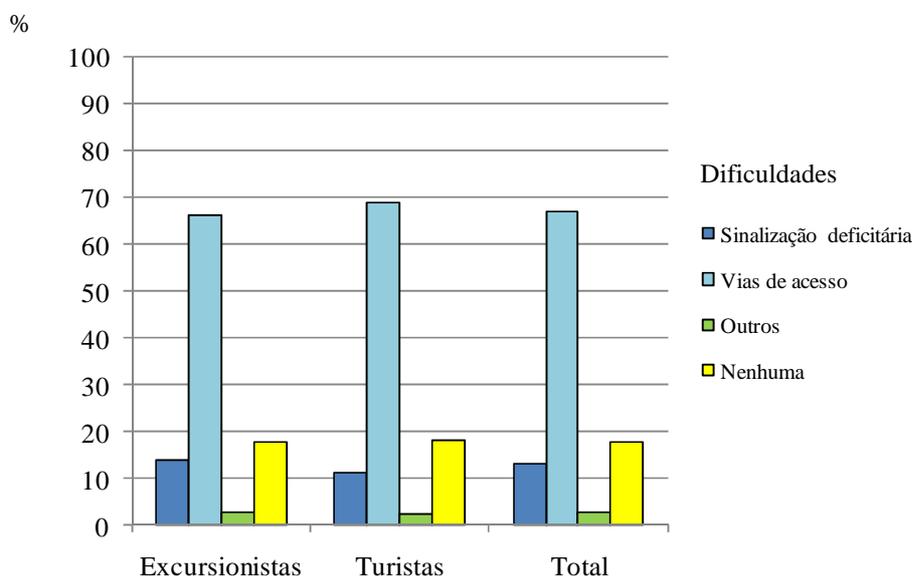
Figura 23. Primeira experiência de visita ao Piódão

De acordo com as duas componentes principais da amostra, verificamos um maior peso da visita à aldeia pela primeira vez entre os turistas (70,4%) comparativamente ao peso desta variável entre os excursionistas (62,8%) – (quadro XX).

De forma complementar os inquiridos que visitaram a aldeia e já conheciam este lugar recôndito da Serra do Açor, foram também interpelados quanto à frequência das suas viagens ao Piódão. A leitura dos dados recolhidos permite constatar que os inquiridos que regressam à aldeia pela segunda (48,2%) ou pela terceira vez (19,9%), representam a maioria das respostas. Por outro lado, os inquiridos que afirmam ter realizado mais de quatro visitas é também significativo⁵¹ (23,6%) – (quadro XXI).

No que diz respeito às principais dificuldades relacionadas com o percurso/viagem até ao Piódão, verificámos que a esmagadora maioria dos inquiridos (82,4%) identificou diversos problemas, enquanto a restante parte da amostra (17,6%) não destacou qualquer tipo de dificuldade durante a sua viagem à aldeia – (quadro XXII).

A figura 24 permite constatar que a grande dificuldade sentida pelos visitantes é as “vias de comunicação” (66,9%). Este valor percentual, correspondente a 368 inquiridos, demonstra de forma inequívoca que as vias de comunicação/acessos configuram uma dos maiores problemas dos lugares de montanha.



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 24. Principais dificuldades durante a viagem

⁵¹ Em alguns casos, como acontece com os inquiridos que visitaram o Piódão mais de dez vezes (maioritariamente constituído por excursionistas), a periodicidade da visita está relacionada com laços de parentesco com alguns residentes da aldeia.

No caso do Piódão, importa explicitar que as dificuldades de acesso são sentidas de forma mais intensa nas últimas três ou quatro dezenas de quilómetros que antecedem a aldeia, conforme o percurso seja realizado através de Arganil ou através da Estrada da Beira (com passagem em Vide ou em Aldeia das Dez).

É ainda de referir que no tratamento estatístico desta variável foram consideradas as respostas dos inquiridos referentes a diversos elementos relacionados com este problema como, por exemplo, o pavimento irregular e em más condições de circulação (em resultado dos recentes cortes das vertentes da montanha para aumentar a plataforma de circulação e cujos detritos não foram retirados), o traçado sinuoso das vias, e a ausência de barreiras de protecção principalmente nos troços mais apertados, onde o cruzamento de dois veículos é de extrema dificuldade (fotografia 21).



Fonte: Autora (2008).

Fotografia 21. As vias de acesso ao Piódão, no contexto da montanha

A sinalização deficitária é outra dificuldade assinalada pelos visitantes (12,9%), particularmente nas últimas três dezenas de quilómetros que separam a aldeia do Piódão da freguesia de Côja. Neste troço, durante muito tempo, foi também visível a colocação errada das placas de sinalização, a situação de desleixo com as placas tombadas sobre a estrada, e inclusivamente a falta de sinalização em cruzamentos decisivos para seguir a direcção correcta para a Aldeia.

Por último, e com menor representatividade (2,5%), foram referidas pelos inquiridos outras dificuldades como, por exemplo, a ausência de um posto de combustível (1,5%).

A percepção das dificuldades por parte das duas componentes principais da amostra (excursionistas e turistas) não permite identificar diferenças significativas de opinião (a diferença percentual para cada uma das referidas respostas é inferior a 3%) – (quadro XXIII).

5.4.2 O Piódão no contexto das Aldeias Históricas

A promoção do desenvolvimento sustentado das áreas rurais de montanha em Portugal tem sido alvo de diversas políticas e intervenções públicas que importa avaliar e compreender os seus resultados sócio-territoriais.

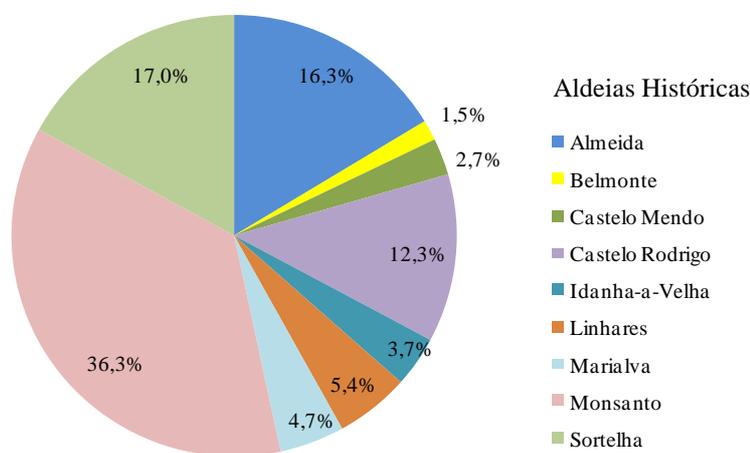
Os programas de apoio às Aldeias Históricas (1994-1999; 2000-2006) são um exemplo incontornável destas medidas orientadas para o desenvolvimento territorial que têm procurado, de forma inovadora, valorizar um conjunto de recursos vinculados ao património e às actividades de lazer e turismo.

Com o intuito de compreender a relação existente entre os visitantes da aldeia do Piódão e as outras Aldeias Históricas, o nosso inquérito procurou analisar em simultâneo, duas questões: se o Piódão foi a primeira Aldeia Histórica que os inquiridos visitaram, ou se estes visitaram num período anterior outras Aldeias Históricas.

Os resultados permitem verificar que 65,3% dos visitantes referem o Piódão como a primeira Aldeia Histórica que visitam, contrapondo-se aos 34,7% de visitantes que afirmam já ter conhecido *in loco* outras Aldeias Históricas (quadro XXIV).

Em relação a estas últimas (figura 25), as respostas dos inquiridos enfatizam a aldeia de Monsanto como a mais visitada (36,3%). Ocupando uma posição secundária, vamos encontrar Sortelha com 17%, Almeida (16,3%) e Castelo Rodrigo (12,3%) que revelam ainda alguma expressividade na amostra. As Aldeias Históricas de Castelo Mendo e Belmonte são as menos visitadas pelos visitantes (com 2,7% e 1,5% do total de respostas, respectivamente) – (quadro XXV).

Do conjunto das doze Aldeias Históricas de Portugal, somente as aldeias de Castelo Novo e Trancoso não constam dos resultados obtidos, ou seja, não foram referidas pelos visitantes do Piódão⁵².



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 25. Aldeias históricas referidas pelos visitantes

Segmentando as respostas dos nossos inquiridos, o Piódão como primeira Aldeia Histórica visitada assume maior relevância entre os turistas (70,4%) do que entre os excursionistas (62,8%). No caso dos excursionistas, 37,2% das suas respostas enunciam outras aldeias previamente visitadas, nomeadamente: Monsanto (41,6%), Almeida (16,8%), Castelo Rodrigo (12,2%) e Sortelha (11,3%). A aldeia de Marialva foi a menos referida pelos excursionistas, apresentado apenas um registo de 1,7%. Quanto às respostas dos turistas, encontramos mais uma vez a preponderância da aldeia de Monsanto (28,7%) como a mais visitada (antes da visita ao Piódão). Seguidamente, aparece Sortelha (25,1%), Almeida (15,6%) e Castelo Rodrigo (12,6%). Belmonte ocupa a posição menos relevante da amostra, com apenas 0,6% das respostas.

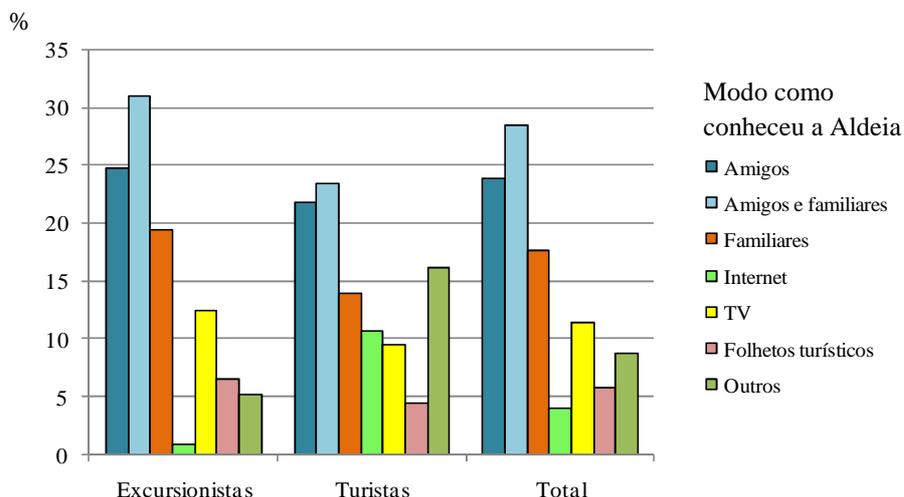
⁵² No ano 2008, as estatísticas oficiais do fluxo de turistas às Aldeias Históricas revelam que as aldeias mais visitadas foram Almeida (75 173 visitantes), Sortelha (58 993), Castelo Rodrigo (45 034) e Trancoso (38 416 visitantes). Esta disposição hierárquica das aldeias revela algumas semelhanças com as respostas dos nossos inquiridos quando questionados se, num período anterior à sua visita ao Piódão, visitaram outras aldeias históricas.

5.4.3 A “descoberta” e os motivos de escolha da aldeia do Piódão

Como referimos na primeira parte da dissertação, os últimos anos são marcados por uma viragem significativa do discurso e das representações sobre as áreas de montanha. Estas configuram um conjunto de potencialidades e novos recursos cada vez mais valorizados pelas actividades de lazer e de turismo.

Conhecer os meios que permitiram aos visitantes “descobrir” a aldeia do Piódão, é um elemento essencial para compreendermos, nos últimos tempos, a construção e a difusão da imagem desta aldeia. Neste sentido, torna-se pertinente analisar o modo como os inquiridos conheceram o Piódão, e em particular, destacar os principais meios de divulgação da aldeia, assim como identificar os motivos que levaram os visitantes a escolher o Piódão como lugar a visitar.

O tratamento dos resultados do inquérito (figura 26) permitiu agrupar as respostas dos inquiridos de acordo com a seguinte tipologia de elementos: amigos e familiares (28,5%), amigos (23,8%), familiares (17,6%), televisão (11,5%), folhetos turísticos (5,8%), e internet (4,0%). Na variável “outros” (8,7%) destacamos a INATEL, os livros e as revistas como os meios de divulgação mais referidos⁵³. Portanto, os familiares e os amigos são o principal meio de divulgação do Piódão para os nossos inquiridos.



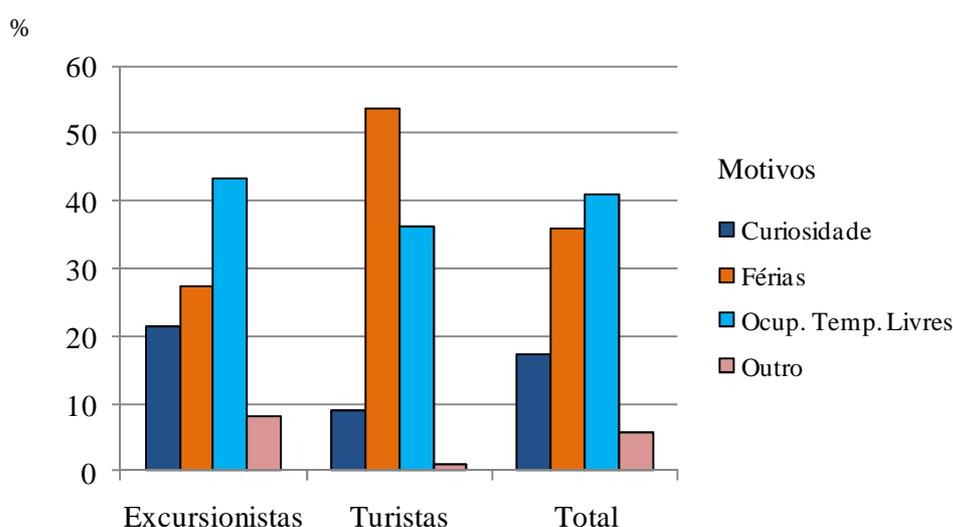
Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 26. Elementos de mediação da “descoberta” da aldeia do Piódão

⁵³ Neste particular merece referência a publicação da “Carta do Lazer das Aldeias Históricas”. Esta obra, editada pela INATEL, em 2000, é um instrumento de informação e uma ferramenta de promoção do produto e sua dinamização. O volume dedicado ao Piódão apresenta 263 páginas.

A análise das componentes principais da amostra revela a maior importância da Internet e de outros meios de divulgação (em particular a INATEL, as revistas e os livros) para os turistas, e o maior peso da família e dos amigos como meios de divulgação da aldeia para os excursionistas (quadro XXVI).

Relativamente aos motivos que prevaleceram na escolha da aldeia (figura 27), os inquiridos responderam em torno de três domínios principais, a saber: ocupação dos tempos livres (41,1%), férias (35,8%) e curiosidade (17,3%).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 27. Principais motivos de visita à aldeia histórica do Piódão

No caso dos excursionistas é a variável “ocupação de tempos livres” o principal motivo de cerca de 43,4% dos nossos inquiridos (correspondente a 161 indivíduos). As “férias” também ocupam uma posição significativa no leque de motivações, referidas por 27,2% dos excursionistas, e a “curiosidade” em conhecer esta aldeia histórica (as recentes intervenções dos imóveis, a paisagem natural, os diferentes modos de vida, entre outras), ocupa o último lugar nas principais motivações de visita à aldeia.

Quanto aos turistas a grande motivação reside na utilização do tempo de férias, como referiram 53,6% dos indivíduos, verificando-se numa posição secundária a

“ocupação dos tempos livres” (36,3%), e por fim, a “curiosidade” em conhecer o Piódão (8,9%) – (quadro XXVII).

5.4.4 Principal destino de visita e percursos alternativos

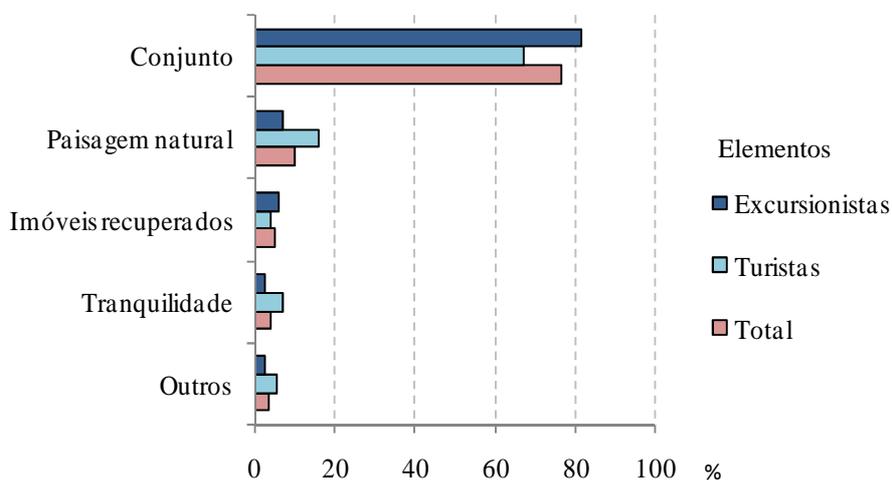
Conhecer o principal destino dos inquiridos é um importante indicador para avaliar a importância da aldeia do Piódão em termos de escolha dos visitantes e, por outro lado, compreender a sua capacidade de atracção turística. Cerca de 77,1% dos visitantes afirmam que a aldeia do Piódão constituiu o principal destino da sua viagem, contrapondo-se aos restantes 22,9% para quem, apesar da sua vinda ao Piódão, este não foi o principal motivo de viagem. A segmentação das respostas dos visitantes permitiu de igual modo verificar que o Piódão constituiu o principal destino de visita para 75,7% dos excursionistas e 79,9% dos turistas (quadro XXVIII). Este facto sugere reflectir sobre a diversidade de percursos/lugares de interesse que os inquiridos delinearam conhecer antes ou após a sua visita à aldeia do Piódão. Mais de 55% dos visitantes manifestaram vontade de conhecer no próprio dia ou no dia seguinte, após a sua visita à aldeia, um conjunto de locais. Como principais locais de interesse a visitar, os excursionistas destacam, por ordem preferencial, os seguintes: a Fraga da Pena (29,3%), a Serra da Estrela (12,2%), a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça (11,7%), a Aldeia das Dez e o Santuário da Nossa Senhora das Preces (10,2%), o concelho de Góis (9,8%) e a localidade de Avô no concelho de Oliveira do Hospital (5,4%).

Em relação aos principais locais a visitar pelos turistas, a Serra da Estrela revela-se como o principal destino (14,3%), seguida pela Fraga da Pena (10,5%), a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça (9,5%), a Aldeia das Dez e o Santuário da Nossa Senhora das Preces (8,6%), Chãs de Égua e o Centro de Interpretação de Arte Rupestre (7,6%), e a aldeia (de xisto) de Fajão, localizada no concelho da Pampilhosa da Serra, com 6,7%. A partir da análise conjunta das respostas dos visitantes (excursionistas e turistas) destaca-se a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça (33,9%), a Serra da Estrela (12,9%), a Aldeia das Dez e o Santuário da Senhora das Preces (9,7%), Góis (7,7%), Avô (5,5%), e Chãs de Égua (4,2%). Arganil, com excepção dos locais referidos (e Côja, com 2,6% das respostas), não faz parte dos locais de interesse dos visitantes, o que permite pensar, também, que os inquiridos utilizam a povoação de Vide como porta principal de entrada do Piódão. Por outro lado, as

outras Aldeias Históricas são pouco relevantes no percurso dos visitantes - apenas foram referidas as aldeias de Linhares da Beira (2,9%), Monsanto (1,9) e Sortelha (0,6%) – (quadro XXIX).

5.4.5 Potencialidades e problemas do Piódão

Para compreendermos a relação dos visitantes com a aldeia do Piódão, foi nosso objectivo recolher a sua opinião sobre o que mais e o que menos gostaram da sua visita à aldeia. As respostas mais frequentes dos visitantes a respeito do que mais gostaram da aldeia (figura 28) podem ser apresentadas do seguinte modo: o conjunto⁵⁴ (76,7%) (fotografia 22), a paisagem natural (10,2%), os imóveis recuperados (5,3%), a tranquilidade (4,2%), entre outros factores (3,6%), dos quais se destacam a simpatia/acolhimento da população local e a gastronomia. Na óptica dos excursionistas, o “conjunto” é a resposta mais vezes assinalada (81,4% do total). De igual modo, são referidos a paisagem natural (7,3%), os imóveis recuperados (5,9%), a tranquilidade (2,7%), entre outras respostas (2,7%) designadamente a gastronomia.



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 28. Elementos apreciados pelos visitantes durante a visita

⁵⁴ Importa explicar, segundo a Lei nº 13/85 de 6 de Julho, o significado do referido conceito. Assim, “conjunto” diz respeito aos “agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico científico ou social”.

Foi também possível identificar os elementos mais apreciados pelos turistas durante a sua visita à aldeia, que demonstram ligeiras diferenças em relação às respostas dos excursionistas. Com efeito, verifica-se que o “conjunto” assume novamente a primazia das respostas (67%), embora de forma menos vincada relativamente às opiniões dos excursionistas. Por outro lado, os turistas enfatizam a paisagem natural (16,2%), a tranquilidade (7,3%), a simpatia dos habitantes da aldeia e a gastronomia (5,6%) – (quadro XXX).



Fonte: Autora (2009).

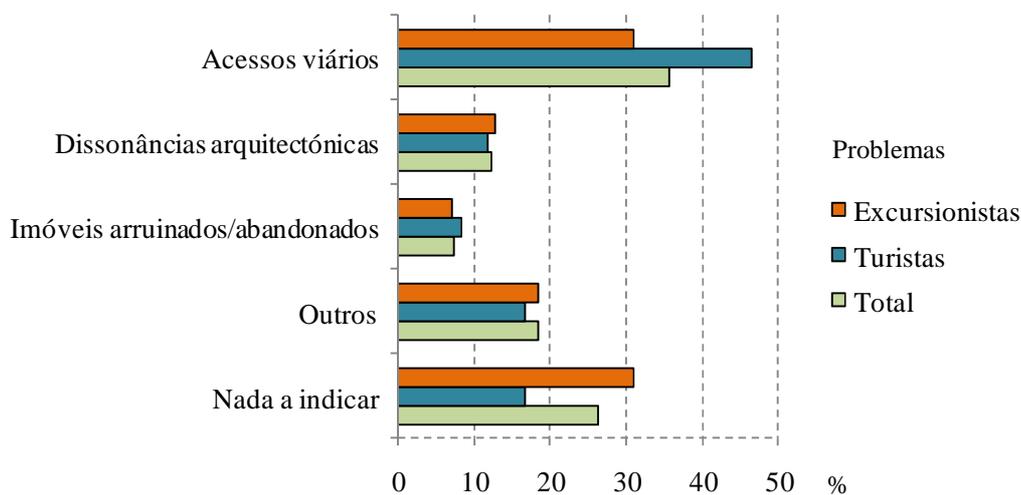
Fotografia 22. O Piódão segundo uma visão de “conjunto”

As dificuldades durante a visita ao Piódão foram assinaladas por 73,6% dos visitantes. A figura 29 demonstra que o principal problema que afecta os visitantes da aldeia é, sem dúvida, os acessos viários (35,6%, o que corresponde a 196 inquiridos) – (quadro XXXI).

Já referimos anteriormente este problema quando abordámos as dificuldades sentidas pelo inquirido durante a sua viagem e, de facto, mais uma vez o pavimento irregular e em más condições de circulação, o traçado sinuoso das vias e a ausência de barreiras de protecção, são elementos associados aos problemas do Piódão.

A leitura da referida figura permite ainda assinalar “outros problemas” (18,4% do total de respostas) como a falta de estacionamento na aldeia (34,7%) – (fotografias 23 e

24), a abordagem por parte dos comerciantes e o apelo à compra de produtos (15,8%), e a sujidade que se encontra por certos recantos desta aldeia histórica (11,9%). De igual modo, foram identificados outros problemas com particular interesse de análise, nomeadamente as “dissonâncias arquitectónicas”⁵⁵ (12,2%) e os “imóveis arruinados/abandonados (7,5%) que se encontram dispersos pela aldeia (fotografias 25 e 26).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 29. Principais problemas referidos pelos visitantes



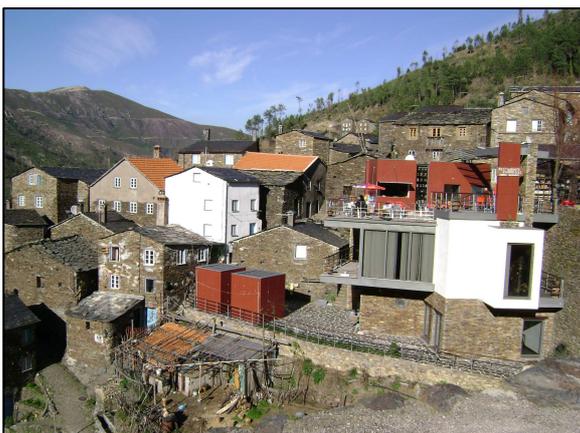
Fonte: Autora (2009)



Fonte: Autora (2009)

Fotografias 23 e 24. A ausência de lugares para estacionamento

⁵⁵ A investigação considerou como “dissonâncias arquitectónicas” todos os elementos que se encontram descontextualizados numa aldeia que pretende preservar a memória através da valorização do seu legado histórico, a saber: certos materiais de construção (cimento, telha e tinta), as antenas de televisão, os cabos e os postes de electricidade visíveis, entre outros.



Fonte: Autora (2009)



Fonte: Autora (2009)

Fotografias 25 e 26. Dissonâncias arquitectónicas e imóveis em ruína no Piódão

A análise das respostas dos inquiridos segundo as duas dimensões da amostra permite evidenciar que os turistas estão mais preocupados com as acessibilidades viárias (46,4%) e também, embora com menos significado, com os imóveis arruinados/abandonados (8,4%). Por sua vez, os excursionistas, demonstram menor insatisfação com o Piódão (31% não indicam aspectos negativos) e revelam uma maior amplitude de respostas em termos de pequenas preocupações como, por exemplo, a falta de caixotes para o lixo, a estalagem da INATEL, e o atendimento no museu.

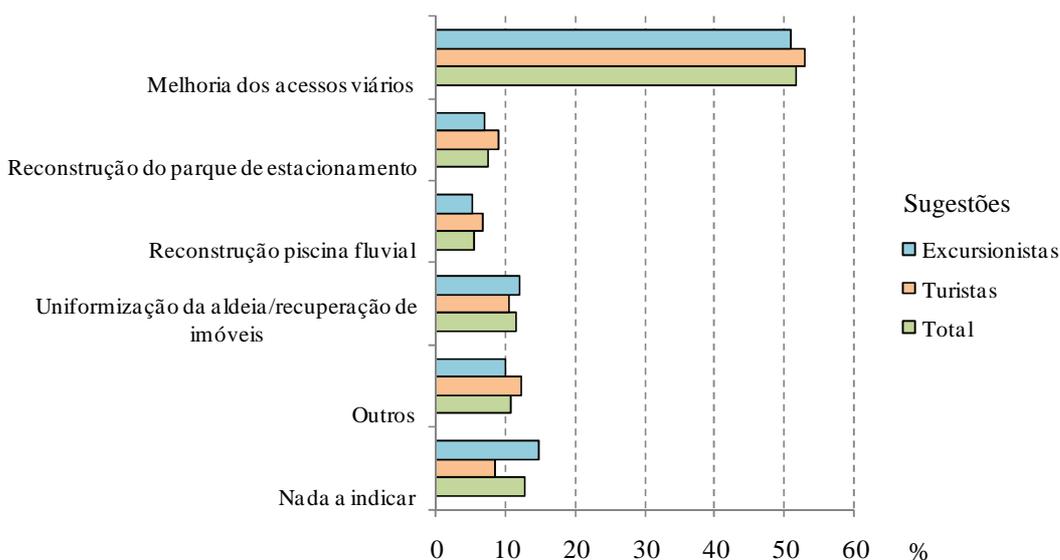
5.4.6 Sugestões e perspectivas de regresso

Para além da identificação dos principais problemas e potencialidades do Piódão, foi nosso objectivo questionar os visitantes a respeito de iniciativa(s) que gostariam de ver realizadas nesta aldeia de montanha (quadro XXXII). Quase 90% dos inquiridos apresentam sugestões que configuram contributos muito válidos para a dinamização do seu potencial turístico e cultural e, ainda, de forma indirecta, para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Os resultados obtidos (figura 30) permitem afirmar que a maioria dos visitantes refere como principal iniciativa a realização de melhorias dos acessos viários (51,6%). Segue-se, em posição secundária, as iniciativas para proceder à uniformização da aldeia

(isto é, a eliminação de todas as dissonâncias arquitectónicas que referimos anteriormente) e a recuperação dos imóveis que se encontram em estado de ruína ou abandono (11,6%), e a reconstrução do parque de estacionamento e da praia fluvial (destruídos em 2005, na sequência de condições meteorológicas excepcionais), referidas por 7,6% e 5,6% dos inquiridos, respectivamente.

Como “outras sugestões” referidas pelos visitantes (10,7%), destacamos a instalação de um serviço de multibanco (15,3%), a construção de um posto de abastecimento de combustível (11,9%), a inviabilização de propostas para aumentar o sector comercial da aldeia (11,9%), a promoção de uma maior oferta de restauração (10,2%), a existência de painéis informativos sobre a aldeia direccionados para o visitante (10,2%), a maior oferta de alojamento (8,5%) e o alargamento do horário de funcionamento do posto de turismo (6,8%), entre outras.



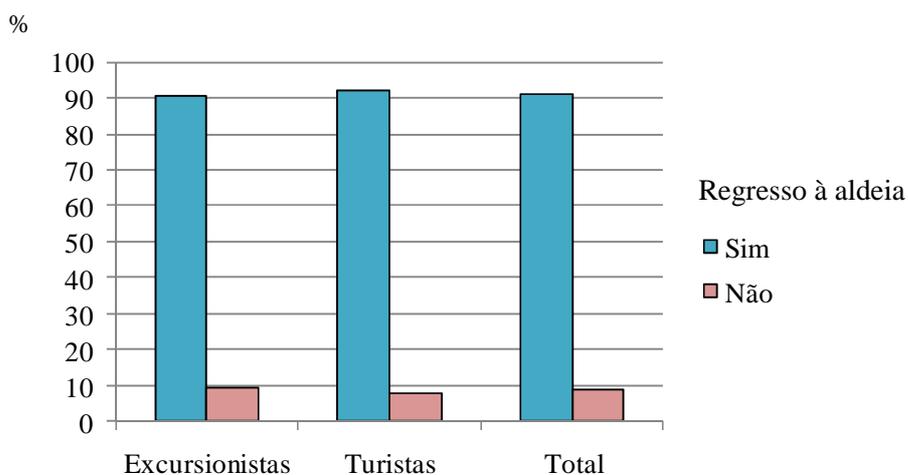
Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 30. Iniciativas a realizar na aldeia segundo os visitantes

De forma comparada, podemos afirmar que os turistas são mais opinativos (91,6%) do que os excursionistas (75,2%), embora sem diferenças significativas em matéria de

conteúdo das suas respostas (ainda assim alinhadas com as respostas a respeito dos problemas da aldeia).

O nosso inquérito termina com uma questão importante que pretende analisar a capacidade de atracção do Piódão (que se procura afirmar como um destino turístico) – (quadro XXXIII). A partir da questão “Vai regressar à aldeia do Piódão?”, os nossos inquiridos responderem, de forma inequívoca, em sentido positivo (91,1%) – 90,6% dos excursionistas e 92,2% dos turistas (figura 31).



Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Figura 31. O regresso à aldeia do Piódão

6. Conclusão

A presente dissertação estudou a importância do turismo e do património no âmbito do desenvolvimento dos territórios rurais de montanha.

Na primeira parte da dissertação, apresentou-se uma revisão de literatura sobre esta temática, na qual procurámos anotar as principais tendências e questões em torno do debate teórico, através da análise de diversos documentos orientadores e normativos, políticas e planos que permitiram destacar, em síntese, o que de mais significativo importa reter neste domínio.

O quadro evolutivo das políticas da União Europeia para o mundo rural traduz a transição de um modelo orientado para o sector agrícola em direcção a um modelo centrado na sociedade rural e na estruturação das suas paisagens, com a crescente valorização de novos recursos e uma maior (inter)dependência da sociedade urbana.

Nesta atmosfera de abertura e diversificação funcional, em que se pretende conciliar a prática agrícola com as preocupações ambientais, paisagísticas e patrimoniais, o lazer e o turismo emergem como uma oportunidade para revitalizar os territórios, melhorar a qualidade de vida das populações, salvaguardar e valorizar os seus recursos mais relevantes (diferenciadores e indutores de vantagens competitivas), nomeadamente o património (natural e cultural).

Trata-se de uma via alternativa ou complementar de desenvolvimento e a sua vinculação ao património destaca-se como um dos eixos de maior visibilidade nas diversas políticas e iniciativas públicas com incidência nos ambientes de montanha.

A diversificação e a segmentação dos interesses do turista actual (mais activo e informado, com maior interesse nos desportos, na aventura, no conhecimento da história e da cultura, no contacto com a natureza e a riqueza paisagística, e cada vez mais preocupado com a sustentabilidade dos territórios), remete para o aparecimento de novas formas de turismo, perspectivadas numa lógica de equilíbrio ambiental, social e paisagístico.

Os territórios de matriz rural, em particular os de montanha, são exemplo de territórios que concentram um elevado potencial de recursos que, nos últimos anos, têm sido amplamente procurados por uma população (urbana) que pretende utilizar o seu tempo livre. Embora se reconheça o valor produtivo da montanha, o seu contributo para a manutenção da paisagem, e a importância estratégica dos seus recursos naturais (florestais,

hídricos, eólicos e minerais), na actualidade a sua matriz funcional encontra-se muito articulada com a valorização do património eco-cultural e as actividades de lazer e turismo.

É neste sentido que destacamos a importância do turismo sustentável como um pré-requisito para o desenvolvimento local dos territórios rurais e um caminho a seguir para a valorização do seu potencial turístico, e que reconhecemos a dimensão sustentável desta actividade mediante a existência de uma plataforma de convergência e interdependência entre as questões ambientais, culturais, sociais, económicas, territoriais e políticas.

Pela dimensão das externalidades negativas que o turismo pode acarretar em territórios ambientalmente frágeis e com recursos finitos, sublinhamos a importância do processo de planeamento da actividade turística (diagnóstico, formulação de propostas, decisão, monitorização e avaliação) como ferramenta básica para a gestão adequada dos recursos turísticos e para a manutenção e salvaguarda do património (cultural e ecológico) numa óptica de sustentabilidade.

Não menos relevante no processo de planeamento turístico, assume especial importância o relacionamento institucional, a interacção entre actores e o envolvimento das populações locais para a definição de estratégias de desenvolvimento integradas, participadas, contextualizadas e com uma duração a longo prazo, e que permitam arrecadar benefícios que deverão reverter a favor da população local.

A segunda parte da dissertação apresentou como caso de estudo a aldeia do Piódão (Serra do Açor/Cordilheira Central), na perspectiva do quadro conceptual que alicerçou a abordagem teórica.

Uma leitura geográfica de grande angular centrada neste micro-território de montanha, revela o peso histórico de problemas como o isolamento, a escassez de recursos, a marginalização (no âmbito do poder político), o despovoamento (entre 1960 e 2001, o Piódão perdeu quase 80% da população residente), o envelhecimento (em 2001, 44% dos residentes na freguesia apresentavam 65 ou mais anos e apenas 10% eram jovens), o baixo nível de escolaridade, e o abandono (nomeadamente a paisagem rural, por via do declínio acentuado das actividades tradicionais).

Contudo, é necessário referir também que a partir da segunda metade dos anos 70 (século XX), um conjunto de acontecimentos encadeados, no contexto da patrimonialização e do turistificação, com o envolvimento de entidades públicas, privadas e associativas, assinalam a transição funcional do Piódão e a profunda mutação da sua imagem.

A génese e a evolução do Piódão turístico têm como eixos incontornáveis a classificação da aldeia como Imóvel de Interesse Público (1978), o Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia (1987), o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999), as Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (2000-2006), o Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão (2004), entre outras iniciativas (nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento rural).

Neste quadro de construção do Piódão turístico destacam-se as intervenções em torno das Aldeias Históricas que pretenderam integrar objectivos patrimoniais, económicos e sociais numa estratégia de desenvolvimento inovadora. As suas linhas de acção foram direccionadas para as infra-estruturas básicas, a salvaguarda e valorização do património (através de intervenções ao nível das fachadas e coberturas das estruturas edificadas), a promoção e divulgação do território e a animação das economias locais (CCRC, 2002).

No caso do Piódão, o investimento total, segundo dados oficiais de 2002, foi de 5,5 milhões de euros distribuído por 71 intervenções, das quais destacamos os equipamentos turísticos (designadamente a Estalagem da INATEL, com 3,8 milhões de euros de investimento), as infra-estruturas básicas e a recuperação de fachadas e coberturas. Os efeitos locais destes programas são também visíveis no âmbito das novas actividades (comércio de artesanato, serviços de cafetaria, restauração e alojamento) e equipamentos (posto de turismo e museu) que conferem ao Piódão uma maior capacidade de atracção turística.

Deste modo, face à crescente procura e utilização deste lugar de montanha, no âmbito do lazer e do turismo, que se verificou nos últimos anos, entendemos pertinente questionar a participação da população residente no processo de planeamento que esteve na base das intervenções mais marcantes (deste novo modelo funcional), saber a sua opinião sobre os efeitos locais da mudança, conhecer os visitantes e compreender a dimensão turística do Piódão.

No âmbito da percepção dos efeitos locais induzidos pelos programas públicos de base turística e patrimonial, os resultados do inquérito permitiram evidenciar o afastamento da população residente em relação ao planeamento e execução das intervenções, o sentimento generalizado da falta de acompanhamento técnico das obras realizadas, as preocupações face aos problemas da vida quotidiana (que acompanham uma população profundamente envelhecida) e as expectativas face aos melhoramentos ainda não concretizados designadamente ao nível das condições de vida na aldeia para responder às

necessidades existenciais de um universo com as características referidas. Na perspectiva dos residentes no Piódão, o turismo é um fenómeno de efeitos bipolares (positivos e negativos).

No que diz respeito aos visitantes, podemos dizer que os principais elementos diferenciadores da amostra estão relacionados com a maior expressão das habilitações académicas de nível superior e dos estratos sócio-profissionais mais elevados (docentes e dos quadros superiores e profissões liberais) entre os turistas – apesar da estrutura etária não revelar diferenças significativas.

Os resultados do inquérito permitiram concluir que o “Piódão turístico” assume um carácter mais direccionado para um “Piódão de excursionismo”, uma vez que a amostra é constituída por 67,5% de excursionistas (371 inquiridos) e 32,5% de turistas (179 inquiridos). Esta tendência dominante (excursionistas) assenta numa população de nacionalidade portuguesa (91,6%), que permanece um reduzido período de tempo no Piódão e regressa na sua grande maioria ao domicílio (74,9%) nesse mesmo dia.

Quanto aos turistas, a investigação concluiu que 73,2% pernoitam na aldeia, preferencialmente na Estalagem da Inatel (55,7%) e na Casa da Padaria (TER) (25,2%), com uma permanência média de 2,3 noites/turista. Para os turistas que ficaram alojados em outros lugares (26,8%), com destaque para os concelhos de Arganil (39,4%), Seia (13,2%), Fornos de Algodres (10,5%) e Covilhã (7,9%), o hotel é a primeira opção de alojamento (54,2%) seguido pelas unidades de turismo em espaço rural (22,9%), com uma permanência média de 3,8 noites/turista. Os turistas utilizam mais a Internet, as revistas e os livros como fontes de informação sobre a aldeia, indicam menos problemas durante a visita ao Piódão, e referem como maior dificuldade as acessibilidades viárias.

Com o intuito de promover o bem-estar da população residente e melhorar as condições de acolhimento dos visitantes, destacamos as recentes intervenções de beneficiação e requalificação do Piódão ao nível dos acessos viários (com particular incidência no ramal de ligação Formarigo – Piódão, numa extensão de 15 km), a ampliação da entrada da aldeia através da reorganização do estacionamento e do sentido de deslocação dos automóveis (com mais seis dezenas de lugares de estacionamento), a recuperação das margens da ribeira (que abre caminho para a reconstrução da piscina fluvial do Piódão).

Estas intervenções, da responsabilidade da Câmara Municipal de Arganil (com um custo total de 2 milhões de euros), vêm atenuar ou mesmo resolver alguns dos problemas

que os dois momentos de inquirição do nosso estudo confirmaram, e contribuir para uma renovada imagem da aldeia que reforçará a sua capacidade de atrair (ainda) mais visitantes.

Por último, importa referir as novas janelas de oportunidade para o desenvolvimento do Piódão, que decorrem do actual período de programação e execução das políticas públicas, nomeadamente o PROVERE e o PRODER.

O PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional que pretende estimular iniciativas de melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade que visem dar valor económico aos recursos endógenos e singulares destes territórios (como o património cultural e natural).

Alicerçados numa perspectiva de integração programática inovadora, os PROVERE centram-se no estabelecimento de parcerias, envolvendo actores públicos e privados (empresas, associações empresariais, municípios, instituições de ensino e de I&D, agências de desenvolvimento regional, associações de desenvolvimento local, entre outras instituições relevantes), e congregam um conjunto de projectos subordinados à valorização económica de um recurso territorial emblemático. Ou seja, pretende-se com este instrumento construir programas de acção, construídos em parceria e enquadrados em estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, que contribuam de forma decisiva para o reforço da base económica e para o aumento da atractividade dos territórios de baixa densidade.

A iniciativa Rede das Aldeias Históricas de Portugal é uma das oito candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional da Região Centro (2007-2013) no âmbito das Acções Preparatórias do PROVERE. Este Plano apresentado pela Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas pretende dar continuidade aos investimentos realizados nos últimos dois Quadros Comunitários de Apoio e consolidar a Rede das Aldeias Históricas como um produto turístico com potencial relevante no que diz respeito ao turismo cultural, turismo de natureza e turismo em espaço rural.

A definição de um novo modelo de gestão da marca “Aldeias Históricas de Portugal”, sob responsabilidade desta Associação, é ainda complementado no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), por um recente programa de acção que apresenta como foco temático a Rede das Aldeias Históricas de Portugal e do Património Judaico. O PROVERE das Aldeias Históricas e do Património Judaico, centrado na Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira e Pinhal Interior Norte, é uma

oportunidade para a geração de sinergias ao nível dos serviços turísticos oferecidos, tornando a associação de ambas as Redes (sem colocar em causa a identidade e especificidade de cada uma) num produto turístico mais atractivo, mais valorizado e reconhecido pelos mercados.

No contexto das candidaturas aprovadas no âmbito das Acções Preparatórias do PROVERE, e com particular interesse para o nosso caso de estudo, referimos também o programa de acção “BuY NATURE – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas” coordenado pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com base numa rede de parceiros públicos e privados dos territórios envolvidos, entre os quais se encontram a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a Associação das Aldeias Históricas de Portugal e a Naturtejo.

Esta iniciativa pretende potenciar os recursos endógenos do património natural das áreas classificadas de montanha da Região Centro (complementados pelo respectivo património cultural), através da implementação de uma estratégia de base territorial alicerçada no turismo de natureza, no desporto de natureza e no turismo activo, e procura afirmar-se como uma iniciativa que reforce a competitividade do território e promova uma abordagem sustentável no uso dos recursos endógenos assente num trabalho de parceria entre os agentes locais.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa que visa potenciar o turismo de natureza proporcionado pelas diversas áreas protegidas da região Centro, transformando-as num destino atractivo do território nacional, e que visa valorizar e apoiar projectos de alojamento, animação, gestão de espécies e habitats, bioclimatismo, termais, entre outros projectos associados ao turismo de saúde e bem-estar. Esta iniciativa integra diversas entidades em parceria (com particular destaque para as empresas, municípios e associações de desenvolvimento local), e engloba mais de cinco dezenas de projectos âncora, repartidos por dezasseis áreas de intervenção (entre as quais, a Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor), e que se repartem pelas NUT III da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela.

No âmbito do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), o seu eixo 3 pretende dinamizar as áreas rurais através de duas medidas (3.1 e 3.2).

A medida 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” é concretizada através de acções como a diversificação de actividades na exploração agrícola (mediante actividades económicas de natureza não agrícola, em áreas como o turismo em espaço

rural, o turismo de natureza, actividades associadas à caça e pesca em águas interiores, entre outras); a criação e o desenvolvimento de microempresas (tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego e, deste modo, contribuir para a revitalização económica e social do mundo rural); e o desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer (nas componentes de produtos turísticos, nomeadamente, ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, turismo religioso, turismos cultural, turismo de saúde, alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de turismo em espaço rural e turismo de natureza; e infra-estruturas de pequena escala tais como, centros de observação da paisagem, rotas/percursos, animação turística).

A medida 3.2 “Melhoria da qualidade de vida” inclui acções em dois domínios: a conservação e valorização do património rural (preservação, refuncionalização e valorização da cultural local), e os serviços básicos para a população rural, designadamente os serviços de apoio à infância, o acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes, serviços itinerantes de apoio social, e serviços de animação cultural e recreativa de base local.

Neste contexto, a ADIBER (Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra) com o principal objectivo de dinamizar e promover a qualidade vida da Beira Serra (Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua), publicou no passado dia 21 de Setembro de 2009, o 1º Concurso para a recepção de candidaturas no âmbito do apoio financeiro concedido pelo PRODER, que terminará no dia 20 de Novembro de 2009.

Este território ficará dotado de um instrumento de ajuda financeira na ordem dos 6,5 milhões de euros para o desenvolvimento de projectos em diversas áreas e será gerido de acordo com a abordagem LEADER. Refira-se que a implementação da Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) decorre sob o conceito ARVORE (Ampliar as Redes de Valorização de Oportunidades e Recursos Endógenos) e tem no Turismo um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de projectos sustentáveis e indutores de emprego. O objectivo nuclear da ELD aprovada é a “Melhoria da Qualidade de Vida da População” que apresenta como principais objectivos: a criação e diversificação do emprego; a promoção da competitividade e da coesão da região; potenciar as dinâmicas regionais e conferir maior visibilidade à Região.

Por outro lado, no contexto do Programa Operacional da Região Centro, no seu eixo 4 – “Protecção e Valorização Ambiental”, destacamos ainda o projecto “Valorização

Turística do Património Natural da Serra do Açor”, apresentado pela ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), que envolve um custo estimado de cerca de 360 mil euros.

A concluir, não podemos deixar de referir que as novas funções económicas e “turísticas” do Piódão, em simultâneo com as preocupações actuais de conservação do ambiente, a preservação das tradições e da herança social colectiva, por vezes levantam questões relacionadas com os interesses e as necessidades dos que aí residem.

Com efeito, a crescente procura dos territórios rurais de montanha por uma sociedade que olha para estes lugares como a última reserva de uma natureza que se supõe intacta, de sociabilidades, saberes, tradições e culturas em risco de desaparecer, nem sempre é fácil conciliar com a “visão utilitária” dos habitantes locais.

O fluxo de visitantes da aldeia do Piódão comporta uma procura diversa e multifacetada, e nem sempre se reúnem as condições estruturais, sociais e psicológicas (no que concerne à população local) para acolher uma procura tendencialmente a crescer que perturba o seu quotidiano.

É neste sentido que defendemos a importância de um desenvolvimento turístico planeado, que acautele os efeitos negativos previsíveis e promova os factores de complementaridade entre as actividades turísticas e as actividades tradicionais. Sem uma devida contextualização dos turistas, sensibilizando-os para a salvaguarda e valorização dos valores naturais e culturais em presença, podem surgir actos de negligência, vandalismo e colocar em risco a relação harmoniosa entre os visitantes e as comunidades locais.

Como refere CRAVIDÃO (2006: 277), qualquer que seja a dimensão do lugar, é na sua essência uma “produção humana, é nele que se constroem as relações sociais, é nele que se (re)cria a identidade, a singularidade cultural”, e a actividade turística tem de saber encontrar o comprometimento entre quem visita e quem habita, sobretudo quando esses lugares estão em territórios periféricos, de baixas densidades, com populações envelhecidas e com graus de literacia baixos ou nulos.

É nesta perspectiva que destacamos a importância de promover o turismo segundo uma gestão sustentável dos recursos, a relevância da participação pública dos cidadãos no quadro da estruturação, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, e a articulação entre políticas, programas, planos de acção e actores na definição

de um desenvolvimento local em meio rural que se pretende cada vez mais integrado e sustentado.

Pela minha parte, através da investigação realizada e do trabalho agora apresentado, penso estar a contribuir para suscitar novas reflexões e orientações nas políticas de desenvolvimento dos territórios rurais de montanha e, assim, ajudar a promover a qualidade de vida das populações locais.

Bibliografia⁵⁶

- ACFP (2004) – *Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão*. Arganil, Associação de Compartes da Freguesia do Piódão, 49 pp.
- ANACLETO, R. (1996) – *Arganil: cidades e vilas de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, pp. 117-121.
- ARROYO, F. M. (2006) – “El desarrollo rural en el contexto de la Unión Europea”. *Norba. Revista de Geografía* (Universidad de Extremadura) XI, pp.11-20.
- BAPTISTA, M. (1997) – *Turismo: competitividade sustentável*. Lisboa, Editorial Verbo.
- BARROS, J. (2004) – *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BARROS, V. (1998) – “A Agenda 2000 e o desenvolvimento rural”. In DGDR (ed.): *Seminário O Desenvolvimento Rural no Contexto da Agenda 2000*. Lisboa, DGDR, pp. 9-18.
- BAUMGARTNER, C. (2006) – “A avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos”. In CARETO, H, e LIMA, S. (2006): *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1*. Lisboa, GEOTA, pp. 81-91.
- BNL (1944) – *Guia de Portugal. 3º volume (Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta)*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, pp. 411-425.
- BORGES, M. e LIMA, S., (2006) – “O turismo de montanha: abordagem conceptual e enquadramento do produto”. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6. Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 157-165.
- BOURA, I. (2004) – “Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia”. *Cadernos de Geografia*, nº22/23. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.115.126.
- BRITO, M. e SILVA, C. (2005) – “Turismo e planeamento: a continuidade ou a auto-destruição”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, vol. II (2). Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 11-24.
- BURNS, P. M. (2004) – “Tourism Planning – A Third Way?”. *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 24-43.
- BUTLER, R. *et al.* (1998) – *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester, John Wiley & Sons.
- CAMPOS, V. (2004) – *Obras completas*. Arganil, Moura Pinto, 423 pp.
- CARDOSO, A. (2001) – “Turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável em áreas rurais”. *Comunicações do 1º Congresso de Estudos Rurais*. Vila Real, SPER e UTAD, 24 pp.
- CARETO, H. (2006) – “O diagnóstico, a avaliação e os indicadores ambientais”. In CARETO, H, e LIMA, S. (2006): *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1*. Lisboa, GEOTA, pp.75-80.

⁵⁶ Apenas a bibliografia citada no texto.

-
- CARNEIRO, I. (2004) – “O desenvolvimento rural em Portugal: dos discursos à prática”. *Comunicações do II Congresso de Estudos Rurais*, SPER e Universidade dos Açores, 46 pp.
- CARNEIRO, I. (2005) – “O desenvolvimento rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer. A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal”. *Conferência Políticas Públicas para o Desenvolvimento*. Lisboa, ISCTE, pp. 22.
- CARVALHO, P. (2005) – *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 657 (policopiado). Reeditado em 2009, com o título *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, pela Câmara Municipal da Lousã, Lousã, pp. 657.
- CARVALHO, P. (2006) – “Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”. In SANTOS, Graça; VIEIRA, Ricardo e MENDES, Maura (eds.): *Actas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 21 pp.
- CARVALHO, P. (2007) – “O turismo nas estratégias de desenvolvimento do mundo rural português: complemento ou alternativa?”. In CRUZ, F. (org.): *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Cidade do México, Universidade de Guadalajara e AGIR, pp. 1745-1768.
- CARVALHO, P. (2008-a) – “Questionando as trajectórias e as perspectivas de desenvolvimento das áreas de montanha em Portugal – entre marginalização e integração territorial”. In VALENÇA, M. (coord. e org.), *Globalização e Marginalidade. Desenvolvimento, na teoria e na prática*. Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil), pp. 935-946.
- CARVALHO, P. (2008-b) – “Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”. *Cadernos de Geografia*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 24/25 (2005/2006), pp. 209-226.
- CARVALHO, P. (2009) – “Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos eco-culturais”. *Proceedings 1st Cape Verde Congress of Regional Development/15th APDR Congress/2nd Portuguese Speaking Congress of Regional Science/3rd Congress of nature Management and Conservation*. Ponta Delgada, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 19 pp.
- CARVALHO, P. (s/d) – “União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural”. *Cadernos de Geografia*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), nº 26/27 (2007/2008). (em publicação).
- CARVALHO, P. e CORREIA, J. (2008-a) – “Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão”. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro, SPER, 15 pp.
- CARVALHO, P. e CORREIA, J. (2008-b) – “Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança”. In, SIMÕES, O. e MOREIRA, J. (org.):

Actas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra, Edição da Escola Superior Agrária, 13 pp.

- CARVALHO, P. e CORREIA, J. (2009) – “Recursos eco-culturais e turismo: notas de uma reflexão geográfica”. In CRUZ, F. (ed.): *Actas do Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Póvoa de Varzim, AGIR, 10 pp.
- CARVALHO, P. e SILVA, S. (2008) – “Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha”. *Actas do 14º Congresso da APDR (e 2º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza)*. Coimbra, APDR, 30 pp.
- CARVALHO, P. et al., (2007-a) – “Políticas e iniciativas europeias com incidência no desenvolvimento rural: o exemplo do LEADER+ AD ELO (Centro Litoral de Portugal). In CRUZ, F. (org.): *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*. Cidade do México, Universidade de Guadalajara e AGIR (Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural), pp. 1771-1808.
- CARVALHO, P. et al. (2007-b) – “Património construído e políticas de desenvolvimento local em áreas de montanha: das intervenções às novas orientações”. In CRUZ, F. (org.): *Actas das II Jornadas Internacionais sobre Vestígios do Passado*. Póvoa de Varzim, AGIR, pp. 327-354.
- CASA DA COMARCA DE ARGANIL (2004) – *Setenta e cinco anos ao serviço do regionalismo arganilense*. Casa da Comarca de Arganil, 287 pp.
- CAVACO, C. (1996) – “Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia”. *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Coimbra, IEG/FLUC, pp. 333-355.
- CAVACO, C. (1999-a) – “O mundo rural português: desafios e futuros?”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 135-148.
- CAVACO, C. (1999-b) – “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”. In CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 281-292.
- CAVACO, C. (1999-c): “Turismo rural e turismo de habitação em Portugal. In, CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG, pp. 293-304.
- CAVACO, C. (2005) – “Novas formas de habitar os espaços rurais”. In, MEDEIROS, C. A. (coord.): *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico* (vol. 3). Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 78-91.
- CAVACO, C. (2009) – “Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar”. In BAPTISTA, F. et al. (coords.): *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Proença-a-Nova, Centro de Ciência Viva da Floresta, pp. 39-71.
- CAVACO, C. e MORENO, L. (2006) – “As ligações rural-urbano”. *Revista Pessoas e Lugares*, nº 41. Lisboa, IDRHa, pp. 4-6.
- CCRC (1995) – *Intervenção aldeias históricas de Portugal: Beira Interior. Planos de Aldeias*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 16 pp.

-
- CCRC (2000) – *Programa Operacional da Região Centro, 2000/2006*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 97 pp.
- CCRC (2002) – *Aldeias Históricas de Portugal. Um Património com Futuro*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 27 pp.
- CE (1989): *Uma Política Agrícola Comum para os anos noventa*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 3ª edição, 96 pp.
- CE (2008): *A Política Agrícola Comum*. Serviço de Publicações, 25 pp. (in http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm; consulta em 15.12.2008).
- CMA (1987) – Plano de Desenvolvimento e Requalificação do Piódão. Arganil, Câmara Municipal de Arganil.
- COMARCA DE ARGANIL (1930) – “Uma jornada regionalista. Piódão, a mártir”. *Jornal A Comarca de Arganil*, 25 de Maio de 1930, pp. 5.
- COMARCA DE ARGANIL (1951) – “Os deputados pelo distrito de Coimbra à Assembleia Nacional ocupam-se da situação em que vivem os habitantes da freguesia do Piódão”. *Jornal A Comarca de Arganil*, 13 de Janeiro de 1951, pp. 1.
- COVAS, A. (1996) – “A conferência intergovernamental de 1996: da revisão do Tratado da UE à revisão da PAC”. *Conferências de Vairão*, Carrefour Norte de Portugal, Vairão.
- CRAVIDÃO, F. (2006) – “Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares”. In FONSECA, M. L. (coord.): *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 269-278.
- CUNHA, A. (2000): *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural*. Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 237 pp.
- CUNHA, L. (2003) – *Introdução ao turismo*. Editorial Verbo, 2ª edição, Lisboa, 447 pp.
- CUNHA, L. S. (2003) – “A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, pp.175-192.
- CUNHA, L. (2006) – *Economia e política do turismo*. Lisboa, Edições Verbo.
- DGT (2002) – *O turismo em Portugal em 2001*. Lisboa, Direcção Geral do Turismo.
- DGT (2006) – *Férias dos Portugueses: 2005*. Lisboa, Direcção Geral do Turismo.
- DGT (2007) – *Férias dos Portugueses: 2006*. Lisboa, Direcção Geral do Turismo.
- DONADIEU, P. (1999) – “Campagnes urbaines: de la réalité aux symboles”. In GONIDEC-POULLAOUËX, Ph. et al. (dir.): *Le paysage: territoire d'intentions*. Paris, L’Harmattan, pp.79-92.
- DUARTE, T. (coord.) (2007) – *O Turismo no Espaço Rural 2006*. Lisboa, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos/Divisão de Recolha e Análise Estatística, 21 pp.
- FERNANDES, G. P. (2007) – “Percepções e significados dos espaços de montanha: da desarticulação produtiva à revalorização eco-cultural”. In DENTINHO, T. e

-
- RODRIGUES, O. (orgs.): *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações do II Congresso de Estudos Rurais*. Estoril, Príncipe Editora, pp. 209-220.
- FERNANDES, G. (2008): *Dinâmicas territoriais e políticas de ordenamento em espaços de montanha – o sector oeste da Cordilheira Central Ibérica*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, G. P. e VIEIRA, A. (2003) – “Problemáticas do turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela”. In SIMÕES, e CRISTÓVÃO, A. (orgs.): *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra, Edições Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 135-152.
- FERNANDES, J. L. (2003): “Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português”. In CAETANO, L. (coord.): *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, 229-274.
- FERNANDES, J. L. (2004) – *Modernidade e fronteiras de desenvolvimento em Portugal. Tipologias e actores de desenvolvimento local. O caso da rede nacional de áreas protegidas*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, 564 pp.
- FERNÁNDEZ, L. P. (2002) – “El paisaje agrario en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales”. *Actas del XI Coloquio de Geografía Rural. Los espacios rurales entre el hoy y el mañana*. Santander, Universidad de Cantabria (Servicio de Publicaciones), pp. 234-242.
- FERREIRA, A. (2004) – *Turismo no espaço rural: formas de alojamento e impacto na sub-região Minho-Lima*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, 524 pp.
- FERREIRA, T. (2006) – “Modelos de financiamento. Factor estratégico de desenvolvimento do turismo sustentável”. *Revista Turismo & Desenvolvimento: Turismo de Montanha*, nº 6, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp.133-137.
- FIDALGO, B. et. al. (1997) – *Estudo da floresta da Região Centro. Proposta para o seu ordenamento – concelho de Arganil*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 79 pp.
- FIGUEIREDO, E. (2003) – *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.
- FONSECA, F., e RAMOS, R., (2008) – “Dinâmicas do turismo em espaço rural em regiões de baixa densidade: o exemplo de Almeida”. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (CIER)*. Lisboa, SPER, 16 pp.
- FONTINHA, J. (2004) – *Piódão. Aldeia histórica da Beira Serra*. Arganil, 323 pp.
- GEOIDEIA/IESE (1999) – *Estudo de avaliação intercalar do PIC LEADER II*. Relatório Final. Lisboa, 169 pp.
- GEOIDEIA/IESE (2002) – *Avaliação Final (Ex-post) do PIC LEADER II*. Lisboa, 170 pp.
- GRAÇA, L. (2003) – “Montanha: prioridades e políticas”. In PORTELA, J. e CALDAS, J. C. (orgs.): *Portugal Chão*. Lisboa, Celta Editora, pp. 373-385.

-
- HALL, C. (2000) – *Tourism Planning. Policies, Process and Relationships*. Harlow, Prentice Hall.
- HALL, C. M. (2008) – *Tourism planning: policies, processes and relationships*. Essex, Pearson Education.
- HALL, D., *et al.* (2003) – *New Directions in Rural Tourism*. Aldershot, Ashgate, 237 pp.
- HENRIQUES, C. (2003) – *Turismo, Cidade e Cultura. Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa, Edições Sílabo.
- ICEP (2008) – *Portugal em ficha: Janeiro 2008*. (In, <http://www.icep.pt>. Consulta a 12 de Junho de 2008).
- IGLÉSIAS, E. L. (2004): “El proceso de ajuste estructural en la agricultura española durante la década de los 90: implicaciones para el modelo de agricultura”. *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. SPER/ESAB/AEEA, Bragança, 20 pp. (edição em cd-rom).
- INE (2001) – *Censos da População*. Instituto Nacional de Estatística (em CD-Rom).
- INSKEEP, E. (1991) – *Tourism Planning. An integrated and Sustainable Development Approach*. New York, Van Nostrand Reinhold.
- JESUS, L., KASTENHOLZ, E., e FIGUEIREDO, E., (2008) – “A oferta do turismo no espaço rural. Estudo de caso da Região Dão-Lafões”. *Actas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território*. Coimbra, SPER, 16 pp.
- JOAQUIM, G. (1999): – “Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?”. In, CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 305-312.
- KNEAFSEY, M. (2001) – “Rural cultural economy: tourism and social relations”. *Annals of Tourism Research*, nº 17, pp. 449-465.
- LADEIRAS, A. *et al.* (2005) – *Plano Estratégico do Alto Minho*. Santa Maria da Feira, IPDT.
- LANE, B. (1994) – “What is rural tourism?”. *The Journal of Sustainable Tourism* 2 (182), pp. 7-21.
- LIMA, S. e CARETO, H. (2007) – *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 2*. Lisboa, GEOTA.
- LUÍS, J. H. (2008) – *El turismo de massas. Evolución y perspectivas*. Madrid, Editorial Síntesis.
- MACHADO, A. (1994) – “Uma visita ao Piódão e a Chãs d’Égua”. *Crónicas Regionalistas: região de Arganil*. Lisboa, A Comarca de Arganil, pp. 17-99.
- MADRP (2002) – “Iniciativa comunitária a favor do desenvolvimento rural: Programa LEADER+. Portugal - Relatório 2001”. (In <http://www.madrp.pt>; consulta a 2 de Fevereiro de 2007).
- MAGUSTO, J. (2003) – *O turismo em Castelo de Vide: perspectivas de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 222 pp.

-
- MARTINS, L. (1994) – “Humanismo, massificação e turismo exclusivo”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. X/XI. Porto, Faculdade de Letras de Universidade do Porto, pp.127-139.
- McGETTIGAN, F. (2005) – “Uma análise do turismo cultural e a sua relação dos lugares de Peregrinação”. In ITP (ed.): *Novos Consumos. Novos Produtos. Encontro Técnico 2003. Livro de Actas*. Lisboa, Instituto de Turismo de Portugal (ITP), pp.127-146.
- MESSNER, R. (2001) – *El decálogo de las montañas*. (In <http://ww.desnivel.com.htm>; consulta a 12 de Junho de 2008).
- MOLINA, Cristina M. (2002): “Tradición, renovación e innovación en los usos y aprovechamientos de las áreas rurales de montaña” (comunicação apresentada ao XI Colóquio de Geografia Rural da Associação de Geógrafos Espanhóis). Santander.
- MORENO, L. (1999) – “A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”. In, CAVACO, C. (coord.): *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*. Lisboa, CEG, pp. 395 - 413.
- MORENO, L. (2002) – *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, pp.190-205; 235-243.
- MORENO, L. (2009) – “Empreendedorismo e promoção territorial das áreas rurais”. In, BAPTISTA, F. et al. (coords.): *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Proença-a-Nova, Centro de Ciência Viva da Floresta, pp. 121-132.
- MOTA, A. et al. (2008) – “Contributos para um modelo de planeamento estratégico em turismo”. In, AYALA CALVO, J. et al. (eds.): *Conocimiento, innovación y emprendedores: camino al futuro*, pp. 3087-3100.
- NETO, V. (1998) – “Pensar turismo em termos de futuro”. *Economia e Prospectiva*, Vol. I (4), pp. 7-15.
- NOVAIS, C. (2006) – “Diversificação e diferenciação dos produtos turísticos portugueses: uma forma de combater as assimetrias regionais”. *Comunicações do 12º Congresso da APDR*. Viseu, Escola Superior de Tecnologia de Viseu, 28 pp.
- PAGE, S. and HALL, C. (2003) – *Managing Urban Tourism*. London, Prentice Hall.
- PALOMEQUE, F. (2001) – “Espacios y destinos turísticos”. In GIL OCINA, A. e GÓMEZ MENDONZA, J., (coord.): *Geografía de España*. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 545-571.
- PARTIDÁRIO, M. R. (2006) – “O ambiente como factor de competitividade no turismo”. In CARETO, H, e LIMA, S. (2006): *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – I*. Lisboa, GEOTA, pp. 71-74.
- PASCUAL, F. G. (2006) – Políticas públicas y sustentabilidad en las zonas desfavorecidas y de montaña en España. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 41, pp. 151-182.
- PEARCE, D. (1989) – *Tourism today: a geographical analysis*. New York. Longman.

-
- PENT (2007): “Plano Estratégico Nacional do Turismo”. Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007. In *Diário da República*, 1ª Série, nº 46, 4 de Abril de 2007, pp. 2166-2174.
- PINTO, A. (2003) – *Motivações e práticas de turismo em espaço rural: o parque de campismo “Chave Grande” (Casfreses – Sátão)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 215 pp.
- PNPOT (2006) – “Proposta Técnica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território”. Resolução do Conselho de Ministros nº41/2006, de 16 de Março. In *Diário da República*, I Série-B, nº 82, de 27 de Abril, pp. 2931-3040.
- PRATS, J. (2001) – “El proceso de elaboración del plan de ordenación del turismo en parque natural de la zona volcánica de la garrotas, según la carta europea de turismo sostenible en los espacios protegidos”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 31, pp. 205-213.
- PRICE, M. (2007) – *Mountain Area Research and Management. Integrated Approaches*. London, Earthscan, 302 pp.
- REIS, M. e LIMA, A. (1998) – “Desenvolvimento, território e ambiente”. *Fórum*, Edições da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- RIBEIRO, M. (2003) – “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”. In PORTELA, J. e CASTRO CALDAS, J. (orgs.): *Portugal Chão*. Oeiras, Celta Editora, pp. 189-198.
- RODRIGUES, J. (2007) – *Turismo e espaço rural: convivências, conflitos e harmonia: o parque natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 221 pp.
- ROUSSEL, V. (2000) – “À propos de l’arrivée de nouvelles populations et de ses conséquences sur les espaces ruraux”. *Revue d’Économie Régionale et Urbaine*, nº 1, pp. 45-62.
- SERAFIM, M. (2005) – “Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha”. *Pessoas e Lugares*. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+. Lisboa, II série, nº 28, p. 3.
- SIRGADO, J. (1993) – “Turismo nas regiões portuguesas – contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século”. *Inforgeo*, nº 6, Lisboa, APG, pp. 71-82.
- STTAFORD, J. (1995) – *Microéconomie du tourisme*. Presses de L’Université du Québec, Québec.
- SWARBROOKE, J. (2000) – *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Aleph, São Paulo.
- TORGA, Miguel (1999) – *Diário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2ª edição integral (1º e 2º tomos; volumes I a VIII; IX a XVI), 1786 pp.
- TORRES, M. (1998) – “Un turismo alternativo: reutilización de molinos y almazaras”. *Cadernos de Turismo*, nº 2. Murcia, Universidad de Murcia, pp. 147-158.

-
- TRINDADE, M. B. (1994) – “As micropátrias do interior português”. *Arganília. Revista Cultural da Beira Serra*, nº 3, pp. 95-124.
- TRINDADE, M.B. (1987) – As micropátrias do interior português. *Revista Análise Social*, volume XXIII (4.º), Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 721-732.
- VIEIRA, C. (2005) – “O papel da animação turística nos territórios rurais”. In, *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +*, nº 30, II série, pp. 3.
- WACKERNAGLE, M. e REES, W. E. (1996) – *Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth*.
- WCED (1987) – *Brundtland Report*. WCED.
- WTO (1993) – *Tourism development and the responsibility of the state*. Seminary on Tourism Development and the Responsibility of the State, WTO (World Tourism Organization), Hungary, Budapest.

Anexos

Anexo 1 – Inquéritos

Instituto de Estudos Geográficos – Universidade de Coimbra

INQUÉRITO I

O presente inquérito tem por base uma **investigação de natureza científica** que pretende **conhecer a população de alguns lugares serranos** do Centro de Portugal e a sua **opinião sobre as intervenções em curso ou já realizadas** no âmbito do **Programa das Aldeias Históricas (1994-1999)** e do **Programa Operacional da Região Centro (2000-2006)**. O seu conteúdo tem apenas **interesse académico** e, portanto, a **informação nele contida** tem salvaguardada a **confidencialidade**, o **sigilo** e o **anonimato**, apenas servindo os objectivos científicos da pesquisa. Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado.

I. Caracterização dos inquiridos:

1. Nacionalidade: 1.1 Portuguesa: _____ 1.2 Outra 1.2.1 Qual? _____
2. Naturalidade: 2.1 Concelho _____
3. Concelho de residência habitual/principal _____
4. Idade: _____ anos
5. Habilitações Literárias:
 - 5.1 Ensino Básico 5.2 Ensino Secundário 5.3 Ensino Superior
 - 5.3.1 Bacharel 5.3.2 Licenciado 5.3.3 Mestre 5.3.4 Doutorador
 - 5.4 Outra: _____
6. Profissão: _____
7. Agregado familiar:
 - 7.1 Número de elementos ____ 7.2 Idade _____

II. Programa das Aldeias Históricas (PAH): expressão territorial

1. Conhece mais alguma(s) aldeia(s) integrada no Programa das Aldeias Históricas?
 - 1.1 Não 1.2 Sim 1.3 Qual ou quais? _____

III. Programa das Aldeias Históricas: elaboração e execução dos Planos de Aldeia

1. Teve conhecimento da realização do Plano de Aldeia: 1.1 Não 1.2 Sim
2. Foi inquirido no âmbito da realização do Plano de Aldeia: 2.1 Não 2.2 Sim
3. Foi solicitada a sua opinião/apoio no âmbito da execução do Plano de Aldeia: 3.1 Não 3.2 Sim
4. Considera que as intervenções na aldeia tiveram acompanhamento técnico? 4.1 Não 4.2 Sim
5. Com as intervenções realizadas/em curso vai passar mais dias na aldeia? 5.1 Não 5.2 Sim

IV. Programa das Aldeias Históricas: resultados das intervenções realizadas ou em curso

1. Opinião sobre as obras realizadas nos espaços públicos (incluindo os arruamentos)
1.1 Muito Bom 1.2 Bom 1.3 Satisfatório 1.4 Reduzido 1.5 Fraco
2. Opinião sobre as intervenções nos imóveis/estruturas edificadas particulares:
2.1 Muito Bom 2.2 Bom 2.3 Satisfatório 2.4 Reduzido 2.5 Fraco
3. Opinião sobre as mudanças introduzidas nas redes de infra-estruturas básicas:
3.1 Muito Bom 3.2 Bom 3.3 Satisfatório 3.4 Reduzido 3.5 Fraco
4. Como classifica o conjunto de todas as intervenções realizadas ou em curso?
4.1 Muito Bom 4.2 Bom 4.3 Satisfatório 4.4 Reduzido 4.5 Fraco

V. Programa das Aldeias Históricas: apoio aos proprietários particulares

1. Apresentou algum projecto ao PAH? 1.1 Não 1.2 Sim
- 1.3 De que tipo: 1.3.1 Recuperação de fachadas/coberturas 1.3.2 Apoio às actividades económicas
- 1.4 O projecto foi apoiado? 1.4.1 Não 1.4.2 Sim
- 1.5 Vai realizar ou já realizou obras interiores para melhorar/permitir a utilização da sua casa?
1.5.1 Não 1.5.2 Sim

VI. Aspectos mais positivos relacionados com o Programa das Aldeias Históricas:

VII. Aspectos mais negativos relacionados com o Programa das Aldeias Históricas:

VIII. Sugestões de iniciativas/obras que gostaria de ver realizadas na aldeia:

Notas ou comentários do Inquirido:

Muito Obrigado pela sua Colaboração.

INQUÉRITO II

O presente inquérito tem por base uma **investigação de natureza científica** que pretende **conhecer o perfil do Visitante** e a sua **opinião sobre as intervenções em curso ou já realizadas** no âmbito do **Programa das Aldeias Históricas (1994-1999)** e do **Programa Operacional da Região Centro (2000-2006)**.

O seu conteúdo tem apenas **interesse académico** e, portanto, a **informação nele contida** tem salvaguardada a **confidencialidade**, o **sigilo** e o **anonimato**, apenas servindo os objectivos científicos da pesquisa. Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado.

I. Caracterização dos inquiridos:

1. Nacionalidade: 1.1 Portuguesa: _____ 1.2 Outra _____ 1.2.1 Qual? _____
2. Naturalidade: 2.1 Concelho _____
3. Concelho de residência habitual/principal _____
4. Idade: _____ anos
5. Habilitações Literárias:
 - 5.1 Ensino Básico
 - 5.2 Ensino Secundário
 - 5.3 Ensino Superior
 - 5.3.1 Bacharel
 - 5.3.2 Licenciado
 - 5.3.3 Mestre
 - 5.3.4 Doutorado
 - 5.4 Outra: _____
6. Profissão: _____
7. Agregado familiar: 7.1 Número de elementos _____ 7.2 Idade (s) _____

II. O Visitante

1. Transporte Utilizado: 1.1 Automóvel: _____ 1.2 Autocarro: _____ 1.3 Outro: _____
Qual? _____
2. Vem acompanhado? Sim Não
 - 2.1 Familiares Sim Não
 - 2.2 Amigos Sim Não
3. Local onde vai ficar alojado/pernoitar e tipologia de alojamento
 - 3.1 Na aldeia do Piódão
 - 3.1.1 Opção de alojamento:
 - 3.1.1.1 Estalagem do Piódão
 - 3.1.1.2 TER Qual ou Quais? _____
 - 3.1.1.3 Outra _____
 - 3.2 Em outro local 3.2.1 Qual? _____
 - 3.2.1 Qual a escolha de alojamento?
 - 3.2.1.1 Domicílio
 - 3.2.1.2 Casa de Familiares
 - 3.2.1.3 Casa de Amigos
 - 3.2.1.4 Pensão
 - 3.2.1.5 Residencial
 - 3.2.1.6 Hotel _____
 - 3.2.1.7 Pousadas _____
 - 3.2.1.8 TER _____
 - 3.2.1.9 Outro _____

3.3 Em caso de utilizar alojamento hoteleiro, quantas noites vai ficar? _____ noites

3.4 Em caso de utilizar alojamento hoteleiro, como fez a reserva? _____

4. Vai utilizar serviços ou fazer compras na Aldeia? 4.1 Sim 4.2 Não

4.1.1 Restauração 4.1.2 Comércio (Artesanato) 4.1.3 Alojamento

4.1.4 Animação turística 4.1.5 Outros _____

III. A Aldeia do Piódão: percepção e avaliação do visitante

1 – É a primeira vez que visita a Aldeia? Sim Não 1.1 Quantas vezes? _____

2. Qual a maior dificuldade que encontrou para chegar à Aldeia?

3. O Piódão é a primeira Aldeia Histórica que visita? Sim Não Outra(s) _____

4. Como teve conhecimento da Aldeia?

4.1 Televisão 4.2 Rádio 4.3 Jornais 4.4 Revistas 4.5 Internet

4.6 Familiares/amigos 4.7 Folhetos do Posto de Turismo 4.8 Outro _____

5. Qual o motivo de visita da Aldeia do Piódão?

5.1 Ocupação de Tempos Livres 5.2 Férias 5.3 Curiosidade 5.4 Outro _____

6. A Aldeia do Piódão foi o principal destino da sua visita? Sim Não

7. Vai visitar outros lugares hoje/brevemente?

7.1 Não

7.2 Sim 7.2.1 Qual ou Quais? _____

8. O que mais agradou na sua visita à Aldeia do Piódão?

9. Quais os aspectos mais negativos durante a sua visita na Aldeia?

10. Sugestões de iniciativas/obras que gostaria de ver realizadas na Aldeia:

11. Vai regressar à Aldeia do Piódão? Sim Não

Notas/Comentários: _____

Muito Obrigada pela sua cooperação.

Anexo 2 – Quadros

Quadro I. Total de visitantes no Posto de Turismo do Piódão, nos meses de Junho a Setembro (1999-2008)

Meses	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Junho	1567	1761	1580	2681	2231	1420	1325	838	1111	1095	15609
Julho	2393	2418	2496	3036	3282	1676	1234	860	1550	2554	21499
Agosto	3722	4136	3655	4500	4250	4857	1994	2025	2701	3082	34922
Setembro	1824	2077	1754	3021	2884	2176	1121	1004	2807	1931	20599
Total	9506	10392	9485	13238	12647	10129	5674	4727	8169	8662	92629

Fonte: Elaboração própria (com base nas estatísticas do Posto de Turismo do Piódão, 1999-2008).

Quadro II. Nacionalidade dos inquiridos

Nacionalidade	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alemã	1	0,3			1	0,2
Angolana	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Brasileira	23	6,2	7	3,9	30	5,5
Caboverdeana	3	0,8			3	0,5
Francesa	2	0,5	2	1,1	4	0,7
Inglesa			1	0,6	1	0,2
Irlandesa			1	0,6	1	0,2
Moçambicana	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Portuguesa	340	91,6	165	92,2	505	91,8
Total	371	67,5	179	32,5	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro III. Naturalidade dos inquiridos

Naturalidade	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Águeda	3	0,8			3	0,5
Albergaria-a-Velha	1	0,3			1	0,2
Alcácer do Sal	1	0,3			1	0,2
Alcobaça			6	3,4	6	1,1
Alenquer			2	1,1	2	0,4
Alijó	1	0,3			1	0,2
Almada	5	1,3			5	0,9
Alpiarça			1	0,6	1	0,2
Alter do Chão			2	1,1	2	0,4
Amadora			1	0,6	1	0,2
Angola			1	0,6	1	0,2
Arganil			3	1,7	3	0,5
Aveiro			3	1,7	3	0,5
Baía	1	0,3			1	0,2
Barreiro	3	0,8			3	0,5
Braga	1	0,3			1	0,2
Beja	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Bragança	1	0,3			1	0,2
Brasília	1	0,3			1	0,2
Caldas da Rainha			2	1,1	2	0,4
Cantanhede	5	1,3	1	0,6	6	1,1
Carregal do Sal	3	0,8			3	0,5
Cascais	1	0,3			1	0,2
Castelo Branco	3	0,8	1	0,6	4	0,7
Celorico Basto	4	1,1			4	0,7
Celorico da Beira			1	0,6	1	0,2
Cinfães	1	0,3			1	0,2
Coimbra	19	5,1	4	2,2	23	4,2
Condeixa	1	0,3			1	0,2
Coruche			1	0,6	1	0,2
Covilhã	6	1,6	2	1,1	8	1,5
Espinho			1	0,6	1	0,2
Estarreja	2	0,5			2	0,4
Évora	3	0,8	1	0,6	4	0,7
Felgueiras	1	0,3			1	0,2
Figueira da Foz	10	2,7	4	2,2	14	2,5
França	2	0,5	4	2,2	6	1,1
Fundão	3	0,8			3	0,5
Gondomar			3	1,7	3	0,5

Grândola	1	0,3			1	0,2
Guimarães			2	1,1	2	0,4
Irlanda			1	0,6	1	0,2
Lagos			1	0,6	1	0,2
Lamego			1	0,6	1	0,2
Leiria	13	3,5	10	5,6	23	4,2
Lisboa	94	25,3	30	16,8	124	22,5
Londres			1	0,6	1	0,2
Loriga	2	0,5			2	0,4
Loulé	1	0,3			1	0,2
Loures	1	0,3			1	0,2
Lourinhã	3	0,8			3	0,5
Lousã	2	0,5	1	0,6	3	0,5
Mafra			1	0,6	1	0,2
Mangualde	4	1,1			4	0,7
Marco Canavezes	1	0,3			1	0,2
Marinha Grande	2	0,5	3	1,7	5	0,9
Matosinhos	5	1,3	1	0,6	6	1,1
Mealhada	1	0,3			1	0,2
Mértola	2	0,5			2	0,4
Minas Gerais	5	1,3			5	0,9
Miranda Corvo	1	0,3			1	0,2
Miranda do Douro	1	0,3			1	0,2
Moçambique	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Moita	1	0,3	3	1,7	4	0,7
Moncorvo			1	0,6	1	0,2
Montalegre	1	0,3			1	0,2
Montemor-o-Velho	3	0,8			3	0,5
Montijo	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Mortágua	3	0,8			3	0,5
Nazaré			1	0,6	1	0,2
Nisa			1	0,6	1	0,2
Odemira	2	0,5			2	0,4
Oeiras	2	0,5			2	0,4
Oleiros	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Oliveira de Azeméis			1	0,6	1	0,2
Oliveira do Hospital	5	1,3			5	0,9
Ourém	2	0,5			2	0,4
Palmela			1	0,6	1	0,2
Pampilhosa da Serra	6	1,6			6	1,1
Pedrógão Grande	1	0,3			1	0,2
Penafiel	2	0,5			2	0,4
Penalva do Castelo			1	0,6	1	0,2
Penela			1	0,6	1	0,2
Peniche	3	0,8			3	0,5

Pombal	2	0,5			2	0,4
Ponte Lima	3	0,8			3	0,5
Portalegre	3	0,8	3	1,7	6	1,1
Porto	15	4,0	24	13,4	39	7,1
Póvoa de Varzim	3	0,8	2	1,1	5	0,9
Praia	3	0,8			3	0,5
Rio de Janeiro	4	1,1	5	2,8	9	1,6
Rio Maior	2	0,5	1	0,6	3	0,5
Sabugal			1	0,6	1	0,2
Santarém	4	1,1	4	2,2	8	1,5
Santos	2	0,5	1	0,6	3	0,5
São Paulo	12	3,2	1	0,6	13	2,4
São Pedro Sul			1	0,6	1	0,2
Sardoal			1	0,6	1	0,2
Seia	7	1,9			7	1,3
Seixal	2	0,5			2	0,4
Sertã	2	0,5	1	0,6	3	0,5
Sesimbra			1	0,6	1	0,2
Setúbal	8	2,2			8	1,5
Sintra	3	0,8			3	0,5
Santa Maria Feira	1	0,3	6	3,4	7	1,3
Santa Comba Dão	2	0,5			2	0,4
Tábua	2	0,5			2	0,4
Tavira			1	0,6	1	0,2
Tomar	4	1,1	1	0,6	5	0,9
Tondela	3	0,8			3	0,5
Torres Novas	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Torres Vedras	4	1,1			4	0,7
Trancoso	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Viana do Alentejo	1	0,3			1	0,2
Viana do Castelo			1	0,6	1	0,2
Vila do Conde	3	0,8			3	0,5
Vila Franca Xira	2	0,5			2	0,4
Vila Nova de Gaia	4	1,1	4	2,2	8	1,5
Vila Nova Famalicão			1	0,6	1	0,2
Vila Nova Foz Côa			1	0,6	1	0,2
Vila Nova Poiares	2	0,5			2	0,4
Viseu	8	2,2	1	0,6	9	1,6
Vizela	1	0,3			1	0,2
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro IV. Residência principal

Residência Principal	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores (Povoação)			1	0,6	1	0,2
Águeda	3	0,8			3	0,5
Albergaria-a-Velha	1	0,3			1	0,2
Alcobaça	1	0,3	8	4,5	9	1,6
Alenquer			2	1,1	2	0,4
Almada	3	0,8	2	1,1	5	0,9
Amadora	3	0,8	4	2,2	7	1,3
Anadia	2	0,5			2	0,4
Ansião	5	1,3			5	0,9
Arcos Valdevez	1	0,3			1	0,2
Arganil	5	1,3			5	0,9
Aveiro	8	2,2	4	2,2	12	2,2
Baía	1	0,3			1	0,2
Barreiro	1	0,3			1	0,2
Braga	2	0,5			2	0,4
Caldas da Rainha			1	0,6	1	0,2
Cantanhede	8	2,2	1	0,6	9	1,6
Carregal do Sal	5	1,3			5	0,9
Cascais	5	1,3	2	1,1	7	1,3
Castelo Branco	3	0,8	3	1,7	6	1,1
Celorico Basto	4	1,1			4	0,7
Coimbra	18	4,9	8	4,5	26	4,7
Condeixa	3	0,8			3	0,5
Costa da Caparica	2	0,5			2	0,4
Covilhã	5	1,3	1	0,6	6	1,1
Esmoriz			2	1,1	2	0,4
Espinho			2	1,1	2	0,4
Estarreja	1	0,3			1	0,2
Estremoz	1	0,3			1	0,2
Évora	2	0,5	1	0,6	3	0,5
Felgueiras	1	0,3			1	0,2
Figueira da Foz	7	1,9	4	2,2	11	2,0
França	1	0,3	2	1,1	3	0,5
Góis	1	0,3			1	0,2
Gondomar			4	2,2	4	0,7
Guarda			1	0,6	1	0,2
Guimarães	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Irlanda			1	0,6	1	0,2
Leiria	13	3,5	9	5,0	22	4,0

Linda-a-Velha			2	1,1	2	0,4
Lisboa	57	15,4	26	14,5	84	15,1
Londres			1	0,6	1	0,2
Loulé	1	0,3			1	0,2
Loures	3	0,8			3	0,5
Lourinhã	5	1,3	1	0,6	6	1,1
Lousã	5	1,3			5	0,9
Luxemburgo	2	0,5			2	0,4
Macau	1	0,3			1	0,2
Mafra			1	0,6	1	0,2
Maia	5	1,3	1	0,6	6	1,1
Mangualde	2	0,5			2	0,4
Marinha Grande	4	1,1	3	1,7	7	1,3
Matosinhos	4	1,1	1	0,6	5	0,9
Mealhada	3	0,8			3	0,5
Minas Gerais	4	1,1			4	0,7
Mira	2	0,5			2	0,4
Miranda do Corvo	2	0,5			2	0,4
Moita	2	0,5	3	1,7	5	0,9
Montemor-o-Velho	6	1,6			6	1,1
Mortágua	3	0,8			3	0,5
Nazaré			1	0,6	1	0,2
Odivelas	4	1,1	1	0,6	5	0,9
Oeiras	6	1,6	5	2,8	11	2,0
Oleiros	1	0,3			1	0,2
Oliveira de Azeméis	1	0,3	1	0,6	2	0,4
Oliveira do Hospital	4	1,1			4	0,7
Ourém	3	0,8			3	0,5
Palmela	1	0,3	3	1,7	4	0,7
Penacova	1	0,3			1	0,2
Peniche	1	0,3			1	0,2
Pinhal Novo	3	0,8	2	1,1	5	0,9
Pombal	3	0,8			3	0,5
Portalegre	4	1,1			4	0,7
Porto	6	1,6	16	8,9	22	4,0
Porto de Mós	1	0,3			1	0,2
Póvoa de Varzim	4	1,1	2	1,1	6	1,1
Póvoa de Santa Iria			2	1,1	2	0,4
Praia	1	0,3			1	0,2
Queluz	1	0,3			1	0,2
Rio de Janeiro	4	1,1	4	2,2	8	1,5
Rio Maior	5	1,3	2	1,1	7	1,3
São João da Batalha	1	0,3			1	0,2
Sabugal	1	0,3			1	0,2
Santarém	1	0,3			1	0,2

Santos	1	0,3			1	0,2
São Paulo	9	2,4	3	1,7	12	2,2
Seia	8	2,2			8	1,5
Seixal	4	1,1	3	1,7	7	1,3
Sesimbra			2	1,1	2	0,4
Setúbal	15	4,0	1	0,6	16	2,9
Sintra	5	1,3	5	2,8	10	1,8
Santa Maria Feira	2	0,5	3	1,7	5	0,9
Suíça	4	1,1	3	1,7	7	1,3
Tábua	2	0,5			2	0,4
Tomar	6	1,6	1	0,6	7	1,3
Tondela	2	0,5			2	0,4
Torres Novas			3	1,7	3	0,5
Torres Vedras	7	1,9	2	1,1	9	1,6
Viana do Castelo	2	0,5			2	0,4
Vila do Conde	2	0,5			2	0,4
Vila Franca Xira	3	0,8			3	0,5
Vila Nova de Gaia	8	2,2	9	5,0	17	3,1
Vila Nova Famalicão			2	1,1	2	0,4
Vila Nova Poiares	2	0,5			2	0,4
Viseu	3	0,8			3	0,5
Vizela	1	0,3			1	0,2
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro V. Estrutura etária dos visitantes

Intervalo de idades	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<30	76	20,5	26	14,5	102	18,5
30-39	78	21,0	45	25,1	123	22,4
40-49	76	20,5	55	30,7	131	23,8
50-59	75	20,2	26	14,5	101	18,4
60 e mais anos	66	17,8	27	15,1	93	16,9
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro VI. Agregado familiar dos visitantes

Nº de indivíduos	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	26	7,0	4	2,2	30	5,5
2	135	36,4	78	43,6	213	38,7
3	105	28,3	44	24,6	149	27,1
4	90	24,3	47	26,3	137	24,9
5	13	3,5	4	2,2	17	3,1
6	2	0,5	2	1,1	4	0,7
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro VII. Habilitações literárias dos inquiridos

Grau académico	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Básico	167	45,0	38	21,2	205	37,3
Ensino Secundário	129	34,8	62	34,6	191	34,7
Ensino Superior	75	20,2	79	44,1	154	28,0
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro VIII. Estrutura sócio-profissional dos visitantes

Categorias	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Docentes	21	5,7	23	12,8	44	8,0
Quadros superiores e Profissionais Liberais	20	5,4	21	11,7	41	7,5
Empresários e Trabalhadores por conta própria	43	11,6	21	11,7	64	11,6
Trab. por conta de outrem (excepto Func. Públicos)	116	31,3	55	30,7	171	31,1
Reformados	58	15,6	24	13,4	82	14,9
Estudantes	17	4,6	10	5,6	27	4,9
Funcionários Públicos	28	7,5	15	8,4	43	7,8
Desempregados	40	10,8	4	2,2	44	8,0
Domésticas	28	7,5	6	3,4	34	6,2
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro IX. Meio de transporte utilizado pelos visitantes

Transporte	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auto-caravana			2	1,1	2	0,4
Automóvel	362	97,6	177	98,9	539	98,0
Moto	9	2,4			9	1,6
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro X. Companhia dos visitantes

Companhia	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigos	56	15,1	9	5,0	65	11,8
Família	315	84,9	170	95,0	485	88,2
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XI. Alojamento dos turistas

Alojamento	Turistas	
	Nº	%
Na aldeia	131	73,2
Fora da aldeia	48	26,8
Total	179	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XII. Tipologia de alojamento no Piódão

Alojamento	Turistas	
	Nº	%
Casas particulares	25	19,1
Inatel	73	55,7
TER	33	25,2
Total	131	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XIII. Tipologia de alojamento fora da área geográfica da Aldeia

Alojamento	Turistas	
	Nº	%
Hotel	26	54,2
Pensão	5	10,4
Pousada	2	4,2
Residencial	4	8,3
TER	11	22,9
Total	48	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XIV. Número de noites de alojamento na aldeia

Alojamento	Total nº de noites	Média do nº de noites	Turistas	
			Nº	%
Casas particulares	76	3	25	19,1
Inatel	179	2,5	73	55,7
TER	48	1,5	33	25,2
Total	303	2,3	131	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XV. Número de noites de alojamento fora da aldeia

Alojamento	Total nº de noites	Média do nº de noites	Turistas	
			Nº	%
Hotel	119	4,6	26	54,2
Pensão	19	3,8	5	10,4
Pousada	2	1	2	4,2
Residencial	13	3,3	4	8,3
TER	30	2,7	11	22,9
Total	183	3,8	48	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XVI. Meio de reserva conforme a área geográfica do alojamento

Meio de reserva	Turistas					
	Na aldeia		Fora da aldeia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Internet	12	9,2	13	27,1	25	14,0
Telefone	117	89,3	33	68,8	150	83,8
Outros	2	1,5			2	1,1
Total	131	100	46	95,8	177	98,9

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XVII. Consumo de bens e serviços pelos turistas que pernoitam na aldeia

Consumo	Nº	%
Comércio	87	66,4
Comércio, Cafeteria e Restauração	44	33,6
Total	131	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XVIII. Consumo de bens e serviços pelos turistas que pernoitam fora da aldeia

Consumo	Nº	%
Comércio	36	75,0
Comércio, Cafeteria e Restauração	7	14,6
Não utilizou	5	10,4
Total	48	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XIX. Consumo de bens e serviços pelos excursionistas

Consumo	Nº	%
Comércio	223	60,1
Restauração	27	7,3
Comércio, Cafeteria e Restauração	67	18,1
Não utilizou	54	14,6
Total	371	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XX. Primeira experiência de visita à aldeia

Primeira visita	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	233	62,8	126	70,4	359	65,3
Não	138	37,2	53	29,6	191	34,7
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXI. Frequência de visita à aldeia

Nº de vezes	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	63	45,7	29	54,7	92	48,2
3	31	22,5	7	13,2	38	19,9
4	13	9,4	3	5,7	16	8,4
5	6	4,3	6	11,3	12	6,3
>= 6	25	18,1	8	15,1	33	17,3
Total	138	100	53	100	191	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXII. Ocorrência de dificuldades relacionadas com a viagem

Dificuldades	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	306	82,5	147	82,1	453	82,4
Não	65	17,5	32	17,9	97	17,6
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXIII. Principais dificuldades durante a viagem

Dificuldades	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sinalização deficitária	51	13,7	20	11,2	71	12,9
Vias de comunicação	245	66,0	123	68,7	368	66,9
Outros	10	2,7	4	2,2	14	2,5
Nenhuma	65	17,5	32	17,9	97	17,6
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXIV. Primeira visita ao Piódão

Visita	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	233	62,8	126	70,4	359	65,3
Não	138	37,2	53	29,6	191	34,7
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXV. Aldeias históricas referidas pelos visitantes

Aldeias Históricas	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almeida	40	16,8	26	15,6	66	16,3
Belmonte	5	2,1	1	0,6	6	1,5
Castelo Mendo	9	3,8	2	1,2	11	2,7
Castelo Rodrigo	29	12,2	21	12,6	50	12,3
Idanha-a-Velha	12	5,0	3	1,8	15	3,7
Linhares da Beira	13	5,5	9	5,4	22	5,4
Marialva	4	1,7	15	9,0	19	4,7
Monsanto	99	41,6	48	28,7	147	36,3
Sortelha	27	11,3	42	25,1	69	17,0
Total	238	100	167	100	405	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXVI. Elementos de mediação da “descoberta” da aldeia do Piódão

Elementos	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigos	92	24,8	39	21,8	131	23,8
Amigos e familiares	115	31,0	42	23,5	157	28,5
Familiares	72	19,4	25	14,0	97	17,6
Internet	3	0,8	19	10,6	22	4,0
TV	46	12,4	17	9,5	63	11,5
Folhetos turísticos	24	6,5	8	4,5	32	5,8
Outros	19	5,1	29	16,2	48	8,7
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXVII. Principais motivos de visita à aldeia histórica do Piódão

Motivo	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Curiosidade	79	21,3	16	8,9	95	17,3
Férias	101	27,2	96	53,6	197	35,8
Ocupação Tempos Livres	161	43,4	65	36,3	226	41,1
Outros	30	8,1	2	1,1	32	5,8
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXVIII. O Piódão como principal destino de viagem

Principal destino	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	281	75,7	143	79,9	424	77,1
Não	90	24,3	36	20,1	126	22,9
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXIX. Outros locais de interesse a visitar

Locais a visitar	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Área envolvente	10	4,9	11	10,5	21	6,8
Aldeia das Dez/N. Sra. Preces	21	10,2	9	8,6	30	9,7
Arganil	1	0,5			1	0,3
Avô	11	5,4	6	5,7	17	5,5
Castanheira de Pêra	4	2,0			4	1,3
Chãs de Égua	5	2,4	8	7,6	13	4,2
Coimbra	3	1,5			3	1,0
Côja	5	2,4	3	2,9	8	2,6
Fajão	2	1,0	7	6,7	9	2,9
Fraga da Pena	60	29,3	11	10,5	71	22,9
Fraga da Pena e Mata da Margaraça	24	11,7	10	9,5	34	11,0
Gerês			2	1,9	2	0,6
Góis	20	9,8	4	3,8	24	7,7
Linhares da Beira	4	2,0	5	4,8	9	2,9
Lisboa			2	1,9	2	0,6
Monsanto	4	2,0	2	1,9	6	1,9
Peso da Régua			4	3,8	4	1,3
Pomares	4	2,0			4	1,3
Porto			2	1,9	2	0,6
Serra da Estrela	25	12,2	15	14,3	40	12,9
Sortelha			2	1,9	2	0,6
Talasnal	2	1,0			2	0,6
Viseu			2	1,9	2	0,6
Total	205	100	105	100	310	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXX. Elementos apreciados pelos visitantes durante a visita

Elementos	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conjunto	302	81,4	120	67,0	422	76,7
Paisagem natural	27	7,3	29	16,2	56	10,2
Imóveis recuperados	22	5,9	7	3,9	29	5,3
Tranquilidade	10	2,7	13	7,3	23	4,2
Outros	10	2,7	10	5,6	20	3,6
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXXI. Principais problemas referidos pelos visitantes

Elementos	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acessos viários	113	31,0	83	46,4	196	35,6
Dissonâncias arquitectónicas	46	12,7	21	11,7	67	12,2
Imóveis arruinados/abandonados	26	7,0	15	8,4	41	7,5
Outros	71	18,3	30	16,8	101	18,4
Nada a indicar	115	31,0	30	16,8	145	26,4
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXXII. Iniciativas a realizar na aldeia segundo os visitantes

Iniciativas	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Melhoria dos acessos viários	189	50,9	95	53,1	284	51,6
Reconstrução do parque de estacionamento	26	7,0	16	8,9	42	7,6
Reconstrução da piscina fluvial	19	5,1	12	6,7	31	5,6
Uniformização da aldeia/recuperação de imóveis	45	12,1	19	10,6	64	11,6
Outros	37	10,0	22	12,3	59	10,7
Nada a indicar	55	14,8	15	8,4	70	12,7
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Quadro XXXIII. O regresso à aldeia do Piódão

Regresso	Excursionistas		Turistas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	336	90,6	165	92,2	501	91,1
Não	35	9,4	14	7,8	49	8,9
Total	371	100	179	100	550	100

Fonte: Inquérito à Aldeia do Piódão (2008).

Índices

Índice de Figuras

	Página
Figura 1. Localização geográfica do município de Arganil e da Freguesia do Piódão	58
Figura 2. Enquadramento das Aldeias Históricas na Região Centro	77
Figura 3. Tipologia de utilização dos imóveis do Piódão (2009)	83
Figura 4. Evolução do número de visitantes do Posto de Turismo do Piódão (1999-2008)	87
Figura 5. Participação e opinião da população no âmbito do Plano da Aldeia	90
Figura 6. Enquadramento geográfico da APPSA	92
Figura 7. Número de visitantes à Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor	95
Figura 8. Folheto publicitário de uma viagem ao Piódão organizada pela empresa VEFA (2008)	104
Figura 9. Naturalidade dos inquiridos em Portugal Continental	106
Figura 10. Residência principal dos inquiridos em Portugal Continental	108
Figura 11. Estrutura etária dos visitantes	110
Figura 12. Agregado familiar dos visitantes	111
Figura 13. Escolaridade dos inquiridos	112
Figura 14. Estrutura sócio-profissional dos visitantes	114
Figura 15. Meio de transporte utilizado pelos visitantes	115
Figura 16. Companhia dos visitantes	116
Figura 17. Alojamento dos turistas	117
Figura 18. Tipologia de alojamento no Piódão	119
Figura 19. Tipologia de alojamento fora da área geográfica da Aldeia	119
Figura 20. Distribuição do alojamento fora da área geográfica da Aldeia	120
Figura 21. Meio de reserva de alojamento pelos turistas	121
Figura 22. Meio de reserva conforme a área geográfica do alojamento	122
Figura 23. Primeira experiência de visita ao Piódão	125
Figura 24. Principais dificuldades durante a viagem	126
Figura 25. Aldeias históricas referidas pelos visitantes	129
Figura 26. Elementos de mediação da “descoberta” da aldeia do Piódão	130
Figura 27. Principais motivos de visita à aldeia histórica do Piódão	131

Índice de Figuras

	Página
Figura 28. Elementos apreciados pelos visitantes durante a visita	133
Figura 29. Principais problemas referidos pelos visitantes	135
Figura 30. Iniciativas a realizar na aldeia segundo os visitantes	137
Figura 31. O regresso à aldeia do Piódão	138

Índices

Índice de Fotografias

	Página
Fotografia 1. Panorâmica geral da aldeia do Piódão	59
Fotografia 2. O reconhecimento público da acção social da Comissão de Melhoramentos do Piódão	66
Fotografia 3. Serviço de cafetaria	82
Fotografia 4. Comércio de artesanato e venda de produtos regionais	82
Fotografias 5 e 6. Centro de Interpretação da Casa Grande (Mata da Margaraça)	94
Fotografia 7. A Fraga da Pena (Aldeia de Benfeita)	96
Fotografias 8 e 9. A Torre da Paz na aldeia de Benfeita	97
Fotografia 10. Recuperação do espaço público da aldeia (PAX)	98
Fotografia 11. Construção da piscina fluvial	98
Fotografia 12. Centro de Interpretação de Arte Rupestre de Chãs de Égua	98
Fotografia 13. Empresa VEFA no Piódão	103
Fotografia 14. Estalagem da INATEL	118
Fotografia 15. Alojamento na aldeia: casas particulares	118
Fotografia 16. Casa da Padaria (TER)	118
Fotografia 17. Venda de produtos regionais no Largo Cónego Nogueira	123
Fotografia 18. O serviço de cafetaria no Piódão	124
Fotografias 19 e 20. Serviço de restauração no Piódão	124
Fotografia 21. As vias de acesso ao Piódão, no contexto da montanha	127
Fotografia 22. O Piódão segundo uma visão de “conjunto”	134
Fotografias 23 e 24. A ausência de lugares para estacionamento	135
Fotografias 25 e 26. Dissonâncias arquitectónicas e imóveis em ruína no Piódão	136

Índices

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1. Objectivos específicos do PIC LEADER+ em Portugal	28
Quadro 2- Evolução da população da freguesia do Piódão, em 1991-2001, por lugar	63
Quadro 3-Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão (1987): áreas de intervenção e estimativa orçamental	75
Quadro 4 – Tipologia de projectos financiados para as Aldeias Históricas de Portugal (1995-2002)	80
Quadro 5. Investimento financeiro realizado nas Aldeias Históricas (1995-2002)	81
Quadro 6. Investimento e projectos executados na aldeia do Piódão (1995-2002)	81
Quadro 7. Total de Visitantes do Posto de Turismo do Piódão (1999-2008)	100
Quadro 8. Visitantes transportados de autocarro para o Piódão (2007-2008)	102
Quadro 9 – Inquéritos realizados aos visitantes da aldeia do Piódão (2008)	105

Índices

Índice de Quadros (Anexo)

	Página
Quadro I. Total de visitantes no Posto de Turismo do Piódão, nos meses de Junho a Setembro (1999-2008)	161
Quadro II. Nacionalidade dos inquiridos	161
Quadro III. Naturalidade dos inquiridos	162
Quadro IV. Residência principal	165
Quadro V. Estrutura etária dos visitantes	167
Quadro VI. Agregado familiar dos visitantes	168
Quadro VII. Escolaridade dos inquiridos	168
Quadro VIII. Estrutura sócio-profissional dos visitantes	168
Quadro XIX. Meio de transporte utilizado pelos visitantes	169
Quadro X. Companhia dos visitantes	169
Quadro XI. Alojamento dos turistas	169
Quadro XII. Tipologia de alojamento no Piódão	169
Quadro XIII. Tipologia de alojamento fora da área geográfica da Aldeia	170
Quadro XIV. Número de noites de alojamento na aldeia	170
Quadro XV. Número de noites de alojamento fora da aldeia	170
Quadro XVI. Meio de reserva conforme a área geográfica do alojamento	171
Quadro XVII. Consumo de bens e serviços pelos turistas que pernoitam na aldeia	171
Quadro XVIII. Consumo de bens e serviços pelos turistas que pernoitam fora da aldeia .	171
Quadro XIX. Consumo de bens e serviços pelos excursionistas	171
Quadro XX. Primeira experiência de visita à aldeia	172
Quadro XXI. Frequência de visita à aldeia	172
Quadro XXII. Ocorrência de dificuldades relacionadas com a viagem	172
Quadro XXIII. Principais dificuldades durante a viagem	173
Quadro XXIV. Primeira visita ao Piódão	173
Quadro XXV. Aldeias históricas referidas pelos visitantes	173
Quadro XXVI. Elementos de mediação da “descoberta” da aldeia do Piódão	174
Quadro XXVII. Principais motivos de visita à aldeia histórica do Piódão	174

Índice de Quadros (Anexo)

	Página
Quadro XXVIII. O Piódão como principal destino de viagem	174
Quadro XXIX. Outros locais de interesse a visitar	175
Quadro XXX. Elementos apreciados pelos visitantes durante a visita	175
Quadro XXXI. Principais problemas referidos pelos visitantes	176
Quadro XXXII. Iniciativas a realizar na aldeia segundo os visitantes	176
Quadro XXXIII. O regresso à aldeia do Piódão	176

Índices

Índice Geral

	Página
Agradecimentos	3
Dedicatória	5
Resumo	6
Abstract	7
1. Introdução	8
1.1 Tema e âmbito da investigação	8
1.2 Objectivos e metodologia	10
1.3 Estrutura da dissertação	11
2. A problemática do desenvolvimento rural: evolução e perspectivas	13
2.1 As trajectórias das políticas europeias para o mundo rural	13
2.2 A incidência das políticas europeias de desenvolvimento rural em Portugal	20
2.3 Os ambientes de montanha e as suas especificidades	31
3. O turismo e o património no contexto das novas oportunidades para o desenvolvimento do mundo rural e das áreas de montanha	37
3.1 O turismo e os turistas no início do século XXI	37
3.2 O património como recurso turístico	46
3.3 O planeamento como alicerce para o turismo sustentável	52
4. O Piódão turístico: planos, programas e realizações	58
4.1 Do “fim do mundo” aos sinais emergentes de uma nova “era”	58
4.2 A construção de um destino de turismo alternativo	66
4.2.1 Primeiras iniciativas e classificação do Piódão como Imóvel de Interesse Público (1978)	68

	Página
4.2.2 O Plano de Desenvolvimento e Requalificação da Aldeia do Piódão (1987)	69
4.2.3 O Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999) e as Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (2000-2006)	76
4.2.4 O Plano de Acção Integrada para a Freguesia do Piódão (2004)	83
4.3 A participação e a percepção local no contexto da turistificação	88
4.4 As complementaridades locais de lazer/turismo	92
5. Os visitantes do Piódão	100
5.1 Base metodológica e objectivos	100
5.2 Caracterização dos excursionistas e dos turistas	105
5.2.1 Nacionalidade	105
5.2.2 Naturalidade	105
5.2.3 Residência Principal	107
5.2.4 Estrutura Etária	109
5.2.5 Agregado Familiar	111
5.2.6 Habilitações académicas e estrutura sócio-profissional	112
5.3 “Experiência e dimensão” da visita	115
5.3.1. Transporte utilizado e companhia do inquirido	115
5.3.2 Tipologia e modo de reserva de alojamento	116
5.3.3 A oferta turística	122
5.4 Percepção e avaliação da Aldeia	125
5.4.1 Frequência de visita e dificuldades sentidas na viagem	125
5.4.2 O Piódão no contexto das Aldeias Históricas	128
5.4.3 A “descoberta” e os motivos de escolha da aldeia do Piódão	130
5.4.4 Principal destino de visita e percursos alternativos	132
5.4.5 Potencialidades e problemas do Piódão	133
5.4.6. Sugestões e perspectivas de regresso	136
Conclusão	139

	Página
Bibliografia	148
Anexos	157
Anexo 1 – Inquéritos	157
Anexo 2 – Quadros	161
Índices	177
Índice de Figuras	177
Índice de Fotografias	179
Índice de Quadros	180
Índice de Quadros (Anexo)	181
Índice Geral	183